

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Grupo clamor e projeto Brasil nunca mais na defesa dos direitos humanos

Fernando da Silva Oliveira

GOIÂNIA
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES
ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

[x] Dissertação [] Tese [] Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Fernando da Silva Oliveira

3. Título do trabalho

Grupo clamor e projeto Brasil nunca mais na defesa dos direitos humanos

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

https://sei.ufg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3443741&infra_sistema=1... 1/1

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Dijaci David De Professor do Magistério Superior**, em 18/10/2022, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº de 13 de novembro](#)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO DA SILVA OLIVEIRA Di**, em 19/10/2022, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº de 13 de novembro de 202](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [ps:/br/sei/controlador_externo.php](#)
[acao=documento_conferir&id_or_ao_acesso_extern](#), informando o código verificador : e o
A9C

Grupo Clamor e projeto Brasil nunca mais na defesa dos direitos humanos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Desigualdades, Diferença e Violência

Área de concentração: Sociedade, Política e Cultura

Orientador: Professor Dr. Dijaci David de Oliveira.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do
Sistema de Bibliotecas da UFG.

Oliveira, Fernando da Silva

Grupo Clamor e projeto Brasil nunca mais na defesa dos direitos humanos [manuscrito] / Fernando da Silva Oliveira. - 2022.
CLXII, 162 f.

Orientador: Prof. Dr. Dijaci David de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em
Sociologia, Goiânia, 2022.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, fotografias.

1. Brasil nunca mais. 2. grupo Clamor. 3. Ditaduras militares. 4. Desaparecimentos de pessoas. 5. Direitos humanos. I. Oliveira, Dijaci David de, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 19 da sessão de Defesa de Dissertação de Fernando da Silva Oliveira, que confere o título de Mestre em Sociologia, na área de concentração em Sociedade, Política e Cultura.

Aos cinco de setembro de dois mil e vinte e dois, a partir das quatorze horas na sala virtual meet.google.com/uah-ihxd-vsh, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**Grupo clamor e projeto Brasil nunca mais na defesa dos direitos humanos**”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Dijaci David de Oliveira (PPGS/UFG) com a participação das demais convidadas da Banca Examinadora: Professor Doutor David Maciel (PPGH/UFG), convidado titular externo e Professor Doutor Flávio Munhoz Sofiati (PPGS/UFG), convidado titular interno. Durante a arguição os participantes da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão reservada a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **APROVADO** pelos seus componentes. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Dijaci David de Oliveira, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Documento assinado eletronicamente por **Dijaci David De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 05/09/2022, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Munhoz Sofiati, Professor do Magistério Superior**, em 05/09/2022, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **David Maciel, Professor do Magistério Superior**, em 07/10/2022, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3164775** e o código CRC **B0505EA2**.

DEDICATÓRIA

À memória de todos/as desaparecidos/as e mortos/as pelas mãos das Ditaduras Militares na América-Latina. Aos familiares dos/as desaparecidos/as e mortos/as de ontem e de hoje. À equipe do grupo Clamor e do projeto Brasil: Nunca Mais. Dedico este trabalho a um presente menos racista, homofóbico, patriarcal, machista, desumano e desigual. Por um Brasil mais atuante na defesa dos direitos fundamentais de cada ser humano. Não me restrinjo aos problemas do Brasil. As diferentes formas de violências não param de se transmutar e crescer. Se a violência fosse um problema apenas brasileiro, a questão seria mais fácil de resolver. Ofereço este trabalho também aos familiares dos/as desaparecidos/as do México, Chile e Argentina.

"Um filho desaparecido é um filho que morre todos os dias. Nem mesmo nas mitologias mais cruéis há tragédia equivalente; essa dor nenhum deus teve de suportar. Cada noite que cai desaba sobre os pais com o peso renovado da notícia: você perdeu sua criança e ela está em algum lugar nessa escuridão afora, desprotegida de seu lar. Essa mensagem silenciosa se impregna nas paredes da casa, nos vãos entre os azulejos, nos ponteiros dos relógios e páginas dos calendários, nos retratos da família, no chão que se pisa".

Rebentar, Rafael Gallo

AGRADECIMENTOS

Aos professores e professoras da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Aos/às pesquisadores/as do Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência (NECRIVI), pelas contribuições e participação em minha trajetória acadêmica.

Aos/às meus/minhas colegas de mestrado. Aos professores Jordão Horta Nunes, Ricardo Barbosa e Manuel Filho por me apresentarem diferentes maneiras de observar o mundo através da sociologia, dos direitos humanos e da antropologia respectivamente. Aos professores Flávio Sofiati e David Maciel por aceitarem participar da banca de defesa desta dissertação e por também ofertarem relevantes contribuições de sugestões e correções.

Às professoras Telma Durães e Marcela Amaral por me incentivarem, durante minha graduação, o apreço pelo trabalho acadêmico bem feito e com seriedade. Em especial, ao professor Dijaci David de Oliveira. A realização da presente dissertação só foi possível pela acolhida, desde o princípio, do professor Dijaci à esta pesquisa. No lugar de orientador, que cumpriu primorosamente sem ausências, Dijaci me mostrou que uma história que parece ser “pequena” pode se tornar um trabalho interessante que transcende a esfera da ciência.

Agradeço à minha companheira Priscila que durante todo o percurso encorajou-me ao trabalho mesmo nas horas mais difíceis. Sem ela não teríamos concluído esta dissertação. À minha mãe e ao meu pai, que de alguma maneira também me ajudaram. À minha irmã Janaína por sua amizade e solidariedade. Aos meus irmãos Célio e Leandro.

Por fim, agradeço o apoio da amiga Mariana Carrijo, aos amigos Bruno Morabati, Dráulio Carvalho Assis, Fal Fagury e Cláudio. As pessoas que citei estão divididas em campos diversos do fazer cotidiano. Agradeço a colaboração de Frei Betto, Marlon Weichert, Marcelo Zelic e em especial, Jan Rocha. Minha vontade é agradecer mais pessoas importantes mas, preciso considerar a canção de Moraes Moreira que diz que: “pela lei natural dos encontros, eu deixo e recebo um tanto e passo aos olhos nus ou vestidos de lunetas, passado, presente, participo sendo o mistério do planeta”.

RESUMO

Entre 1964 a 1985, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) por meio de um golpe que tomou de assalto o poder, instituiu no Brasil a ditadura civil-militar. Equipada com seus órgãos de segurança, a ditadura sequestrou, torturou e desapareceu com centenas de brasileiros/as. Como reação, nasceu em 1978 o grupo Clamor. Quase ao mesmo tempo, surge a urgência de salvaguardar os processos militares que a ditadura mantinha no Superior Tribunal Militar (STM) em Brasília. Uma equipe formada por pessoas imbuídas de solidariedade compôs o projeto Brasil: Nunca Mais (PBNM) em meados de 1979. As cópias desses processos comprovaram os crimes cometidos pela ditadura. Vinte e três anos depois outra equipe do PBNM tomou para si a missão de garantir a existência do projeto. As três equipes que abordamos ocupam o lugar de dispositivos de não-repetição e de justiça de transição.

Palavras-chave: Brasil Nunca Mais; Clamor; Ditaduras Militares; Desaparecimentos de pessoas; Direitos Humanos.

ABSTRACT

Between 1964 and 1985, the National Security Doctrine (DSN) established a civil-military dictatorship in Brazil through a coup that took power by storm. Equipped with its security organs, the dictatorship kidnapped, tortured and disappeared with hundreds of Brazilians. As a reaction, the group Clamor was born in 1978. Almost at the same time, the urgency arises to safeguard the military processes that the dictatorship maintained in the Superior Military Court (STM) in Brasília. A team formed by people imbued with solidarity formed the project Brazil: Never Again (PBNM) in mid-1979. Copies of these processes proved the crimes committed by the dictatorship. Twenty-three years later, another PBNM team took on the mission of guaranteeing the project's existence. The three teams we've addressed take the place of non-repetition and transitional justice devices.

Keywords: Brazil: Never Again; Clamor; Military Dictatorships; Disappearance of people; Human rights.

RESUMEN

Entre 1964 y 1985, la Doctrina de Seguridad Nacional (DSN), a través de un golpe de estado que tomó por asalto el poder, instituyó una dictadura cívico-militar en Brasil. Equipada con sus órganos de seguridad, la dictadura secuestró, torturó y desapareció a cientos de brasileños. Como reacción, en 1978 nació el grupo Clamor. Casi al mismo tiempo, había una urgente necesidad de salvaguardar los procesos militares que la dictadura mantenía en el Tribunal Superior Militar (STM) de Brasilia. Un equipo formado por personas solidarias formó el proyecto Brasil: Nunca Más (PBNM) a mediados de 1979. Las copias de estos procesos probaron los crímenes cometidos por la dictadura. Veintitrés años después, otro equipo del PBNM asumió la misión de asegurar la existencia del proyecto. Los tres equipos que comentamos ocupan el lugar de los dispositivos de no repetición y justicia transicional.

Palabras-claves: Proyecto Brasil: Nunca Más; Clamor; Dictaduras militares; Desaparición de personas; Derechos humanos.

LISTA DE SIGLAS

APDH	Asemblea Permanente por los Derechos Humanos
APML	Ação Popular Marxista-Leninista
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AEL	Arquivo Edgard Leunroth
AI-5	Ato Institucional nº 5 (AI-5)
BNM Digit@l	Brasil Nunca Mais Digital
CADHU	Comissão Argentina para os Direitos Humanos
CLAMOR	Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul
CEDIC	Centro de Documentação e Informação Científica
CBVUI	Congresso Brasileiro sobre Violência Urbana e suas Implicações
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CMI	Conselho Mundial de Igrejas
CRL	Center for Research Libraries – CRL
CJM	Conselho de Justiça Militar
CIA	Central de Inteligência Americana
CJP	Comissão Justiça e Paz
CDHM	Comissão dos Direitos Humanos e Marginalizados
CIMADE	Comité Inter-Mouvements Auprès Des Evacués
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CEMDP	Comissão Especial sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos
CBA	Comitê Brasileiro de Anistia
CBS	Comitê Brasileiro de Solidariedade Latino-Americana
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
CGI	Comissões Gerais de Investigação
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CJM’S	Circunscrições Judiciárias Militares

CMI	Conselho Mundial de Igrejas
CNV	Comissão Nacional da Verdade
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DOI	Destacamento de Operações de Informação
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DH	Direitos Humanos
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EDUC	Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
ESMA	Escuela de Mecanica de la Armada
FASIC	Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
HIJOS	Hijos e hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio
IFHC	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IEA/USP	Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo
IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves
IHU	Instituto Humanitas Unisinos
IPM	Inquérito Policial Militar
KUBARK	Counterintelligence Interrogatory
LAMP	Latin American Microform Project
LSN	Lei de Segurança Nacional
MVCI	Mortes Violentas por Causas Indeterminadas
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
ONU	Organização das Nações Unidas
OEA	Organização dos Estados Americanos
ORVIL	Livro – O livro secreto do terrorismo no Brasil
PBMN	Projeto Brasil Nunca Mais
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PVP	Partido Victoria del Pueblo
SAAC	Sergio Augusto de Avellar Coutinho
SERPAJ	Servicio Paz y Justicia
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SINAN	Sistema de Informações de Agravos de Notificações
SIJAU	Secretariado Internacional dos Juristas pela Anistia no Uruguai
STF	Superior Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
TPP	Testemunhos Para a Paz
TERNUMA	Terrorismo Nunca Mais
TFP	Tradição Família e Propriedade
UNICAMP	Universidade de Campinas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
VPR	Vanguardia Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
PERCURSOS METODOLÓGICOS: A SOCIOLOGIA ANALISANDO A HISTÓRIA	16
1. GRUPO CLAMOR: A CONTRA-REDE DE INFORMAÇÕES E SOLIDARIEDADE LATINO-AMERICANA	22
2. UM CANTEIRO DE OBRAS CHAMADO BRASIL: NUNCA MAIS	50
2.1. Sangue e nacionalismo: O projeto Brasil Nunca Mais e a disputa pela “verdade”	66
3. A DISPUTA PELA “VERDADE”	75
3.1 Sem corpo, sem crime: o desrespeito aos direitos humanos como lógica de produção dos desaparecimentos de pessoas	91
4. A NOVA EQUIPE DO PBNM E A DIALÉTICA PERMANENTE DA IMAGEM DE QUEM DESAPARECE	98
CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS	
APÊNDICE	
ANEXO	

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1964 a 1985, o Brasil viveu sob a mão de ferro da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A partir dessa doutrina, o Estado perseguiu, sequestrou, prendeu, assassinou e desapareceu com centenas de pessoas. Tal doutrina teve origem no final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Muitos militares brasileiros começaram a frequentar as aulas no Colégio Nacional de Guerra (National War College) dos Estados Unidos. A influência foi tão avassaladora que fundaram no Brasil a Escola Superior de Guerra (ESG). Esta, se desenrolou em outros subprodutos como o Serviço de Segurança Nacional (SNI).

O Brasil assinou um acordo militar com os EUA: ser uma espécie de “oficina dos fundos” garantindo fornecimento de matérias-primas e minerais importantes. E no meio da Guerra Fria entre EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), não apenas o Brasil, mas a América Latina, já estavam com seus destinos definidos dentro da política norte-americana: seriam a reserva estratégica do sucesso e poderio *yanke* (BRAGA, 2002, p. 48). João Goulart, vice-presidente eleito pela via democrática com a maioria dos votos populares, assume a cadeira presidencial logo depois da polêmica renúncia do presidente Jânio Quadros (GORENDER, 1987). No entanto, pouco tempo depois é destituído do cargo pelos militares brasileiros com o apoio dos norte-americanos (BANDEIRA, 2001, pp. 202-222).

O que alguns chamam de “regime militar”, chamaremos aqui de ditadura civil-militar brasileira devido a atuação notória de civis. Como é o caso de conhecidos artistas brasileiros e empresários estrangeiros que influenciavam importantes decisões sobre os caminhos da ditadura. Um exemplo de participação civil está na figura do empresário dinamarquês naturalizado brasileiro e ex-presidente da empresa distribuidora de gás domiciliar, Ultragaz. Seu nome: Henning Albert Boilesen - 1916-1971 (PAZ, 1996, pp. 208-213). Conforme testemunho de Carlos Eugênio Paz (de codinome “Clemente”), Boilesen fora reconhecido por seus/suas companheiros/as da Aliança Libertadora Nacional (ALN) durante sessões de torturas na prisão. Segundo suas memórias (PAZ, 1996), o famoso empresário se deleitava em assistir e aplicar torturas nos/as opositores/as da ditadura.

Desde já esclarecemos que todas as personagens envolvidas no contexto deste trabalho são reais. Viveram ou vivem vidas reais. Sobre os nomes daqueles que, infelizmente, se envolveram com torturas e desaparecimentos, afirmamos que todos já foram amplamente divulgados em outras publicações. Avisamos também que não faremos um mapeamento

cronológico do contexto histórico que compreende o período da ditadura civil-militar brasileira. Poderíamos entrar no debate sobre as razões que levaram o então presidente da república, João Goulart (1919-1976) a “fugir” (ou ser obrigado a “fugir”) para o Uruguai afim de evitar um derramamento de sangue nas ruas. Ou quem sabe, discutirmos sobre os bastidores dos vários golpes militares desde a queda de Dom Pedro II. Não. A presente dissertação trata sobre a constituição de duas iniciativas: o grupo Clamor e o projeto Brasil: Nunca Mais (PBNM).

Nosso primeiro objetivo é remontar, aos olhos da sociologia, os percursos do grupo Clamor e da equipe do PBNM, os bastidores das duas equipes, a formação de pessoal, manutenção de cada escritório de trabalho, os obstáculos em suas trajetórias e seus desdobramentos nos dias de hoje. É uma análise sociológica sobre os projetos como dois instrumentos importantes na defesa dos direitos humanos (DH), pela busca de familiares ainda desaparecidos e pela revisão da Anistia por meio da justiça de transição.

Como objetivos secundários buscamos discutir os conceitos de verdade, justiça, disciplina e poder em Michel Foucault. Observando os documentos do Tribunal Militar, em especial o Processo 009 – Brasil: Nunca Mais, e os arquivos referentes ao período hospedados no site da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), analisaremos e compararemos os discursos dos militares e dos/as opositores/as da ditadura compreendendo suas diferentes narrativas e disputas por uma versão da história do período.

Finalmente, falaremos sobre os desdobramentos do PBNM. Uma nova equipe se formou a partir de 2008. O objetivo fundamental da nova equipe era garantir que o projeto não fosse destruído ou “desaparecido” também. A equipe se debruçou no trabalho de repatriação das cópias do projeto que se encontravam no exterior afim de digitaliza-lo e disponibiliza-lo na íntegra no site bnmdigit@l.com sob mecanismo de busca indexada. Assim, garantiram sua sobrevivência.

Como reação à ditadura (agente organizado de aparato policialesco), pela defesa dos DH's de quem passava o diabo nas torturas sempre acompanhadas por seus “interrogatórios preliminares”, surge de forma clandestina, em junho de 1978, um grupo chamado: Clamor (Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (1978-1991). Quem compunha o grupo? O advogado Luiz Eduardo Greenhalgh (1948), a jornalista britânica Jan Rocha (não conseguimos identificar a data de seu nascimento), um grupo de refugiados/as estrangeiros/as (sobretudo argentinos/as e uruguaios/as) e por religiosos/as comprometidos/as com a chamada igreja progressista.

Dos religiosos mais destacados do grupo estão o cardeal da Arquidiocese de São Paulo dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016) e o pastor presbiteriano Jaime Wright (1927-1999). Com o apoio do grupo, inúmeras pessoas puderam escapar das garras das ditaduras do Cone Sul, e, mais tarde de toda América-Latina se valendo do apoio e da proteção do Clamor e de outras entidades já conhecidas como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Seguramente um momento emblemático para a formação da equipe do projeto Brasil: Nunca Mais (PBNM) se deu em 1979. Nesse ano surge a urgência de salvaguardar os processos que a ditadura mantinha no Superior Tribunal Militar (STM) em Brasília. Com esses documentos em mãos, seria possível comprovar a variedade dos crimes cometidos pela ditadura sem possibilidades de defesa ou refutação. Era preciso não permitir que esses arquivos se perdessem ou que fossem destruídos. O PBNM apresentou a confirmação de que algo aconteceu.

Tentando remontar esse percurso, convido o/a leitor/a à nos acompanhar em um mergulho pelas histórias do grupo Clamor e do projeto Brasil: Nunca Mais. O Clamor surgiu antes do PBNM. Existe um paralelo curioso na arqueologia de cada equipe. Como afirmou Jan Rocha na entrevista que realizamos em fevereiro de 2022, houve um certo *overlap*¹ entre as duas equipes. Quer dizer, algumas figuras destacadas trabalharam nas duas equipes simultaneamente. Ninguém, além de um restrito grupo de pessoas, sabia da existência do projeto e suas finalidades. Chamei de “arqueologia” por se tratar, sobretudo, de arquivos. E dentro da perspectiva do pensador social francês Michel Foucault (1926-1984), arquivo é “o domínio das coisas ditas” (FOUCAULT, 2014, s/p).

O PBNM² começou a ser articulado a partir de meados de 1979. Quando um grupo de advogados/as, jornalistas, escritores, religiosos/as e uma socióloga teve a perspicaz ideia de não deixar acontecer o mesmo que aconteceu com os arquivos da ditadura de Getúlio Vargas: serem completamente destruídos.

Trabalhamos com a hipótese de que os abusos cometidos pelas polícias e pelas milícias do narcotráfico no Brasil hoje, se devem, também, pelo fato de não termos passado a limpo uma parte da história recente de nosso país (VIOLA; ZENAIDE; PIRES, 2017). E um país que não enxerga seu passado só poderá viver sob tensões ininterruptas repetindo os mesmos erros de

¹ Overlap: do verbo overlapped. Tradução livre: sobrepor (algo); coincidir.

² O projeto Brasil: Nunca Mais também leva o nome de Projeto “A”.

outrora (SANTAYANA, 2008). Se o torturador, estuprador, assassino, sequestrador (enfim, os “instrumentos” de parte de uma instituição da barbárie) não são responsabilizados por seus crimes, torna-se impossível esperar alguma civilidade em um país tão caótico como o Brasil (FILHO, 2010, pp. 47-67). Mesmo depois de 37 anos de seu fim, a ditadura ainda reaparece quando é enaltecida publicamente por seus simpatizantes e apoiadores (BARBA; WENTZEL, 2016). Seus gritos saem dos porões de um passado ainda não revisto. Diríamos, quem sabe, pensando com o fundador da psicanálise Sigmund Freud (1856-1939), tratar-se de um passado constantemente recalçado (FREUD, 1969).

A violência no Brasil não arrefeceu. Por que as práticas de torturas, desaparecimentos de pessoas e a taxa de uma nova categoria chamada de Mortes Violentas por Causas Indeterminadas (MVCI) tem crescido? A notificação que o Atlas da Violência (2021)³ trouxe em sua última versão é preocupante. A taxa de homicídios diminuiu enquanto a taxa de Mortes Violentas por Causas Indeterminadas (MVCI) aumentou 88,8% entre os anos de 2017 e 2019 (INSTITUTO, 2021, pp. 14-18). Há uma incapacidade (intencional ou não) das autoridades competentes em identificar a causa dessas mortes. Se não existe comprovação da origem da morte de alguém, isso quer dizer que essa morte não tem autoria. Torna-se mais uma dificuldade para lidar com as causas da violência, sobretudo, contra jovens negros de periferia.

Outro dado importante que aparece no Atlas da Violência de 2021 é o ressurgimento da Lei de Segurança Nacional (LSN). A LSN era a “galinha dos ovos de ouro” da ditadura. Acontece que cresceu o número de inquéritos policiais do chamado delitos de opinião baseados na Lei de Segurança Nacional e no Código Penal.

O PBNM é a reunião dos documentos da Justiça Militar e do Superior Tribunal Militar do período ditatorial no Brasil entre os anos de 1964-1979. Assim, torna-se difícil negar as graves denúncias de violências contra os direitos humanos de centenas de pessoas. Sequelas que não podem ser resolvidas. Crimes de lesa-humanidade.

Esta pesquisa se propõe a ser um debate científico, público e democrático sobre a violência no Brasil, sobretudo, acerca do fenômeno dos desaparecimentos de pessoas. O/a leitor/a entrará, a partir de agora, em um campo minado de dor, sofrimento e injustiça. Mas

³Neste Atlas da Violência 2021, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) contaram com a parceria do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). Como realizado nas últimas edições, buscou-se retratar a violência no Brasil principalmente a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde.

também poderá conferir, através das conclusões que chegaremos, que podemos dar a volta por cima se seguirmos os passos de uma justiça de transição plena.

PERCURSOS METODOLÓGICOS: A SOCIOLOGIA ANALISANDO A HISTÓRIA

Uma análise sociológica do grupo Clamor (1978-1990), do projeto Brasil: Nunca Mais (PBMN/1979-1985) e suas contribuições na defesa dos direitos humanos no Brasil e na América Latina. Partindo da análise dos dois grupos, buscamos compreender o fenômeno dos desaparecimentos de pessoas hoje, século XXI. Por que as diferentes formas de desaparecimento não param de se transmutar? Nosso interesse é compreender como este fenômeno se movimenta. Por que as pessoas continuam desaparecendo, sobretudo, jovens negros das periferias brasileiras?

Como procedimento metodológico para a realização desse trabalho, utilizamos a pesquisa bibliográfica. Precisamente, iniciamos com o livro *Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica* (SALVADOR, 1986). Optamos pela pesquisa bibliográfica por que ela viabiliza um movimento constante de observação de nossos objetivos. Outro texto importante para nós: *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica* (LIMA; MIOTO; 2007). Ele nos favorece maior clareza das etapas que envolvem a pesquisa, do cuidado com o material escolhido e o tratamento crítico permanente da hipótese que escolhemos.

Os desaparecimentos mostram uma variedade impressionante. Na época da ditadura civil-militar brasileira, o sujeito era forçadamente desaparecido. Contudo, não eram tratados como tal, mas como “foragidos”, “terroristas”, “procurados” entre outros termos (LIMA, 2003; OLIVEIRA, 2012). Desaparecidos “Políticos” ou “forçados” foi a terminologia que os movimentos sociais, pesquisadores e organismos multilaterais deram àquelas centenas de pessoas que permanecem até hoje desaparecidas. Além dos desaparecimentos forçados, temos agora desaparecimento civil, desaparecimento por catástrofes naturais e desaparecimentos pelas migrações forçadas (GATTI, 2018).

É o fenômeno dos desaparecimentos em transe (ou trânsito) contínuo. Não para de se transmutar porque novas formas de violência também não param de aparecer. Como aludiu a professora Mirian Goldenberg, “nenhuma pesquisa é totalmente controlável” porque a pesquisa é um processo de busca contínuo (GOLDENBERG, 1997, p. 13). O conhecimento do pesquisador é limitado, é assim devido a impossibilidade de controlar os problemas em sua completude. Como afirmou outro professor de métodos e técnicas de pesquisa, Ângelo Domingos Salvador: “os problemas provocam um estado de desequilíbrio e de inquietude”

que coloca o pesquisador em movimento constante no sentido de superar a questão e buscar novas soluções (SALVADOR, 1986, p. 56).

Ao não levar adiante a justiça de transição, parece que empurramos para debaixo do tapete a questão da tortura institucionalizada pelo Estado brasileiro durante seus 21 anos de ditadura civil-militar. Se hoje a tortura ainda existe, até dentro de supermercados, assim acreditamos, é devido ao fato de termos instituições frágeis. Mas são muito eficientes na hora de punir o ladrão de um pacote de bolachas. Pensamos na mesma linha que o professor Pedro Demo (DEMO, 2003, p. 03): nem sempre é preciso recorrer ao “Adão” e “Eva” para abordar determinados aspectos de um tema. Em nosso caso, por exemplo, não abordaremos com profundidade questões sobre “Ditadura Vargas”, “Plano (Operação) Condor”, ou, as minúcias e detalhes a respeito da cronologia da “Ditadura Civil-Militar Brasileira”. Para percorrer nosso trajeto, dividimos em quatro capítulos o tratamento da pesquisa bibliográfica.

O primeiro capítulo aborda o grupo Clamor. O desconhecimento da história do grupo, inclusive no meio acadêmico, é assustador. Sem o Clamor, não haveria o projeto Brasil: Nunca Mais (PBNM). A pesquisa nos arquivos hospedados no Centro de Documentação e Informação Científica (Cedic – PUC/SP) nos orienta da seguinte maneira: a) extrair informações dos documentos do grupo, de sua história, percurso, sua primeira equipe e a equipe que sobrou ao final dos trabalhos, a rede de solidariedade que foi forjada com o tempo e o destino final de seus arquivos chamado “Fundo Clamor”. Encontramos os seguintes livros: *Solidariedade não tem fronteiras: A história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras sul-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor* (ROCHA, 2018); *Clamor: A vitória de uma conspiração brasileira* (LIMA, 2003). Outros trabalhos publicados também nos trouxeram contribuições no sentido de conhecermos os bastidores da rede de solidariedade que se estabeleceu na América Latina em defesa dos/as refugiados/as que procuravam o Brasil. São eles: *O projeto Clamor: documentação e memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul e o acesso à informação* (ANDRADE, 2013); *Clamores contra as ditaduras do Cone Sul: o grupo Clamor e a solidariedade em defesa dos perseguidos políticos e seus familiares* (FRAGA, 2020); *Solidariedade no exílio: os laços entre argentinos e brasileiros* (QUADRAT, 2008); *Clamor: a solidariedade contra o terrorismo de Estado e a Operação Condor* (PADRÓS, 2014). Também tivemos que recorrer aos sites da web, como é o caso da live: *Clamor e Ditaduras no Cone Sul* (EDUC | TV-PUC, 2021). Nessa transmissão ao vivo, via youtube, foi discutida a relevância do papel dos trabalhos do grupo como a defesa dos DH's de milhares de pessoas e a incessante busca pelos/as desaparecidos/as incluindo crianças em torno

da América Latina. A jornalista Jan Rocha, uma das pessoas mais importantes dessa rede de solidariedade, esteve presente na transmissão.

O segundo capítulo é sobre o projeto Brasil: Nunca Mais (PBNM). As referências bibliográficas de suporte que narram a história do PBNM que selecionamos, foram os seguintes livros: *Brasil: Nunca Mais – Um relato para a história* (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985); *Um milagre, um universo: O acerto de contas com os torturadores* (WESCHLER, 1991); *Brasil: Nunca Mais – Perfil dos Atingidos* (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1987). São poucas as publicações acerca do PBNM. Mesmo assim, trabalhamos com as obras elencadas acima com objetivo geral de conhecer os detalhes do percurso, bastidores da equipe, formação de pessoal, manutenção de cada escritório em que se desenvolveu o projeto e os obstáculos até a sua publicação em junho de 1985. O artigo *Memória, verdade e justiça: o Projeto Brasil Nunca Mais e a comunicação alternativa nos anos de chumbo no Brasil* (CUNHA, 2014), apresenta a possibilidade de pensarmos o PBNM como um processo de comunicação e contrainformação alternativa de resgate da memória, de uma verdade histórica e da justiça sobre o período da ditadura civil-militar brasileira. Embora não nos aprofundemos neste sentido, é importante citar, mesmo que rapidamente, sua contribuição. Recorremos à pesquisa no acervo de entrevistas e documentos do site *Brasil: Nunca Mais Digit@l* (BNM Digit@l) e no canal do *Armazém Memória – Projeto Brasil: Nunca Mais* (youtube). Neste último, tivemos acesso às entrevistas com os/as participantes do PBNM. No site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) tivemos acesso ao arquivo da entrevista que Maria Celina Soares D'Araujo realizou com o advogado e também integrante da equipe do PBNM, Mário Passos Simas (D'ARAUJO, 2010). A entrevista mostrou como funcionava um tribunal militar, o que ocorria dentro de suas sessões, suas limitações e os abusos cometidos pelas juntas militares da ditadura. Simas nos coloca dentro dos tribunais.

Nesse capítulo, nosso interesse foi o de aproximarmo-nos de alguns aspectos importantes que percorrem o projeto e que não estão disponíveis em outros sítios e publicações impressas. Sem essas entrevistas, não teríamos sequer metade das informações sobre o BNM. Mesmo com todos os esforços do PBNM Digit@l, reunindo em um site todos os seus arquivos digitalizados, percebemos que este material que narra uma face da truculência do período da ditadura, ainda precisa ser divulgado amplamente. Cada brasileiro/a deve conhecer, não apenas superficialmente, nosso passado de terrorismo militar. E além de conhecê-lo, deve-se permanecer atento/a e vigilante para não permitir que assassinatos, torturas e desaparecimentos de pessoas ainda aconteçam sem nos darmos conta de onde vem suas raízes.

Para complementar os dados bibliográficos, recorreremos, em primeiro momento, à Série *Depoimentos: Projeto Brasil: Nunca Mais*. A série pertence à Mostra Virtual de Vídeos Brasil: Nunca Mais. É uma iniciativa pedagógica, com dois eixos de trabalho. Um deles consiste em preservar, reunir e disponibilizar na internet um conjunto de registros audiovisuais que retratam o período da ditadura no Brasil (1964-1985). O eixo seguinte pretende facilitar o acesso, através da página na internet, a professores, alunos e usuários. Apresenta os depoimentos de Eny Raimundo Moreira (advogada), Luiz Eduardo Greenhalgh (advogado), Vanya Sant'Anna⁴ (atriz e socióloga), Paulo de Tarso Vannuchi (1950 - jornalista) e Luis Carlos Sigmaringa Seixas (advogado). Os depoimentos foram realizados para o projeto Armazém Memória por Marcelo Zelic (vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais-SP/coordenador do Armazém Memória) em parceria com a Associação dos Arquivistas de São Paulo, o Instituto Paulo Freire e apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

O terceiro capítulo aborda um campo de disputa por uma versão definitiva dos fatos que cercam o período da ditadura civil-militar brasileira. Realizamos uma reflexão acerca do inquérito militar, do tribunal e da prisão tendo como orientação teórica mais destacada nesta dissertação o filósofo, historiador das ideias e teórico social francês, Michel Foucault (1926-1984). Entramos na discussão sobre conceitos importantes como verdade, discurso, poder, disciplina e justiça para pensarmos sobre como os tribunais militares se articulavam durante o período ditatorial e o que parece ter sobrado de suas estruturas tecnocráticas nos dias de hoje. Recorreremos às obras *Vigiar e Punir – O nascimento das prisões* (FOUCAULT, 2014); *A microfísica do Poder* (FOUCAULT, 2006); *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970* (FOUCAULT, 2014); *Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2014).

Sobre o conceito de “verdade”, o professor Timothy David Snyder (1969), apresenta a morte da verdade em seu livro *Sobre a Tirania: vinte lições do século XX para o presente* (SNYDER, 2017). Sobre a negação recorreremos, brevemente, ao neurocientista e psicanalista austríaco Sigmund Freud (1856-1939): *A Negativa - Die Verneinung* (FREUD, [1925] 1969). Orienta nossa análise das narrativas que envolvem um sistema de verdade que está presente na versão militar e na versão dos grupos de oposição à ditadura e seus familiares. Ainda sobre a

⁴ Esta é a única entrevista que Vanya concedeu em vida sobre o PBNM. Não se tem registro de outra entrevista sua sobre o tema. Por este motivo é que se faz necessário ouvir o que ela tem a nos dizer.

disputa pela “verdade”, recorremos ao trabalho *A guerra da memória - a ditadura militar nos depoimentos de opositores/as da ditadura e militares* (FILHO, 2002).

A primeira reação à publicação ao livro *Brasil: Nunca Mais* – Um relato para a História veio por meio de um outro livro publicado às pressas: *Brasil: Sempre* (GIORDANI, 1986) do ex-militar Marco Pollo Giordani. Ao que tudo indica, este livro é apenas uma parte de um trabalho maior de um grupo de militares que o escreveram clandestinamente. Tal grupo de militares que, parcialmente foi divulgado, veio a público apenas recentemente ao disseminarem entre seus pares um livro secreto chamado *ORVIL* - O livro secreto do terrorismo no Brasil. Foi no ano 2000 que o grupo de extrema-direita chamado *Ternuma – Terrorismo Nunca Mais* tomou coragem para publicar seu livro. Ainda assim, é mais fácil encontrar uma agulha no paiol que encontrar o livro. O que é uma pena, se fosse mais acessível, poderíamos trazer para a discussão seu papel dentro da história brasileira.

No quarto capítulo apresentamos os desdobramentos do PBNM após os 37 anos de sua publicação. Quem são as pessoas que compuseram a nova equipe do projeto e quais foram seus objetivos. Realizamos algumas entrevistas com as personagens que viveram aqueles anos. Jan Rocha (Clamor) e Frei Beto (PBNM). E com a nova equipe do *Brasil: Nunca Mais*, realizamos uma entrevista conjunta com o ativista dos direitos humanos no Brasil, sobretudo, na defesa da causa indígena, Marcelo Zelic e com o Procurador Geral da República Marlon Weichert. A nova equipe era formada por Marlon Weichert, Marcelo Zelic, Anivaldo Padilha (membro da primeira equipe do PBNM) e outros. O grupo trabalhou na repatriação dos arquivos do PBNM que estavam no exterior em formato de microfimes. Fizemos sua digitalização integral. Todos os depoimentos que aqui transcrevemos, seguiram a técnica literal da forma como cada um/a expressou suas memórias. Conforme a professora socióloga brasileira Dulce Consuelo Andreatta Whitaker aponta, acreditamos que:

Respeitar o entrevistado implica, portanto, reproduzir apenas os "erros" de sintaxe, isto é, as fônias peculiares de articulação do discurso. Escrever corretamente o léxico (sem erros ortográficos) nos parece fundamental para reforçar este respeito [...] Quando emergirem palavras e expressões características da pessoa e do grupo ao qual ela faz parte, elas devem vir transcritas de maneira fiel à pronúncia, podendo-se, portanto, grafá-las em ortografia alternativa e colocada entre aspas (WHITAKER, 1988. p. 68).

O/a leitor/a deve estar se perguntando: apenas quatro (4) entrevistados? Neste caso não se trata de realizar uma amostragem, mas de buscar atores socialmente situados e que atuaram diretamente ou que possuem uma visão privilegiada dos fatos. Suas palavras, aqui, entram como forma de cotejamento dos dados bibliográficos. Algumas pessoas que compuseram a primeira

equipe do PBNM e que entramos em contato, não quiseram falar do assunto ou não puderam por questões de saúde. Desta maneira, ao que cabe a essas personagens, nos atemos apenas às entrevistas que já haviam realizado anteriormente. Abordarmos também a imagem do/a desaparecido/a sob uma perspectiva dialética. A nomeamos como: a dialética-imagética da imagem de quem desapareceu. E sobre dialética, devemos informar nossa inspiração teórica: Georges Gurvitch (1894-1965). O sociólogo enfatiza que o objeto da sociologia, os fenômenos sociais totais, “essas participações do humano no humano”, percebidos no conjunto de suas características e movimentos, não pode ser compreendido devidamente se ignoramos a dialética. Assim, a missão do método dialético, segundo ele (GURVITCH, 1987, p. 16), é demolir todos os preconceitos adquiridos e cristalizados no sentido de impedir sua mumificação. Isso se deve à uma dificuldade em apreender o conjunto dos fenômenos em movimento e suas partes. O sociólogo propõe “uma dialética empírico-realista”, uma dialética enquanto método científico.

Por fim, gostaríamos de discorrer um pouco sobre a forma de escrita. Sabemos bem que todos os espaços ou campos (como diria Bourdieu) são espaços de disputas e constroem suas simbologias e rituais. A academia é um campo que se firmou por ter uma forma específica de escrita. Mas, como é sabido, a maior parte dos escritos acadêmicos ficam presos às estantes das teses e dissertações defendidas e esquecidas. As razões são variadas (e, também não é nosso propósito discorrer sobre isso), entre elas, está no fato de que a escrita acadêmica ser muito hermética. Tentamos, na medida em que for possível, buscar uma forma de escrita mais próxima da vida cotidiana. Não se trata de menosprezar a cultura acadêmica. Ressaltamos que se optamos por esse lugar, foi por acreditar em suas formas de fazer e construir saber. Nossa opção foi por buscar caminhos e meios de ampliar o acesso ao debate. Acreditamos, mais do que nunca, que tudo o que ocorreu (a ditadura civil-militar) pode se tornar real novamente e, sendo assim, precisamos ampliar o debate e buscar meios para que, como disse o famoso livro do projeto Brasil: Nunca Mais, a tortura nunca mais retorne.

1. GRUPO CLAMOR: A CONTRA-REDE DE INFORMAÇÕES E SOLIDARIEDADE LATINO-AMERICANA

Em novembro de 1977, uma jornalista caminha a passos largos na chuva em direção a um shopping center na Avenida Paulista em São Paulo. É Jan Rocha, jornalista britânica e correspondente do jornal inglês *The Guardian* e da Rádio *BBC* de Londres no Brasil. Jan está prestes a conhecer um casal de argentinos, Juan e Cláudia. No meio das pessoas que admiram as vitrines, Jan ouve um chamado inesperado: “Temos que pegar um ônibus”. A pedido de Cláudia, a jornalista não olhou a inscrição do coletivo que embarcava. O casal era um contato que a levaria a um endereço que desconhecia. Quem organizou o encontro entre os três foi Pedro, um líder sindical exilado no Brasil. Pedro conheceu Cláudia e Juan em “uma casa alugada por jornalistas ingleses” (ROCHA, 2018, pp. 31-32). Na casa, moravam a jornalista Sue Branford e Nick Terdre, irmão de Jan Rocha. A casa abrigava famílias de refugiados/as, em sua maioria argentinos/as. Nessas conversas, Jan descobre as atrocidades que vinham acontecendo com várias pessoas daquele país. Junto com Branford, escrevem uma matéria para o *The Guardian* baseada em entrevistas que Jan fez com os/as refugiados/as.

As histórias eram inúmeras. Jan toma conhecimento de uma nova forma da ditadura argentina lidar contra qualquer tipo de oposição: além das torturas, sequestros e prisões, agora as pessoas desapareciam também. Como não bastasse, há ainda a existência de campos de concentração clandestinos. Quem eram aquelas pessoas que começaram a bater na porta de sua casa apenas com a roupa do corpo? A maioria eram refugiados/as argentinos/as como Elida, Isabel Fadalla, Alcira, Luiz, Eduardo, Marcela, Cecília, Mário. Todos/as apareciam apavorados/as pelas incontáveis violências que haviam sofrido. Mesmo sabendo que no Brasil ainda existia uma ditadura, vieram assim mesmo.

O Brasil é um país de longas fronteiras, e dessa forma estavam mais perto de casa, apesar do clima de insegurança. Foi Pedro quem falou com Jan Rocha sobre formar uma organização para denunciar os absurdos que estavam ocorrendo na Argentina. Mas as medidas de segurança estavam valendo para todos/as, seus nomes verdadeiros jamais seriam informados, não sabiam se havia algum/a infiltrado/a da ditadura naquele grupo (FRAGA, 2018, p. 58).

Os reflexos da ditadura nas crianças eram perceptíveis. Algumas crianças gritavam sem parar, outras tinham convulsões quando ouviam as sirenes dos carros de polícia passando pela rua. O exílio, os assassinatos e os desaparecimentos de pessoas eram um verdadeiro extermínio.

Os/as refugiados/as começaram a vir não só da Argentina, mas também do Uruguai, Paraguai e Chile. No Brasil, eles/as conseguiram algum amparo por meio da Arquidiocese do Rio de Janeiro que era dirigida pelo cardeal dom Eugênio Sales (1920-2012). Os militares o viam como alguém de confiança. Dom Eugênio ajudou mais de 4 mil refugiados/as entre os anos de 1976 a 1982. Em São Paulo, a Comissão Justiça e Paz (CJP - com sede na Cúria de SP) oferecia suporte àquelas pessoas. Aos poucos surge um grupo chamado Comitê para a Defesa dos Direitos Humanos no Cone Sul (Clamor). Depois do Clamor, a CJP pôde se preocupar apenas com seu foco de atuação, os casos brasileiros.

Em Vitória (ES), o número de refugiados/as não era tão expressivo como em São Paulo. O apoio chegava de pequenas igrejas que mantinham alguma conexão com as atividades de solidariedade. O Alto Comissariado das Nações Unidas Para Refugiados (ACNUR) é o organismo oficial da Organização das Nações Unidas (ONU) que recebe os casos de pedidos de exílio no Brasil. Mas o ACNUR não dava suporte nem amparo às pessoas que vinham dos grupos armados de resistência. Naquele momento, os/as refugiados/as dividiam-se em dois grupos: um grupo procurava imediatamente contato com o ACNUR em busca de auxílio financeiro, médico e educacional. O outro grupo preferia permanecer clandestino por uma questão de segurança de suas vidas e de quem os ajudavam de alguma maneira. O fato de não se encaixarem no perfil de refugiados/as conforme o acordo⁵ entre ACNUR/ONU e a ditadura civil-militar brasileira (FRAGA, 2020, p. 15), também pesava no momento de definir quem seria acolhido/a pelo ACNUR.

Naquele encontro em que Jan Rocha foi levada às escuras pelo casal de argentinos a uma casa que desconhecia, ela reconheceu o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh⁶. Ele também fora procurado por exilados/as argentinos/as que precisavam de ajuda para denunciar o que estava acontecendo na Argentina. Gostariam de ajudar aqueles/as conterrâneos/as que chegavam ao Brasil. Jan lembrou de Greenhalgh quando o visitou inúmeras vezes em seu escritório buscando informações sobre presos/as e julgamentos. Na reunião, resolvem nomear o grupo. Deveria ter um nome forte e que não fosse apenas mais um comitê. O segundo passo era alinhar bem as

⁵ Dentro do acordo determinado verbalmente entre a ONU e a ditadura brasileira, uma das condições impostas pela ditadura determinava que a agência da ONU só atuaria de maneira extraoficial. Sendo assim, a sua presença só foi tolerada pelas autoridades militares devido à conveniência de seu trabalho na retirada de pessoas indesejáveis.

⁶ Luiz Eduardo Rodrigues Greenhalgh (São Paulo, 1948) é um advogado que atuou na defesa de presos políticos durante a ditadura. Atuou no grupo Clamor e na concepção, elaboração e publicação do projeto Brasil: Nunca Mais.

estratégias e métodos de atuação. Jan escreve em um quadro negro a palavra CLAMOR. Ela tem o mesmo significado em português, inglês e espanhol. O acrônimo CLAMOR incluía LA para América-Latina e a palavra Amor que expressava o amor pelos nossos/as vizinhos/as argentinos/as.

Em abril de 1978, o grupo apresentou os objetivos do Clamor ao pastor Jaime Wright⁷ (1927-1999). Passaram a se encontrar aos sábados à tarde no Instituto Sapientiae⁸, em São Paulo. Wright procurou seu amigo de infância, Charles (Chuck) Harper⁹. Chuck era coordenador do Conselho Mundial de Igrejas para a América-Latina (CMI). Também pastor presbiteriano, nascido no Brasil e filho de missionários americanos. Foi um contato importante para que o Clamor conseguisse o suporte financeiro para seus trabalhos. A participação dos/as argentinos/as neste momento de pré-formação do Clamor foi decisiva (FRAGA, 2020, p. 58). Os/as refugiados/as tinham a necessidade de denunciarem os campos de concentração argentinos, e foi por isso que tomaram a iniciativa de formar um grupo de resistência partindo do encontro entre Jan Rocha e Luiz Eduardo Greenhalgh.

Para terem êxito, precisavam de um guarda-chuva institucional (LIMA, 2003, pp. 29-35). O “guarda-chuva” chamava-se dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016) da Cúria de São Paulo. Dom Paulo foi uma das figuras mais emblemáticas de todo o processo que levou o Clamor a realizar tantas ações efetivas na defesa dos direitos humanos. Jan, Greenhalgh e Jaime Wright conversaram com o cardeal dom Paulo. Ele propôs que o Clamor fosse vinculado oficialmente à Comissão dos Direitos Humanos e Marginalizados (CDHM). Foi sua única condição. O que acabou favorecendo o grupo, já que as atividades do CDHM eram conhecidas, e podia abrigar o Clamor como se fossem suas atividades regulares, além de reduzir custos com gastos de estrutura física. Enfim, tinham um nome, uma proposta de trabalho, um espaço e acolhimento a ofertar.

⁷ Jaime Nelson Wright foi um pastor presbiteriano e defensor dos direitos humanos na América-Latina. Wright aparecerá em inúmeros momentos desta dissertação devido ao seu relevante papel dentro das histórias do Clamor e do PBNM. Alguns aspectos que ajudaram a forjar o PBNM Digit@l também são uma espécie de rescaldo do trabalho de Wright, um exemplo, sua metódica organização dos arquivos do Clamor e do PBNM.

⁸ O Instituto Superior de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae foi criado em 1977, em São Paulo, por iniciativa da educadora e doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) brasileira, Madre Cristina (nome civil: Célia Sodré Dória), formada em pedagogia em 1940. O Instituto está localizado em Perdizes, São Paulo.

⁹ Charles Roy Harper (falecido em 2016), foi um pastor presbiteriano e membro do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) em Genebra. Sua importância não se restringe ao levantamento financeiro junto ao CMI para o projeto Brasil: Nunca Mais (1985). Organizou e catalogou diversas matérias da imprensa brasileira e internacional sobre os abusos das ditaduras na América-Latina com a ajuda de seu amigo Jaime Wright.

No começo o grupo dava suporte apenas às pessoas que chegavam da região do Cone Sul. Qual era o objetivo fundamental do Clamor? Defender os direitos humanos na América-Latina. Pretendiam enviar boletins com as denúncias das violações dos direitos humanos para a imprensa internacional. Precisavam estabelecer vínculos com as organizações que também atuavam na mesma causa, sem ligação com partidos e organizações políticas. O Conselho Mundial de Igrejas (CMI), a Anistia Internacional e as organizações de direitos humanos da Argentina e de outros países (ROCHA, 2018, p. 35) forjavam sua rede de solidariedade com uma preocupação estritamente humanitária.

O que determinou o elo entre Jaime Wright e dom Paulo Evaristo Arns foram duas razões: a defesa dos direitos humanos e o fato de Jaime Wright ter um irmão desaparecido pela ditadura brasileira. Paulo Stuart Wright (1933-1973), desapareceu no dia 1º de setembro de 1973. Paulo era dirigente da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). A última vez que o viram com vida foi em um trem que seguia para Mauá (SP). Em sua companhia estava o dentista e também militante da APML, Osvaldo Rocha. De acordo com depoimento da sobrinha de Paulo, Delora Jan Wright (IEVA, 1996, pp. 369-372), os dois militantes percebendo que estavam sendo seguidos, resolveram descer do trem. Osvaldo desceu primeiro em um ponto. Em seguida, Paulo desceu em outro ponto e foi preso. Osvaldo foi levado para o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) em São Paulo. Lá, depois de dias de torturas, viu no chão a mesma blusa que Paulo Wright usava no dia em que foi sequestrado pelos torturadores. Até hoje Paulo Wright está desaparecido.

Greenhalgh esclareceu a Jaime Wright qual era o verdadeiro estado atual de seu irmão: “você tem que saber que o Paulo Wright está morto” (ROCHA, 2018, pp. 31-33). Jaime Wright é levado ao segundo encontro do grupo na casa da Rua Turiassu, no bairro de Perdizes, São Paulo. Ele é levado com óculos escuros que o impediam de ver para onde estavam indo. Em casa, o grupo procura alinhar as ideias. É o segundo encontro do Clamor, mas agora com o reforço do reverendo Jaime Wright. O grupo contou com várias pessoas de diferentes estados, países e ofícios. A vontade de fazer alguma coisa contra a ditadura os uniam.

Jan convoca um grupo de refugiados com intuito de escreverem um boletim que traduzisse os crimes de lesa-humanidade que estavam acontecendo. O boletim de nº1¹⁰ denunciava com vigor todos os relatos que o grupo ouviu até aquele momento. Redigidos em três línguas, português, inglês e espanhol em uma máquina de escrever Olivetti 22. Em seu

¹⁰ Ver lista de imagens.

índice constava: 1. Refugiados argentinos no Brasil. 2. Clamor dos refugiados do ACNUR. 3. O caso do Dr. Deghi. 4. O Clamor dos Campos de Concentração. 5. O Clamor do México. 6. Um Clamor do Uruguai. 7. O Clamor de Quem não Quer Exilar-se. 8. O Clamor do Artigo 14 da DUDH. O boletim foi publicado em junho de 1978 durante a Copa do Mundo de Futebol na Argentina.

A copa do mundo vivia uma situação polêmica. A junta militar que comandava o país era alvo de inúmeros protestos contra as violações dos direitos humanos. Inclusive na Europa havia um movimento que divulgava a ideia de boicote ao festival futebolístico. O evento custou quatro vezes mais que a copa da Alemanha em 1974. A ditadura argentina afirmava que enfrentava uma guerra suja em que alguns “excessos” foram necessários. Na Escuela de Mecanica de la Armada (ESMA)¹¹, temido campo de concentração de tortura e morte argentino, assassinaram sob tortura 22 mil pessoas (ROCHA, 2018, pp. 53-57). A seleção argentina ganhou por 3 a 1 da “Laranja Mecânica”, Holanda. Mas devido a tantos protestos contra a ditadura, os jogadores holandeses se recusaram a receber suas medalhas das mãos do general presidente Jorge Rafael Videla Redondo (1976-1981). Em vez disso, a seleção da Holanda e da Suécia participaram de um protesto em solidariedade às Madres de Plaza de Mayo.

O Clamor mantinha intercâmbio com várias organizações que lutavam pelos mesmos princípios. Assim, forjaram uma rede clandestina de defesa dos direitos humanos. Na rede estavam: Abuelas de Plaza de Mayo; Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH); Familiares de Detenidos y Desaparecidos por Razones Políticas; Madres de Plaza de Mayo; Servicio Paz y Justicia (SERPAJ); Vicaría de Solidaridad; Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas (FASIC); Asociación de Familiares de Presos Políticos; United Nations Human Rights Council; Conselho Mundial de Igrejas (CMI); Organização dos Estados Americanos (OEA); Paraguay – Human Rights Watch; Comité Inter-Mouvements Auprès Des Evacués (CIMADE) e Anistia Internacional (ANDRADE, 2013, p. 107). Talvez o segredo do sucesso dos trabalhos do Clamor seja exatamente essa rede de solidariedade sem fronteiras.

O Boletim nº 3¹², publicado em outubro de 1978, trazia uma lista dos/as desaparecidos/as que chegavam na forma de cartas ou por meio de denúncias. Eram pessoas que escaparam das garras do terror argentino. Jornalistas, professores/as, empregadas domésticas, físicos/as nucleares, estudantes, advogados/as, operários/as, bancários/as, babás, pedreiros, religiosos/as.

¹¹ Campo de Concentração: Escuela Mecanica de la Armada. Hoje é o complexo cultural ex-ESMA.

¹² Ver lista de imagens.

Dom Paulo definiu com maestria o cenário de sequestros, prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos: um muro de silêncio, cinismo e ameaças.

Para as ditaduras, os/as desaparecidos/as eram todos/as terroristas que foram assassinados/as pelos/as próprios/as companheiros/as. Outros/as viviam uma vida de mordomia no exterior. Suas mães não eram mães. Se fossem, teriam “educado corretamente” suas crianças. Sem se deixarem abater pelas calúnias dos beleguinhos¹³ da ditadura, essas mães e avós se organizaram, criaram listas de nomes, não se cansavam de perguntar: “onde estão”? Quem eram aquelas pessoas que desapareciam?

Depois que Jimmy Carter¹⁴ tomou posse, ele foi muito pressionado por entidades dos direitos humanos de vários países. Carter fez uma visita ao Brasil no dia 29 de março de 1978. Em seu discurso, ao lado do então presidente militar brasileiro Ernesto Geisel¹⁵, Carter “estremeceu”. Esqueceu em casa sua agenda dos direitos humanos. Fez apenas uma alusão rápida sobre a liberdade humana. A primeira dama dos EUA, Rosalinn Carter, esteve no Brasil um ano antes, em 1977. Na ocasião, ela se encontrou com alguns/algumas defensores/as dos direitos humanos como dom Paulo. Após ouvir as graves violações dos DH’s no Brasil, Rosalinn teve um encontro com Geisel. Não poderia ter sido diferente, o general a definiu como uma pessoa “impertinente” (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2017).

O muro de silêncio e cinismo se manteve imperturbável. A ditadura argentina criava listas falsas de desaparecidos/as como mais uma forma de manobrar a situação. Publicada em agosto de 1978, a lista do general Jorge Rafael Videla expunha 201 nomes de pessoas desaparecidas. Mas não apresentava nenhuma informação de onde estavam e como estavam. Checada a lista, percebeu-se que nenhum daqueles nomes apareciam em nenhuma das listas das organizações dos DH’s. Na Argentina, passavam dos milhares.

Sem corpo, sem crime. Se os corpos aparecessem, os responsáveis seriam julgados e condenados. Acreditavam no extermínio de uma geração de ativistas. Desaparecendo com suas vidas, seus corpos e documentos que confirmavam que um dia existiram. Não satisfeitos, decidiram sumir com os/as filhos/as daqueles/as desaparecidos/as traficando-os/as ou vendendo-os/as. Muitas vezes, os próprios torturadores roubavam as crianças, inclusive bebês

¹³ Empregado inferior de Justiça que citava, prendia; Agente policial ou judicial (Sin.: esbirro, galfarro, malsim, mastim, meirinho, tira.).

¹⁴ James (Jimmy) Earl Carter Jr. foi o 39.º presidente dos Estados Unidos de 1977 a 1981.

¹⁵ Ernesto Beckmann Geisel foi o quarto general da ditadura a ser presidente. Seu mandato foi de 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979.

recém-nascidos. Essas crianças, em parte, nunca souberam quem eram de fato seus pais e suas mães.

Os corpos de pelo menos 45 pessoas chegaram na margem do Rio da Prata¹⁶ a partir de 1976 até outubro de 1979. Neste ano chegou ao Clamor uma carta anônima dando informações desses corpos. Os corpos estavam com os pés e mãos amarrados e muitos com sinais de armas de fogo. Na carta, o remetente dava detalhes, por meio de um desenho feito à mão, onde exatamente enterraram os corpos (ROCHA, 2018, pp. 59-66). Era o mar mandando os corpos de volta para a terra. O/a leitor verá mais adiante que a prática de lançar pessoas no mar e rios durante voos de helicópteros não era algo especificamente da ditadura argentina. No Brasil, sobretudo na região do Rio Araguaia, esses voos eram conhecidos como “Viagem pra Brasília”.

O pequeno grupo de voluntários/as¹⁷ do Clamor pensava em uma maneira de contornar eventuais riscos e manipulações. Aquelas listas com 10 a 30 mil desaparecidos/as não poderiam se transformar em uma questão abstrata. Preocupavam-se em mostrar que aquelas pessoas não eram apenas números. Eram pais, mães, filhos/as, avós/avôs com suas histórias e mereciam respeito. Muito se pensou sobre qual estratégia utilizar, e acabaram decidindo que o Clamor deveria fazer sua própria lista reunindo o máximo possível de detalhes sobre cada um/a. Era um dossiê com milhares de casos, 7.046 pessoas. As ditaduras faziam exatamente o contrário, apagavam suas identidades quando roubavam seus pertences e documentos pessoais.

Era muito trabalho para pouca gente com pouco tempo. Em 1981, ainda não haviam computadores, *internet* e *softwares* à disposição como se tem hoje. Os recursos eram realmente limitados. Precisavam de outros membros para a equipe. Preferivelmente que fossem argentinos/as e que já tivessem certa vivência com os direitos humanos. Conseguiram falar com algumas pessoas que se dispuseram, mas quando elas se davam conta da dimensão do trabalho que teriam pela frente, desistiam.

Não tardou muito e Jan Rocha foi procurada por um casal de argentinos. Eram Gustavo Pierola e Marisa Monti. Os dois chegaram em São Paulo no ano de 1978 procurando abrigo para Marisa ter o bebê que trazia consigo. Na Argentina, não havia a menor possibilidade de permanecerem. Fernando, irmão de Gustavo, estava desaparecido, e agora, o casal também era procurado mesmo sem ter atuação política em nenhuma organização. Gustavo e Marisa eram

¹⁶ Rio de La Plata é um estuário do Oceano Atlântico e é formado pelos rios Paraná e Uruguai. É o limite entre Argentina e Uruguai com extensão de 290 quilômetros.

¹⁷ Exceto Jaime Wright que podia dedicar-se exclusivamente aos trabalhos do grupo.

professores de educação física. Estavam cheios de energia e gostariam de ajudar seus/suas conterrâneos/as (ROCHA, 2018, p. 246). Tinham à disposição uma máquina de escrever Olivetti Lettera 33 e muita vontade de trabalhar.

O grupo conseguiu financiamento junto ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI) por intermédio de Chuck (Charles) Harper. Assim era possível pagar o aluguel de uma casa no município de Embu das Artes, que fica a 43 minutos da capital São Paulo. Em Embu das Artes, Gustavo e Marisa poderiam morar com tranquilidade e segurança para realizarem o trabalho e para ganharem o bebê. A casa, praticamente sem mobília, era ideal para espalharem pilhas e mais pilhas de papéis pelo chão, desenrolando e compondo o projeto que estava nascendo. A partir daquele momento, não se tratava mais de confecção dos boletins, agora o projeto era mais complexo.

O responsável por visitar frequentemente o casal era Jaime Wright. Ele sempre ia visitá-los para acompanhar o progresso dos trabalhos, trazer novas informações importantes e conduzir visitas como as Abuelas de Mayo. As Abuelas apareciam ansiosas por notícias de algum/a desaparecido/a. Se encontravam uma informação nova, recorriam a um método diferente para transportá-las: anotavam em um papel de arroz com letras minúsculas e escondiam dentro de caixas de chocolates da marca “Garoto”. O chocolate era a “fachada”¹⁸ perfeita para levarem dinheiro e bilhetes importantes para dentro e fora do Brasil. Mais adiante o/a leitor/a perceberá também que a “tática Garoto” foi utilizada pela equipe do PBNM.

Gustavo e Marisa organizaram as fichas de forma indexada. Nessas fichas constavam itens básicos como nome, idade, estado civil, nacionalidade, documento de identidade, data de detenção, nome de algum familiar desaparecido e observações importantes tais como “fulano” foi visto em determinado campo, ou, nascido em determinado cativeiro.

A lista (que começou com as fichas) virou uma espécie de livro-dossiê. Foi concluída no final de 1982 e trazia uma quantidade enorme de informações que vinham de todos os cantos. Chegavam listas da Assembleia Permanente de Direitos Humanos (APDH), das organizações de familiares e dos direitos humanos na Argentina, lista de desaparecidos/as que fora publicada pela Anistia Internacional em 1979. Também chegavam listas de grupos de exilados. O fundamental de cada lista eram os depoimentos e informações dos/as refugiados/as que estavam em São Paulo.

¹⁸ É uma imagem ilusória que serve para escamotear a imagem verdadeira de alguma coisa ou pessoa.

Mas houve critério na hora de catalogar os dados e informações. Desta maneira permitiriam que todos os casos fossem cruzados e conferidos cuidadosamente. Ao final dos trabalhos, perceberam que 494 nomes eram de pessoas que já estavam em liberdade ou que os familiares confirmaram com certeza que estavam mortas de fato. O livro que era para ser um conjunto de listas, ganhou o título de *Desaparecidos en la Argentina*¹⁹. Tratavam-se de 460 páginas, com 7.046 nomes de pessoas desaparecidas. Os nomes estavam em ordem alfabética, vinte e uma páginas recheadas de gráficos, mapas e listas de siglas. A introdução foi de dom Paulo e a tiragem saiu em três línguas (inglês, espanhol e português) como era costume do Clamor. A capa do livro-dossiê é do pintor italiano Guido Razzi (1934-2020).

Mas o livro-dossiê também apresentou alguns dados estatísticos, apontaram que a maioria dos/as desaparecidos/as eram argentinos/as. Vinte e seis (26) eram de outros países da Europa. Outros vinham de quase todos os países da América do Sul como Bolívia, Chile, Brasil, Colômbia, Equador, Uruguai, Paraguai e Venezuela. E também de três países do Oriente Médio como Israel, Síria e Líbano. Também Japão, Estados Unidos, Cuba e Guatemala.

Sobre suas profissões surgiu uma diversidade de 54 no total: 50% eram trabalhadores/as manuais e empregados/as; 23% eram estudantes; 20% tinham outras profissões; 72% eram do sexo masculino, um pouco mais de 20% eram mulheres; jovens entre 17 e 30 anos, 67%; 43% adolescentes entre 13 e 18 anos; 24,5% tinham idade entre 31 a 50 anos; 32% tinham mais de 30 anos e 1% com menos de 12 anos. Sobre desaparecidos: 46,6% das pessoas haviam desaparecido no ano de 1976 (primeiro ano da ditadura argentina); 36% desapareceu em 1977 e 11,5% em 1978. Sobre sequestrados: 72,8% foram sequestrados/as em Buenos Aires; 8,7% em Córdoba; 7,7% em Tucumán; 3% em Santa Fé e 3,3% em Mendoza (ROCHA, 2018, pp. 250-253).

Também foi montada uma lista com 61 centros clandestinos de detenção. Grande parte das informações sobre os campos de concentração argentinos foi levantada pessoalmente por Gustavo durante sua viagem para Argentina apenas com uma mochila nas costas em 1982. Os “chocolates”, como já dissemos, era um código que Jaime Wright havia criado para driblar os agentes da ditadura de plantão. Quando ele ligava avisando que chegariam mais “chocolates”, estava se referindo às novas remessas de dinheiro que trazia, muitas vezes, amarrada em sua cintura (LIMA, 2003). O código servia também para o envio do livro-dossiê. Michael Mary

¹⁹ *Disappeared in Argentina* ou *Desaparecidos na Argentina*.

Nolan, missionária e advogada norte-americana, também se arriscou levando mais “chocolates” em sua mala à Buenos Aires em um encontro com as Abuelas y Madres de Mayo.

Para as ditaduras do Cone Sul, essas pessoas não existiram oficialmente. Os juízes não aceitavam nenhum pedido de *habeas corpus* das famílias porque sabiam que o destino dos/as sequestrados/as já estava definido e não adiantava mais procurá-los/as. O objetivo era permanentemente manter o clima de terror na população e ocultar as provas dos crimes que estavam praticando. O trabalho solidário que se estabeleceu entre o Clamor e os/as refugiados/as (e mais tarde com as avós e mães de maio), foi fundamental para a elaboração dos boletins, do livro/dossiê e dos calendários com as fotos das crianças desaparecidas.

Os campos de concentração, como eram definidos pelos/as refugiados/as argentinos/as, eram um instrumento de controle e extermínio dos/as opositores/as da ditadura. A Anistia Internacional preferia chamá-los de campos de detenção secretos. Outros os definiam como centros de detenção clandestinos. A ditadura argentina preferia fazer uso de seu cinismo habitual, se referia aos campos como “chupadores”, ou seja, lugares onde as pessoas eram dissipadas integralmente.

A perseguição começou contra os chamados “subversivos” e depois passou para todo e qualquer tipo de oposição. Qualquer comentário crítico sobre a ditadura despertava a repressão. O testemunho de Rafael Videla, (o Grillo), sobrevivente do campo de concentração do quartel do 5º Regimento do Exército argentino, em entrevista à Jan Rocha, narrou as atrocidades que aconteceram naquele lugar. Grillo foi torturado por 45 dias, o nível de crueldade pelo qual passou chega a ser inenarrável tamanha a angústia que desperta em quem lê. Ele chegou ao extremo de não saber mais se queria viver ou mesmo morrer. Se pergunta como que um corpo humano poderia sobreviver à mercê de tanto sofrimento. Depois de liberto, sua família continuou sendo torturada. Mas era outra forma de tortura. Com visitas à sua casa e ameaças constantes dos torturadores que insistiam em impor um estado de terror permanente (ROCHA, 2018, pp. 71-72).

Em “La Perla”, um campo de concentração localizado em Córdoba, Argentina, Graciela Geuna²⁰, viu quando as pessoas foram assassinadas a sangue frio em frente à uma vala. Postas de joelhos, foram fuziladas e depois simplesmente empurradas para o fundo da vala. Em seguida, queimaram os corpos com combustível de avião (ROCHA, 2018, p. 67). Um sobrevivente narrou para Jan Rocha o que viu no campo de concentração chamado “Campo de

²⁰ Deu seu depoimento em 1980 para a Comissão Argentina para os Direitos Humanos (Cadhu) em Madri.

Mayo”²¹. Jan não apresenta seu nome. Ele disse que o cheiro de carne humana queimando era tão forte que era impossível não sentir náuseas. A ditadura argentina encontrou outra forma para desaparecer com as pessoas que haviam sequestrado e torturado: os “traslados”. Dopavam os/as prisioneiros/as e em seguida os/as enterravam em valas clandestinas de terrenos baldios, em cemitérios sem nenhuma identificação, ou, simplesmente jogavam em pleno voo, pessoas ainda vivas no Atlântico Sul. Como dizia a ditadura do Brasil, era “mais comida de peixe na restinga da Guanabara” (ZUZU, 2006).

A possibilidade de não ter fronteiras para reagir contra as ditaduras com solidariedade em vez de crueldade, demonstra uma característica diferente. Trata-se de uma organização que agiu dentro das brechas da lei. O Clamor conseguiu realizar as seguintes tarefas: a) resistência não-violenta em forma de rede de solidariedade internacional; b) denúncia no âmbito internacional das violações dos direitos humanos por meio da publicação de dezessete boletins, calendários, listas de contribuintes para financiamento dos trabalhos de encontrar crianças desaparecidas e mais um livro /dossiê sobre desaparecidos/as na Argentina; c) acolhida de refugiados/as com apoio de ordem básica como alimentação, moradia, educação, atendimento médico, financeiro, documentação das crianças sem registros; d) trabalho conjunto com as Abuelas e Madres de Mayo na busca por familiares desaparecidos e no levantamento de informações e confrontação de dados.

O grupo já contava com uma equipe relativamente grande em comparação ao seu início. A irmã Michael Mary Nolan, o padre Roberto Grandmaison, Tereza Brandão, Fermino Fechio (todos membros da Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos), Maria Auxiliadora Arantes (ela era membro do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) e do Comitê Brasileiro de Solidariedade Latino-Americana (CBS), Cida Horta (professora que recebia os/as refugiados/as na Cúria), Inge Schilling (trabalhava no ACNUR entrevistando os/as refugiados/as), Paulo Schilling (economista), João Xerri (frei dominicano e pároco da Igreja São Domingos em Perdizes) e Lilia Azevedo (ativista católica de direitos humanos). Os familiares também deram suas contribuições da maneira que podiam. Alma, esposa de Jaime Wright, levava os calendários das crianças desaparecidas para a Argentina. Os filhos de Jan e Plauto (esposo de Jan Rocha), Camilo e Ali, brincavam com os/as filhos/as dos/as refugiados/as (argentinos/as e uruguaios/as) em casa (FRAGA, 2020, pp. 67-68).

²¹ Quartel-general do Exército localizado em Buenos Aires.

O padre Roberto Grandmaison teve, assim como muitos do grupo, uma participação importante dentro dos trabalhos do Clamor. E um desses trabalhos era justamente repassar ao maior número de canais internacionais de divulgação os crimes de lesa-humanidade que ocorriam em solo brasileiro. O premier canadense, Pierre Trudeau (1919-2000), veio ao Brasil como convidado de honra da Câmara do Comércio Brasil-Canadá. Seria um almoço no Hotel Hilton, São Paulo. Trudeau era um dos candidatos ao cargo de Secretário Geral da ONU naquele momento. A ocasião era ideal para mais uma ação do Clamor. Entregar uma carta ao premier pedindo que aceitassem mais refugiados da América do Sul e com mais denúncias dos crimes das ditaduras. O padre Roberto Grandmaison quem entregaria a carta ao premier. O evento foi pitoresco. Jaime Wright comprou cinco ingressos para um almoço: Padre Roberto, Jaime Wright, Jan Rocha, Michael Nolan e Luiz Eduardo Greenhalgh formavam o grupo que destoava daqueles empresários vestidos de ternos pretos.

Quando o padre Roberto se aproximou de Trudeau, seus seguranças rapidamente se colocaram ao lado de Roberto para o caso de algum atentado. Houve um certo burburinho que deixou o clima no salão sob tensão. Quem eram aqueles sujeitos? Em língua francesa, Roberto justifica sua aproximação: explica rapidamente a razão de estarem ali e que gostariam de entregar-lhe uma carta do grupo. Disse ao premier que era amigo de Corbet, um padre conhecido de Trudeau. Queriam que ele ficasse a par dos absurdos que estavam acontecendo na América-Latina. Trudeau agradeceu a carta e a mencionou em seu discurso após o almoço (ROCHA, 2018, pp. 287-299) produzindo relevante reverberação. A comunicação com o Canadá foi construída a partir deste encontro e se manteve. Se as ditaduras do Cone Sul não respeitavam as fronteiras entre os países espalhando terror e medo, por que o Clamor deveria respeitar essas fronteiras? Segundo a avaliação do grupo, era preciso agir com a mesma intensidade espalhando esperança e acolhimento.

Todas as pessoas do grupo eram importantes. Algumas tiveram maior visibilidade que outras. Mas o que realmente importava era chamar a atenção para o que acontecia naquele momento. A maioria do grupo atuava de forma clandestina. Segundo Padrós (EDUC/TV-PUC, 2021), dom Paulo foi uma dessas figuras importantes não só para o sucesso do Clamor como também para um dos grandes vetores de denúncias de tudo que houve na última ditadura civil-militar brasileira, o projeto Brasil: Nunca Mais (PBNM). Contemos um pouco mais sobre dom Paulo Evaristo Arns.

Sua infância fora marcada pela violência da Segunda-Guerra Mundial (1939-1945). Em 1943, Getúlio Vargas decretou “Estado de Guerra” contra o “eixo do mal” (Alemanha, Itália e Japão). A família Arns foi obrigada a incinerar fotografias da família, jornais, livros, revistas e tudo que tivesse origem alemã em sua casa. Como se todo/a alemão/ã fosse nazista exatamente por ser alemão/ã. Gabriel Arns, pai do pequeno Paulo, foi obrigado a se esconder, seu paradeiro não foi revelado nem para sua família. O pai de dom Paulo se tornou o primeiro clandestino em sua vida. Em 1947, dom Paulo foi estudar na Sorbonne, a principal universidade de Paris, França. Foi lá que ele teve contato com outro tipo de igreja, uma igreja que se envolvia com as questões da vida cotidiana das cidades e vilarejos. Lá ele pôde desenvolver mais o que já trazia consigo como princípio, a defesa dos direitos humanos (LIMA, 2003, p. 41).

Seu interesse pela defesa dos DH's lhe custou muito tempo de dedicação e paciência para suportar uma infinidade de desaforos pelos quais passou. Seu primeiro confronto direto com a ditadura se deu na ocasião em que a assistente social Yara Spadini e o padre Giulio Vicini foram presos. Os dois foram conduzidos ao Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP) onde foram torturados. Spadini e Vicini foram sequestrados enquanto levavam um documento datilografado que denunciava a morte de um operário sob tortura. Contrariado, dom Paulo vai ao presídio "Tiradentes" para onde Spadini e Vicini foram transferidos. Dom Paulo se dirigiu ao DOPS e exigiu ver as câmaras de tortura. Os agentes negaram a existência de tais câmaras de tortura naquele local e afirmaram que Spadini e Vicini eram dois mentirosos. Como reação, dom Paulo escreveu uma nota de repúdio à tortura “ignominiosa” e aos “fatos deprimentes” exigindo alguma medida concreta das autoridades. Na manhã de 04 de fevereiro de 1971, todas as igrejas de São Paulo amanhecaram com a nota de repúdio de dom Paulo (LIMA, 2003, pp. 42-43) estampada em suas portas.

Dom Paulo exigia uma conversa com o atual ditador presidente do Brasil, Emílio Garrastazu Médici²² (1905-1985). Depois de muito insistir, o cardeal conseguiu uma conversa com o general. Na manhã do dia 05 de maio de 1971 dom Paulo “tomou” um “chá de cadeira” de mais de uma hora e meia aguardando a boa vontade do general. Como era de se supor, a visita não foi boa. O general deu início a uma sessão de socos na mesa demonstrando total descontrole diante da situação. O ditador de plantão perguntava ao cardeal por que ele não cumpria a sua missão dentro da sacristia. Nenhum militar iria concordar com evidência alguma sobre mortes, torturas e desaparecimentos de pessoas. A ordem era negar! A resposta do cardeal

²² Médici foi o terceiro presidente do período da ditadura militar brasileira. Governou entre 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974. Também participou da Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas.

viria no ano seguinte com a chamada “Declaração de Brodósqui”²³. O general tentou fugir do cardeal várias vezes porque sabia que seria pressionado por ele que já tinha em mãos provas suficientes dos crimes que estavam ocorrendo no Brasil. Dom Paulo denunciou publicamente as torturas e prisões ilegais durante a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) organizada por ele em julho de 1972. No mesmo ano, foi criada pela Arquidiocese a Comissão Justiça e Paz (CJP) com um grupo de advogados e juristas²⁴ de prestígio nacional (LIMA, 2003, pp. 43-44).

Diante da realidade concreta dos campos de concentração, em novembro de 1978, um fato expôs ao mundo a rede de informações e colaboração entre as ditaduras da América do Sul. Quando Lílían Celiberti Rosas de Casariego (33 anos), seus dois filhos Camilo (9 anos) e Francesca (3 anos) e Universindo Diaz foram sequestrados na rua Botafogo em Porto Alegre (FERRI, 1981, p. 39), ficou evidente que havia no Brasil uma rede internacional de repressão. Jan Rocha recebeu uma ligação no dia 17 de novembro de 1979. Uma militante do Partido Victoria del Pueblo (PVP) estava na outra linha explicando a Jan o que estava acontecendo com Lílían Celiberti, com seus filhos e seu companheiro.

Jan pediu a Omar Ferri, advogado comprometido com a defesa dos direitos humanos que fosse ao apartamento de Lílían Celiberti. Não encontrou ninguém das três vezes em que tentou contato. Começou uma articulação entre jornalistas por intermédio de Ferri. Ao sair já bem tarde de um julgamento em que estava envolvido, foi interpelado pelos jornalistas José Mitchel (jornal do Brasil) e Erni Quaresmo (jornal O Globo). Comentaram com Ferri que o também jornalista Luiz Cláudio Cunha (revista Veja) havia recebido uma ligação de uma pessoa

²³ Entre os dias 6 e 8 de julho de 1972, dom Paulo Evaristo Arns denunciou pela primeira vez abertamente as prisões ilegais e torturas que estavam ocorrendo no Brasil. O encontro ficou conhecido como “Declaração de Brodósqui”.

²⁴ O time era grande. Dalmo Dallari (1931-2022), foi um jurista brasileiro e professor emérito da Universidade de São Paulo. José Carlos Dias (1930), advogado criminalista e político brasileiro. Atualmente, é conselheiro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, membro do conselho curador da Fundação Padre Anchieta e coordenador da Comissão Nacional da Verdade, de agosto a novembro de 2013. Mário Passos Simas (1934), iniciou sua carreira profissional como advogado de defesa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, atividade que se estendeu até 1975. Com o golpe de 1964, passou a advogar com regularidade para presos políticos durante a ditadura em São Paulo atuando perante à Justiça Militar. Foi membro fundador da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, criada em 1972. Fábio Konder Comparato (1936), formou-se em direito pela Universidade de São Paulo (USP) em 1959. Na mesma universidade, recebeu o título de livre-docente em 1966. Tornou-se doutor em direito pela Universidade de Paris em 1963, além de doutor *honoris causa* da Universidade de Coimbra em 1999. Hélio Pereira Bicudo (1922-2018), foi um advogado e político brasileiro. Militante dos direitos humanos, trabalhou em investigações de grupos criminosos como o “Esquadrão da Morte” após sua missão ser cancelada pelo procurador geral da justiça em 1971.

falando em castelhano rapidamente. Chegaram à conclusão que deveria ser a mesma pessoa que ligou para Jan Rocha.

Luiz Cláudio Cunha (chefe da sucursal da revista Veja em porto Alegre) e o fotógrafo João Batista Scalco (revista Placar) foram juntos até a casa de Lílían Celiberti. Quando tocaram a campainha, uma mulher entre 20 a 30 anos entreabriu a porta do apartamento em silêncio. Os jornalistas perguntaram se ela seria Lílían Celiberti. Quando respondeu que sim, os dois jornalistas foram surpreendidos com os canos de dois revólveres. Dois sujeitos os obrigaram a entrar. Pegaram seus documentos e foram postos de frente para parede passando por uma revista minuciosa. Depois de alguns minutos ali foram dispensados com a recomendação de não publicarem nada a respeito já que se tratava de um caso de estrangeiros ilegais no Brasil. Luiz Cláudio e João Batista falaram imediatamente com Omar Ferri. Ao comentar com Jan Rocha, a conclusão era a seguinte: haviam inúmeros pontos obscuros na história, a começar pelo zelador (ROCHA, 2018, p. 83). Mas a história ainda se prolongaria com carga de tensão ainda maior devido a angústia de não se saber o que aconteceu de fato e onde estariam os uruguaios.

Naquele dia Ferri vai mais uma vez ao apartamento de Lílían. Encontra a porta aberta com a esposa do zelador limpando o imóvel. Tapete encardido, tocos de cigarros nos cinzeiros e palitos de fósforos. O cenário mostrava que muita gente havia transitado ali nos últimos dias. Mas o que havia acontecido com a família entre os dias 17 e 20 de novembro de 1978? Lília Celiberti, mãe de Lílían, chegou em Montevideo. Ela veio da Itália, onde residia. Quando chegou em Porto Alegre, a mãe de Lílían deparou-se com uma matéria que estampava sua família na capa do jornal Zero Hora: “Denúncia de sequestro investigada”. Lília foi direto à redação do jornal onde falou com o jornalista Milton Galdino. Através de Galdino ela conseguiu falar com Omar Ferri que já estava completamente envolvido no caso. Na manhã do dia 23 de novembro de 1978 saiu em todos os jornais a seguinte notícia de capa: “Entreguem meus netos, pelo menos” (LIMA, 2003, p. 101).

Omar Ferri recebeu duas ligações anônimas. Uma o alertava para agir rápido em favor das duas crianças. Outra informava que Lílían e sua família haviam sido levados para o Uruguai sob o comando do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Porto Alegre. A escritã do DOPS, Faustina Elenira Severino, afirmou em sua ligação para Omar Ferri que sua função era cuidar das duas crianças enquanto estivessem “presas” (ROCHA, 2018, p. 91). Se fosse comprovada a participação do Brasil no sequestro, então os responsáveis pelo crime são tanto do Uruguai quanto do Brasil (FERRI, 1981, p. 51).

O Clamor começou uma mobilização internacional de denúncia do sequestro dos uruguaios LÍlian, Universindo e as crianças. O comitê central da Anistia Internacional, com o empenho de Patrícia Fcenedy, fez campanha na Itália e Suécia onde eles haviam vivido. O fato de sua filha Francesca ter nascido na Itália colaborou com a busca. O Comitê Brasileiro de Anistia também corroborou com as denúncias. O Serviço de Defesa dos Direitos do Homem (França) enviou uma carta ao presidente Geisel exigindo explicações do governo brasileiro sobre o trabalho em conjunto entre as ditaduras da Argentina, Uruguai e Brasil. O Secretariado Internacional dos Juristas pela Anistia no Uruguai (SIJAU) mandou o advogado Jean Louis Weil, direto de Paris, acompanhar o caso de perto (LIMA, 2003, pp. 102-103).

A pressão internacional não teve o efeito esperado. No dia 25 de novembro de 1978, a ditadura uruguaia publicou um comunicado de número 1.400 afirmando os uruguaios haviam sido presos por entrarem em território uruguaio com material de teor marxista. Afirmavam também que ambos pertenciam a uma organização marxista de amplitude internacional. A ditadura tentou, mas não conseguiu desfazer o “serviço” que haviam feito. Somente no dia 27 de março de 1979 que Omar Ferri recebeu uma ligação da irmã de LÍlian, Mirtha Adonai. A ligação vinha de Milão, onde vivia. Ela disse a Ferri que LÍlian confirmou ter sido sequestrada no dia 12 de novembro de 1978. Em seguida levaram ela e as crianças até a fronteira com o Uruguai. Lá separaram ela dos filhos enviando-os ao Uruguai. LÍlian ficou trancada em seu apartamento em Porto Alegre até o dia 17 de novembro de 1978. Foi nessa ocasião que os dois jornalistas foram revistados no apartamento dela.

LÍlian temia se tornar mais uma desaparecida. Na verdade, quando a levaram de volta para o apartamento da rua Botafogo, eles pretendiam usá-la como isca para atrair outros/as refugiados/as. No dia em que a separaram de seus dois filhos na fronteira, os agentes das ditaduras disseram para ela a seguinte frase: “colaborar ou desaparecer”. Em abril de 1980, Omar Ferri recebeu mais uma ligação. Dessa vez não era anônima. Quem ligou para ele foi o soldado e também fotógrafo Hugo Walter García Rivas (Companhia de Contra-Informações do Estado-Maior do Exército Uruguaio). Hugo estava procurando por asilo político.

Hugo Rivas entregou todo os detalhes do sequestro dos uruguaios. Inclusive, foi ele mesmo quem tirou as fotos da família para os documentos falsos. Até as ditaduras faziam documentos falsos. Contou que a operação do sequestro foi batizada de “Zapato Roto”. Citou os nomes dos envolvidos tanto do lado brasileiro como do lado uruguaio. Forjaram acusação de porte de armas para incriminar o casal. As crianças foram devolvidas no dia 25 de novembro

de 1978. Quem avisou Omar Ferri por telefone foi o pai de Lílían Celiberti, Homero Celiberti. O soldado Hugo Walter Rivas trocou essas informações por asilo político na Noruega intermediado pelo advogado Belisário dos Santos Júnior que representava o SIJAU (LIMA, 2003, p. 104).

O/a leitor/a deve ficar atento/a às datas. Lílían Celiberti só foi liberta em março de 1984 depois de inúmeras manifestações internacionais que exigiam sua liberdade e o esclarecimento de seu sequestro. Ela ficou incomunicável assim como Universindo. Lílían ficou presa no calabouço do 13º Regimento de Infantaria no Uruguai. O regimento era conhecido como “El infierno”. Ela podia ler um livro a cada duas semanas. Receber visitas apenas de uma hora também a cada duas semanas. Subentende-se que Universindo tenha ficado da mesma maneira incomunicável.

Quem eram aquelas pessoas que estavam na casa de Lílían? O jornalista Luiz Cláudio Cunha reconheceu depois o ex-jogador de futebol da seleção brasileira, “Didi Pedalada”²⁵. Didi saiu do futebol gaúcho direto para às câmaras de tortura. O DOPS de Porto Alegre era comandado pelo delegado Pedro Carlos Seelig (ROCHA, 2018, p. 92). Seelig era conhecido por ser um dos mais carrascos dos torturadores da ditadura em Porto Alegre. Os dois participaram do sequestro dos uruguaios e estavam no apartamento de Lílían naquele 17 de novembro quando Cunha e Scalco foram empurrados para dentro do apartamento e revistados.

Agiram em conjunto com a ditadura uruguaia. A verdade sobre a família de Lílían ganhou notoriedade na imprensa internacional. Foram sequestrados pelas equipes policiais do Uruguai e do Brasil em uma evidente ação conjunta. A “Operação Condor” é revelada. Jaime Wright publicou vários artigos denunciando o sequestro. A maioria desses artigos foram escritos para o jornal “O São Paulo”. Denunciou com veemência o que ele nomeou como (FESCINOSPACOSUL) “Festival de Cinismo dos Países do Cone Sul” (LIMA, 2003, pp. 103-105).

A “Operação (ou Plano) Condor” determinou uma defesa hemisférica de uma ideologia que tinha objetivos muito claros, matar quem se opusesse à sua organização de terror. Dentro dos principais objetivos da Operação, estavam o de coordenar, cooperar e sistematizar ainda mais o combate “antissubversivo”. Fazer um levantamento das organizações de oposição por meio de um intercâmbio e armazenamento de informações sobre elas. Determinando o que chamaram de “Zona Condor”, foi preciso deslocar clandestinamente agentes das ditaduras

²⁵ Orandir Portassi Lucas (1947-2005). Ver lista de imagens.

realizando operações conjuntamente. Desta forma, organizaram equipes especiais para outras operações fora da América do Sul. Estruturar um banco de dados regional de cada agente subversivo monitorando e controlando seus movimentos. Com essa “metodologia” (PADRÓS, 2014, p. 59), se desenrolaram centenas de casos com a marca “Condor”.

A Central de Inteligência Americana (CIA) sob o comando de seu diretor na época, Bush pai²⁶, e seu secretário de Estado em questão, Henry Kissinger (1923), mais o general Vernon Walter (1917-2002), organizaram um plano de reação ao processo de abertura política que estava iniciando no Brasil em 1979. Radicalizar atentados com explosões em todos os países da América-Latina e culpar as organizações de esquerda. Era esse o principal objetivo naquele momento. Tratava-se de uma aliança que interligava o Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia (SALLES, 2019, pp. 155-156). A “comunidade de informações” nasceu em um encontro realizado no Chile em dezembro de 1975.

O sucesso da Operação Condor só foi possível devido a esse suporte que os Estados Unidos dispuseram, sobretudo ao Brasil, seu celeiro preferido. Bush pai era a figura chave na articulação de um evento oficial no Hotel Glória, no Rio de Janeiro em meados de 1980. O evento foi promovido pela International Police Association, a maior e mais considerada organização policial do mundo fundada em 1951. Foram três dias de conspirações “oficiais” para resolver o problema da subversão de vez. Cerca de 200 pessoas se reuniram no hotel Glória em um evento que batizaram como Primeiro Congresso Brasileiro sobre Violência Urbana e Suas Implicações (CBVUI)²⁷. O evento começou no dia 19 de novembro de 1980 (NETTO; MEDEIROS; 2012, pp. 129-130), era apenas um truque de ilusionismo para que reuniões mais “sérias” acontecessem. Como exemplo, definir o que fazer com os corpos de suas próximas vítimas.

As ditaduras com o apoio dos EUA, copiaram dos nazistas até o sistema de códigos criptografados para escamotear seus planos. Caçar, torturar, executar e desaparecer com pessoas eram técnicas que compunham a metodologia da organização de extermínio. Uma das suas principais características era não ter fronteiras (PADRÓS, 2005, p. 107). Voltamos a afirmar, a solidariedade do Clamor também não teve fronteiras. Talvez, a “teologia das brechas”, invenção de Jaime Wright (ROCHA, 2018, p. 291), fosse mesmo uma metodologia nada ortodoxa que soube aproveitar toda oportunidade para cumprir sua agenda dos direitos humanos.

²⁶ George Herbert Walker Bush (1924-2018). Bush pai foi o 41º presidente dos Estados Unidos da América.

²⁷ Criamos esta sigla à revelia para nomearmos e lembrarmos.

Da mesma forma que a “Operação Condor” agia clandestinamente por todo Cone Sul, o Clamor denunciava as atrocidades dos campos de concentração. Sem perceber, o Clamor estabeleceu uma rede solidária de “Operação Contra-Condor” (QUADRAT, 2008, p. 15). De tipo horizontal e de colaboração mútua que não tinha nenhum apoio do Estado. Exceto algumas entidades religiosas (já citadas) que davam suporte aos trabalhos de forma clandestina. A “Operação Condor” era um organismo que pretendia ter conhecimento de todos os passos de seus inimigos. Determinou como inimigo todo aquele que não coadunasse com sua “bíblia”: a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Além de queimarem pessoas em valas clandestinas, seguiam com interesses de ordem financeira (FRAGA, 2020, pp. 26-28). Alguma reação com certeza viria, e a reação veio com o grupo Clamor e sua rede de solidariedade sem fronteiras.

Essas pessoas articularam discretamente uma rede de defesa dos direitos humanos que em pouco tempo iria se tornar uma pedra no sapato da ditadura. E essa rede só foi possível porque, como já o dissemos, existiram laços de solidariedade entre organizações de direitos humanos de outros países como as Abuelas y Madres de Mayo e do SERPAJ²⁸. O Clamor já era conhecido mesmo com poucos anos de atuação. Se tornou um refúgio e uma esperança para aqueles/as refugiados/as que lutavam por suas vidas. Assim, ajudavam também a sair do martírio em que estavam submetidos/as.

Em 1991, após 13 anos de intensa atividade, o grupo encerrou seus trabalhos. A razão do grupo existir havia perdido seu sentido. Os países do Cone Sul estavam voltando um após outro ao regime democrático. Os/as refugiados/as já não batiam mais na porta da Cúria e o telefone já não tocava mais. Então decidiram enviar uma carta para todas as organizações que estiveram junto com o grupo durante aqueles anos. A carta foi em forma de um documento intitulado “Uma história de solidariedade” enviada no dia 10 de dezembro de 1991.

O Clamor contava com doze membros em sua equipe, cada qual foi cuidar de sua vida, atuar de outra maneira e seguir seu caminho. Ficou a tarefa de dar um destino ao arquivo do grupo. Eram cartas, documentos e boletins. Tudo foi posto em dezoito caixas em um quarto vazio nos fundos da Cúria. Um tempo depois a Cúria pediu a sala de volta por que precisavam de espaço. Então começou uma outra busca para encontrar um outro lugar para o acervo. O acervo ficou hospedado no subsolo do Colégio Marista Arquidiocesano na Vila Mariana. A

²⁸ O Servicio Paz y Justicia é uma organização não governamental de direitos humanos na América Latina, fundada em 1974. É uma organização cristã e não violenta, e estava comprometida com a defesa de presos políticos nas diferentes ditaduras da América do Sul durante.

partir de 1993 o Centro de Documentação e Informação Científica (Cedic da PUC-SP) iniciou um trabalho de recuperação do arquivo Clamor (ROCHA, 2018, pp. 354-358).

Uma equipe que contava com a liderança da arquivista Ana Célia Navarro de Andrade e da historiadora Heloisa de Faria Cruz organizou a reunião, preservação e organização de todo material do arquivo. Acabou se tornando o projeto *CLAMOR: documentação e memória de um comitê pelos direitos humanos no Cone Sul* que obteve um pequeno apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Somaram mais de 50 mil páginas digitalizadas. O material foi organizado, higienizado, digitalizado e ganhou um nome: “Fundo Clamor”. Depois de treze anos de luta, havia chegado a “hora de apagar a vela e fechar a porta” (ARANTES, 2015).

Ana Célia Navarro de Andrade analisou os documentos do Clamor apontando sua importância enquanto fonte histórica. Resgatando a importância da trajetória do grupo e os objetivos que lhes foram atribuídos. Seu trabalho se articula da seguinte maneira: a) complementação do “Fundo Clamor” e construção de um histórico mais amplo da trajetória do Comitê em suas articulações com entidades e organismos de defesa dos Direitos Humanos no Brasil, América-Latina, América do Norte e Europa; b) tratamento e organização física do arquivo, culminando com sua digitalização. As premissas de Andrade se articulam em duas frentes: a) localizar os documentos dispersos do arquivo do Comitê reunindo-os definitivamente no Centro de Documentação da PUC-SP; b) organizar e descrever o Fundo do Clamor elaborando seu inventário (ANDRADE, 2000, p. 110).

Na entrevista que fizemos com Jan rocha, perguntamos se havia sofrido algum tipo de perseguição, e, se poderia apontar “quem” desaparece hoje no Brasil:

Pelo fato de ser uma correspondente estrangeira credenciada pelo Itamarati, eu desfrutava de uma certa proteção. Só fui chamada uma vez pela Polícia Federal para prestar esclarecimentos com relação a uma matéria sobre saques em São Paulo. O governo militar não se importava muito com os refugiados, o foco era sempre a questão interna [...] Hoje não tem mais presos políticos, mas os presídios estão cheios de pessoas cujos direitos humanos foram violados por serem pobres, pretos. Mulheres presas por roubar macarrão ou água, jovens identificados erradamente na base de fotos, ou por estarem na posse de algumas gramas de maconha. Quem desaparece hoje são jovens na periferia – as três crianças em Belfort Roxo, jovens presos por suspeita, etc. (Jan Rocha)²⁹.

Ela observa que a ligação do Clamor com as novas gerações no Brasil praticamente não existe. Vê que eles/as não sabem quase nada sobre o período. Nas escolas não aprenderam nada

²⁹ ROCHA, Jan. **Entrevista I**. [fev. 2022]. Entrevistador: Fernando da Silva Oliveira. Goiânia, 2021. A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice desta dissertação.

sobre a ditadura e o que acontecia no Cone Sul naquela época. Existe uma lacuna enorme. Na Argentina, em suas visitas aos centros clandestinos de tortura, ela encontrou muitos jovens que não viveram aquele período, mas que sabiam tudo sobre ele. Silêncio, tergiversamento, negacionismo e apologia à ditadura civil-militar é o cenário que se configura como o desafio para as novas gerações que têm diante de si um passado ditatorial de caráter duplo. É a volta (ou a manutenção) do “muro de silêncio e cinismo” que se mantém imperturbável como afirmamos anteriormente. É o FESCINOSPACOSUL (Festival de Cinismo dos Países do Cone Sul) em plena atividade. Para confirmar tal afirmação basta colocar o olhar para o que acontece hoje no Brasil.

O general ex-presidente do Brasil, Ernesto Geisel concordou em dar uma entrevista para Maria Celina D’Araújo (doutora e mestre em Ciência Política e ex-professora e pesquisadora da FGV CPDOC) e Celso Castro (Diretor da Escola de Ciências Sociais da FGV CPDOC). A entrevista aconteceu entre os dias 13 de julho de 1993 a 31 de agosto de 1994. Geisel foi entrevistado na ocasião do projeto “1964 e o regime militar” desenvolvido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil (CPDOC). A entrevista se transformou em livro mais tarde e foi publicada em 1997 trazendo o título “Ernesto Geisel”.

Nas páginas 112 e 113 do livro, Geisel nos mostra a conjuntura política daquele momento sob sua perspectiva. O ex-presidente comenta que os pedidos para a volta da ditadura estavam constantes. Ele afirma que não era só o Bolsonaro, mas muita gente lhe incomodava “com esse negócio: “Quando é que o exército vai dar o golpe? O senhor tem que agir, é preciso voltar!””. Em seguida diz que Bolsonaro é um caso totalmente fora do normal e que, em sua opinião, Bolsonaro é um “mau militar” (D’ARAÚJO; CASTRO; 1997, pp. 112-113). Naquela altura, mesmo considerando que o vínculo de militares com a política no Brasil era algo “tradicional” e que “é sempre a política entrando no exército”, Geisel acreditava que o cenário era de mudança e que aquelas tentativas de tomar o poder não resistiriam ao que ele chamou de “evolução”.

A negativa parece ser um instrumento usual de muitos militares, paramilitares e simpatizantes da ditadura. Interessante notar que Bolsonaro há muito tempo faz propaganda constante em favor da ditadura. Durante o *impeachment* da ex-presidente brasileira, Dilma Rousseff, em 2014, por exemplo, exaltou a figura do torturador e diretor do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, o já falecido Carlos Brilhante Ustra, codinome capitão Tibiriçá.

Bolsonaro frequentemente afirma que não houve ditadura, nem torturas e menos ainda desaparecimentos forçados. Já o “cidadão de bem” Carlos Brilhante Ustra, em seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade (TOMADA, 2013) no dia 10 de maio de 2013, afirmou que sob seu comando ninguém foi morto dentro do DOI-CODI. Todos, segundo ele, foram mortos em combate. Ustra comandou o órgão referido de 1970 a 1975. De acordo com o ex-procurador-geral da República Claudio Fonteles, durante audiência da Comissão Nacional da Verdade, o documento oficial encontrado por ele no Arquivo Nacional apresenta 50 mortes de presos entre 1970 e 1975. Todas essas mortes aconteceram no DOI-CODI, do II Exército, em São Paulo durante administração de Brilhante Ustra.

Diante do exposto, o ex-coronel reformado, morto em 15 de outubro de 2015, exaltou-se afirmando que todos aqueles que morreram no DOI-CODI eram “anjinhos” mortos com armas na mão no meio da rua. Poderíamos enveredarmos no significado mais profundo da negação como instrumento de defesa e de imposição de uma outra “verdade” dos fatos. Mas vamos apenas pincelar alguns comentários que julgamos pertinentes para fechar nosso raciocínio. Segundo a teoria psicanalítica do Dr. Sigmund Freud:

Negar algo em um julgamento é, no fundo dizer: 'Isso é algo que eu preferiria reprimir.' Um juízo negativo é o substituto intelectual da repressão; o seu 'não' é a marca distintiva da repressão, um certificado de origem (FREUD, 1925, pp. 295-300).

Freud está nos dizendo que o ato de negar com tanta veemência é o mesmo que admitir que algo aconteceu. Portanto, quando o ex-comandante do DOI-CODI nega que: a) aquelas 50 pessoas não morreram naquele local; b) quando se irrita golpeando a mesa com os punhos; c) quando tira e põe seus óculos escuros constantemente; d) quando afirma enfaticamente que não vai fazer acareação com “terrorista”, ele só está denunciando a todos/as que estão ali, e a si próprio, uma desesperada luta por “sua verdade” e que já perdeu aquele debate. Para defender-se e fugir de uma outra verdade que está sendo posta diante de seus olhos, recorre uma vez mais à violência.

De fato aquelas mortes aconteceram dentro de seu comando. Ustra foi o primeiro militar condenado por uma:

Decisão que reconheceu a existência de relação jurídica de responsabilidade civil com ex-presos políticos, em razão da prática de ato ilícito durante a ditadura. Em decisão por maioria de votos, o colegiado assinalou que “esclarecendo o passado, estamos dando exemplo e trazendo à tona uma situação inadmissível, que não podemos esconder debaixo do tapete (TARTUCE, 2015).

O *impeachment* de Dilma Rousseff, foi um ato desesperado da extrema-direita, sobretudo, no sentido de frear a Comissão Nacional da Verdade (CNV). A CNV tinha data

limitada para seus trabalhos, iniciou em 18 de novembro de 2011 e concluiu em 10 de dezembro de 2014. Os membros da CNV, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti, Maria Rita Kehl, Pedro Dallari, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Cardoso, entregaram o Relatório Final da Comissão à Dilma Rousseff, em cerimônia realizada no dia 10 de dezembro de 2014 no Palácio do Planalto. Naquele momento, a CNV já havia avançado em termos de apuração dos crimes impunes de torturadores como Ustra. Eles sentiram medo.

Após o impedimento, abriu-se caminho para o período bolsonarista. Claro que não nos cabe aqui, neste momento, entrarmos nos detalhes de tal processo de impedimento. Estamos convictos que se tratou de um golpe, e como bem define o termo, um impedimento. Mais adiante voltaremos a falar da CNV. Agora precisamos esclarecer o que ficou ainda nebuloso: para além da teoria freudiana, gostaríamos de trazer rapidamente ao debate o ex-delegado do DOPS-ES, Cláudio Guerra (1941).

O ex-delegado apontou exatamente como se desenrolavam os mecanismos de assassinatos e desaparecimentos de pessoas durante o período da ditadura civil-militar no Brasil. O temido delegado do Espírito Santo era testa de ferro de um velho conhecido de Brilhante Ustra, Freddie Perdigão³⁰. Perdigão, segundo a opinião do hoje pastor Cláudio Guerra, conseguiu ser mais cruel que Carlos Brilhante Ustra e Sérgio Paranhos Fleury juntos. Cláudio Guerra atuava em várias frentes. Tinha contato direto com Ustra, Fleury e Perdigão. Este último era seu mentor intelectual de seus crimes. Seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade mais a publicação do livro³¹ *Memórias de uma guerra suja* (2012)³², são provas do que realmente aconteceu nas ruas, na famosa “Casa da Morte” em Petrópolis e na usina de cana-de-açúcar na cidade de Campus, São Paulo.

Há um detalhe que chama atenção em seu depoimento, são o que chamaremos de “cenários de resistência”. Os cenários de resistência é o conjunto de mentiras com intuito de iludir: a) distorcer a perícia, criar cenários, plantar “velas”, ou seja, no jargão militar é colocar uma arma nas mãos do/a morto/a simulando uma troca de tiros e resistência à polícia; b) distorção das características dos agentes assassinos sempre com uma versão completamente diferente da realidade. Exemplo: os policiais do Dops usavam ternos pretos, óculos escuros e

³⁰ Freddie Perdigão Pereira (1936-1996) foi um militar brasileiro. Pertenceu ao Centro de Informações do Exército (CIE) e do Serviço Nacional de Informações (SNI). Usou os pseudônimos de Dr. Nagib e Dr. Roberto. Doutorado não tinha. Morreu durante uma operação de apêndice. Esteve diretamente ligado ao atentado ao RioCentro. Falaremos deste atentado mais adiante.

³¹ O livro foi escrito pelos jornalistas Rogério Medeiros e Marcelo Netto a partir dos depoimentos de Cláudio Guerra.

³² Ver referências.

bigode. Mas outros agentes que faziam parte da equipe diziam que os policiais não tinham bigode e nem usavam ternos pretos; c) construção de testemunhas; d) ataques a bombas em bancas de jornais, em shows e etc. com a finalidade de culpar a esquerda (MEDEIROS; NETTO, 2012, pp. 40-42) que já se encontrava quase que totalmente desmobilizada.

Sobre a construção de testemunhas Cláudio Guerra explica que consistia em confundir as pessoas presentes no local do crime. Um ou dois agentes infiltrados da ditadura se misturavam no meio das pessoas curiosas, começam a contar uma versão de como aconteceu a morte do sujeito e como era fisicamente o matador, no caso, ele mesmo. As pessoas acreditavam nas versões e não contestavam a verdade do que viram. Até quem havia presenciado o homicídio acreditava no que não viu. O medo de ser levado para os porões imundos da ditadura também era enorme. Isso aconteceu com um popular que estava no momento em que o pastor (Cláudio Guerra) matava um opositor, mas ele não apresenta seu nome.

O assassinato da designer de moda Zuzu Angel³³ é um bom exemplo para ilustrar o que acabamos de dizer. Sua morte foi desvendada por Guerra em uma entrevista³⁴ ao apresentador do programa Observatório da Imprensa (TV Brasil) Alberto Dines. O ex-delegado do Dops do Espírito Santo narra com detalhes a sequência de fotografias tiradas por jornalistas da época. Naquele momento, antes das equipes de imprensa chegarem, os agentes já haviam “limpado” a cena do crime. Enquanto saía do túnel Dois Irmãos no Rio de Janeiro, outro veículo (com os agentes da ditadura) emparelhou-se ao carro da designer jogando-o contra a proteção do viaduto Mestre Manuel onde capotou várias vezes (GUERRA, 2014) até o final do barranco. Seu carro voou pela ribanceira atravessando a avenida Niemeyer parando só na rua Projetada ao lado da favela da Rocinha.

Contudo, Cláudio Guerra nos mostra a fotografia em que aparece um sujeito de bigode escorado em um poste de luz. O sujeito é o major Freddie Perdigão Pereira, seu superior. Zuzu foi morta por que procurava por notícias de seu filho desaparecido em 1971, Stuart Angel. Ela estava chamando muita atenção da imprensa nacional e internacional. Zuzu enviou uma carta ao compositor e escritor brasileiro Chico Buarque de Holanda (1944) implorando alguma ajuda. Em 1977, depois de um ano da morte de Zuzu, Chico Buarque escreveu a letra Angélica em

³³ Zuleika de Souza Netto (1921-1976) foi uma designer de moda que se tornou conhecida pela busca de seu filho desaparecido, Stuart Edgar Angel Jones (1945-1971).

³⁴ Vale ressaltar que no mesmo ano de 2014, Cláudio Guerra prestou depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV) sobre o caso de Zuzu Angel. Foi nesta ocasião que a revelação do caso recebeu a versão definitiva.

cima da melodia composta por Milton (1943) do grupo MPB-4 em homenagem à ela. Em 1981 a canção ficou pronta e foi publicada no álbum Almanaque.

O tema da desapareição é muito profundo, uma fratura. São fragmentos desaparecidos de uma parte da cultura, da história e de pessoas. Stuart Angel cursava economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trabalhava como professor. Era casado com Sônia Maria Lopes de Moraes (1946-1973). Stuart integrava o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), foi sequestrado por agentes do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) na manhã do dia 14 de maio de 1977. Foi levado para a Base Aérea do Galeão, Rio de Janeiro. Alex Polari de Alverga (1950), presenciou as torturas e o assassinato de Stuart no pátio do CISA. Alex estava preso no mesmo lugar, ele pertencia à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Em um determinado trecho da extensa carta que escrevera à Zuzu Angel, Alex Polari narra o seguinte:

Em um momento retiraram o capuz e pude vê-lo sendo espancado depois de descido do pau-de-arara. Antes, à tarde, ouvi durante muito tempo um alvoroço no pátio do CISA. Havia barulho de carros sendo ligados, acelerações, gritos e uma tosse constante de engasgo e que pude notar que se sucedia sempre às acelerações. Consegui com muito esforço olhar pela janela que ficava a uns dois metros do chão e me deparei com algo difícil de esquecer: junto a um sem número de torturadores, oficiais e soldados, Stuart, já com a pele semi-esfolada, era arrastado de um lado para outro no pátio, amarrado a uma viatura e, de quando em quando, obrigado, com a boca quase colada a uma descarga aberta, a aspirar gases tóxicos que eram expelidos (BRASIL, 2007).

Para o desaparecimento de Stuart Angel, Alex Polari de Alverga afirmou que existem duas versões. A primeira diz que Stuart foi jogado em alto-mar durante um voo de helicóptero em uma área militar localizada na região da restinga de Marambaia, na Barra de Guaratiba, perto da zona rural do Rio de Janeiro. A outra versão é que Stuart teria sido enterrado como indigente em um cemitério em Inhaúma, subúrbio do Rio de Janeiro. As duas versões de seu desaparecimento são igualmente possíveis uma vez que as duas práticas de desaparecimentos foram amplamente utilizadas pelas organizações criminosas da ditadura (CABRAL; LAPA, 1979, p. 115).

Mais adiante o/a leitor/a poderá conferir que esses voos de helicóptero eram tão recorrentes que se tornaram, por um tempo, o meio mais “discreto” de descartar as pessoas que a ditadura torturava e assassinava a sangue frio. Lembremos o seguinte, primeiro os órgãos policiaescos da ditadura assassinavam essas pessoas em plena luz do dia a tiros. Em seguida, afirmavam que foram mortos em combate com a polícia. As matérias censuradas dos jornais os/as tratavam como “mortos em tiroteio” (NETTO; MEDEIROS, 2012). Quando ficou insustentável a farsa dos “tiroteios”, a ditadura começou a aplicar mais torturas e a enterrar os

corpos em qualquer cemitério ou lotes baldios que os servissem. Depois, recorreram à maneira nazifascista de lidar com os corpos dos mortos: incinerava-os em grandes valas com vários corpos amontoados ou em fornos gigantes.

Stuart Angel foi assassinado covardemente dentro das dependências do Centro de Informações da aeronáutica (CISA). Logo, a responsabilidade direta por parte do Estado está determinada. Depois de quase 50 anos, a irmã de Stuart, Hildegard Beatriz Angel Bogossian (1949) conseguiu enfim as certidões oficiais de óbito de Stuart Angel e de sua mãe Zuzu Angel. Nos documentos oficiais emitidos no dia 06 de setembro de 2019, consta a responsabilidade do Estado ao assumir que a:

“Morte não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro, no contexto da perseguição sistemática e generalizada a população identificada como opositora ao regime ditatorial de 1964 a 1985 [...] a Justiça autorizou a retificação de que Zuzu não teria morrido acidentalmente, mas em razão de perseguição política, como reconheceu a Comissão Nacional da Verdade (CNV) (HILDEGARD, 2019).

Tão logo a boa notícia chegou, mesmo com cinco décadas de atraso, o excelentíssimo senhor ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, afastou da presidência da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) em agosto de 2019, a Procuradora Regional da República, responsável pela declaração oficial, Eugênia Augusta Gonzaga. Sua justificativa foi a seguinte:

O motivo que mudou o presidente, agora é o Jair Bolsonaro, de direita. Ponto final. Quando eles [governos anteriores] botavam terrorista lá, ninguém falava nada. Agora mudou o presidente. Igual mudou a questão ambiental também” (Idem).

Acontece que Eugênia Gonzaga é uma Procuradora da República, e o Jair não tinha noção com quem estava falando. Em entrevista ao repórter Tiago Angelo (Revista Conjura - Consultor Jurídico), Eugênia afirmou que:

Quando falamos sobre Justiça de Transição [conjunto de medidas políticas e judiciais utilizadas como reparação das violações de direitos humanos], não estamos falando apenas de processar os responsáveis pelos assassinatos, mas de elucidar os crimes e dar uma resposta aos familiares. A Argentina teve agora um governo conservador, mas ninguém ousou atentar contra a democracia fazendo apologia a torturadores. Se houvesse Justiça de Transição efetiva no Brasil, Bolsonaro não teria se tornado presidente. Não teria sido eleito nem deputado [...] se houvesse justiça de transição, defensores da ditadura não estariam na vida pública (ANGELO, 2020).

A cada ocasião em que surge alguma evidência que comprovam materialmente os crimes de lesa-humanidade da ditadura, como a descoberta da Vala clandestina em Perus³⁵, São Paulo, seus/as defensores/as “pulam da janela” ou “enfartam”. É o comportamento esperado de quem teme sentar no banco dos réus. O problema da ausência de Justiça de Transição reside

³⁵ Falaremos deste caso mais adiante.

exatamente na falta de punição exemplar e da repetição do mesmíssimo conjunto de recursos violentos. Ou por acaso não existem mais aquelas práticas de torturas e desaparecimentos? A Justiça de Transição encontra-se na pauta do dia, é indispensável. No terceiro capítulo deste trabalho falaremos sobre Justiça de Transição e dos instrumentos de não-repetição.

Pode ser que o/a leitor/a se incomode com a maneira pela qual escrevemos e expusemos nosso trabalho até aqui. Pode mesmo parecer que complicamos mais as coisas do que as elucidamos. Acontece que é necessário muita atenção e paciência para conseguir amarrar as pontas soltas desta “colcha de retalhos” que se chama ditadura civil-militar brasileira.

Consideramos o grupo Clamor como um canal de denúncia, de apoio aos/as refugiados/as e com toda certeza, uma ameaça às ditaduras militares latino-americanas. O Clamor agiu clandestinamente. Ao mesmo tempo, agia também dentro das brechas da lei. Foi a partir do encontro daquelas pessoas que se deu essa rede de solidariedade sem fronteiras que salvou tantas vidas. Recuperou identidades, trouxe de volta alguma dignidade e cumpriu um papel de importante instrumento de defesa dos direitos humanos.

O grupo publicou 17 boletins entre os anos de 1978 a 1984. Em 1983 conseguiram uma sala na Cúria de São Paulo, a pequena “Sala 9”. As tarefas começavam a partir das 18 horas. Mas às vezes, as atividades aconteciam na casa de um/a ou de outro/a membro do grupo. Noutras vezes encontravam-se na igreja em Perdizes, São Paulo (ROCHA, 2018, pp. 290-291). Aliás, essa igreja também abrigou, por um tempo, outro projeto de igual importância, o projeto Brasil: Nunca Mais (PBNM). Trataremos do PBNM no próximo capítulo.

Com as ditaduras agindo sem fronteiras, a violência extrapolou seus limites, se é que havia algum. Centenas de pessoas foram assassinadas em nome da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A ameaça de uma possível invasão comunista foi propagada massivamente nos meios de comunicação. Tal paranoia se transformou em mais um instrumento de dominação da ditadura. Isso se deve ao fato de que toda expressão anti ditadura significava um ataque comunista. Interessante é notar que nos dias de hoje a mesma “ferramenta” vem sendo utilizada. Quem não está com o bolsonarismo, está com o comunismo.

Nosso passo seguinte é em outra direção, mas converge historicamente com o que acabamos de analisar: a relevância do grupo Clamor na rede de solidariedade sem fronteiras de defesa dos direitos humanos e pela busca dos/as desaparecidos/as na América-Latina. Convidamos o/a leitor/a para um mergulho na história e desdobramentos de outro grupo, a equipe do PBNM. Sua relevância é tal que podemos considerá-lo como um dos mecanismos de

não-repetição da tortura, assassinatos, desaparecimentos. O projeto é também consistente instrumento de Justiça de Transição que ainda não fizemos.

2. UM CANTEIRO DE OBRAS CHAMADO BRASIL: NUNCA MAIS

Os militares sempre foram convocados à repressão. O senso comum diz que “o brasileiro é um povo que aceita qualquer coisa sem reagir”. Evidentemente que isso não é verdade. Se tomarmos como referência a narrativa de Aquino e Bello (2001), o Brasil foi um território de conjurações. Isso nos ajuda a compreender a ideia do projeto Brasil: Nunca Mais (PBNM), o Brasil também é um território de resistências. Contudo, esse projeto apresentou algo diferente. Das lutas populares que estão nos registros da história brasileira, é possível notar que alguns exemplos de reação à tirania se desenvolveram, mas foram todos dizimados. O PBNM apontou alguns exemplos como a *Confederação do Equador* (Pernambuco, 1924), que culminou com a morte de Frei Caneca; *Insurreição do Crato* (Ceará, 1831 a 1832); A *Cabanagem* (Pará, 1835 a 1840), influenciada pela Revolução Francesa, acabou exterminando metade da população da província; A *Guerra dos Farrapos* (Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 1835); A *Sabinada* (Bahia, 1837 a 1838); A *Revolta Liberal* (São Paulo e Minas Gerais, 1842); A *Revolução Praieira* (Pernambuco, 1848); A *Balaiada no Piauí* (1839-1841) (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, pp. 53-54).

A pouco comentada *Batalha do Jenipapo* (13 de março de 1823), foi um dos primeiros e mais sangrentos levantes contra a coroa portuguesa que tentava manter o norte brasileiro sob seu domínio. A batalha aconteceu às margens do rio Jenipapo na Vila de Campo Maior, Piauí. Os/as insurgentes pertenciam às regiões do Piauí, Maranhã e Ceará. Durou um dia apenas, os/as camponeses/as não tinham armas de guerra e menos ainda experiência em combates. Suas armas sem resumiam em pau, pedra, facão, foice e o que mais encontrassem pela frente. Muito sangue foi derramado é claro. No fim das contas, conseguiram desviar a direção do destino das tropas do major português João José da Cunha Fidié (VARNHAGEN, 2010, p. 409).

Como força contrária às revoltas, foi criada em 1831, a Guarda Nacional. Tratava-se de uma força auxiliar do exército que acabou virando um “braço amigo” dos grandes proprietários rurais. O exército brasileiro, após a Guerra do Paraguai³⁶, saiu com mais força e acabou colocando a Guarda Nacional em segundo plano. A Guarda Nacional defendia questões encaradas como retrógradas e o exército, depois da guerra, passou a intervir abertamente em

³⁶ A Tríplice Aliança, formada por Brasil, Uruguai e Argentina, se uniram contra o Paraguai. Durante os anos de 1864 a 1870, travaram sangrentas batalhas, tornou-se assim, o maior conflito internacional armado já visto na América-Latina.

questões políticas. Tornando-se, ao mesmo tempo, um exército rebelde e progressista diante das velhas oligarquias monarquistas, sempre repressivo e implacável.

Antes do golpe de 31 de abril de 1964 no Brasil, o conceito de direito mantinha-se apenas na dimensão jurídica. Naquele momento, os teóricos de plantão se preocupavam com modelos de desenvolvimento, suas consequências sociais e a entrada do Brasil em questões comerciais internacionais. O direito aparecia mais em pontos como a ascensão social do setor informal (setor primário) no Nordeste, e para o Centro-Sul (setor secundário e terciário). Houve no Brasil, ao longo de décadas (SADER, 2007, p. 75), a promoção mais extensa dos direitos individuais. Carteira de trabalho, assistência social, aposentadoria, organização sindical, direitos econômicos e sociais. Parecia trazer um pouco de dignidade, mas tudo isso sob a mão de ferro do populista Getúlio Vargas³⁷.

Se quisermos compreender as razões que depuseram João Goulart, primeiro precisamos entender a Era Vargas. Depois disso, analisar os três níveis de interpretação (SKIDMORE, 1982, pp. 17-18) sobre o golpe de 1964. Esses níveis são: político, social e econômico. O aspecto social é o mais importante. Instabilidade, crise institucional e a polarização política explicam, em alguma medida, o fracasso de João Goulart como presidente da república.

Getúlio Vargas pertencia à ala dos militares graduados. O candidato do então presidente da República, Washington Luís (1869-1957), era Júlio Prestes (1882-1946). A força dos “currais eleitorais” nos interiores do Brasil ainda era muito forte. Mesmo assim, a Aliança Liberal não aceitou os resultados das eleições. Júlio Prestes recebeu 1.091.709 votos de 1.890.524 de votos apurados. As lideranças de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul não concordavam com o candidato escolhido por Washington Luís. Júlio Prestes era mais um político paulista candidato à presidência (SKIDMORE, 1982, p. 22).

Nas eleições de 1910 e 1922, o descontentamento estava na “boca do povo”. Acusações de fraude na contagem dos votos, boca de urna, compra de votos e toda sorte de artifícios formavam as bases do Manifesto da rebelião armada dos oficiais. Essa situação de instabilidade se arrastou até o ano de 1930 culminando com o golpe militar de 1930. Algumas pessoas

³⁷ Getúlio Dornelles Vargas (1881-1954). Formou-se em direito e ocupou o cargo de presidente do Brasil por quase vinte anos. Em 1930, liderou um golpe contra o 13º presidente que representava a República Velha, Washington Luís que acabou expulso do país. Além disso, deu um golpe no presidente que fora eleito por votação, Júlio Prestes. Vargas era conhecido como o “pai dos pobres”. Apoiou, durante a tenebrosa Segunda Guerra Mundial, o chamado “eixo do mal”, sobretudo, a Alemanha hitlerista e a Itália de Mussolini. Suicidou-se em 1954 com um tiro no coração.

chamam o evento oportunista de “revolução de 1930”. Aliás, instabilidade será a marca do período getulista.

O assassinato do governador da Paraíba, João Pessoa (1878-1930), no dia 26 de julho de 1930 foi o golpe final dos golpistas getulistas na tomada do poder. Pela via da força não seria possível o golpe, e Getúlio sabia disso. O assassino Joao Dantas (1888-1930), advogado e jornalista, pertencia a um grupo político que o presidente em exercício, Washington Luís, havia apoiado. Foi a gota d’água para desenrolar o golpe militar e expulsar Washington Luís do país (AIRES, 2013).

Infelizmente não poderemos entrar nas particularidades do período getulista e nem nas razões que culminaram no golpe de 1964. São dois fatores que nos impedem: tempo e espaço. Aqui se faz necessário apresentar o cenário pós-golpe militar. Assim como Washington Luís fora expulso do país, João Goulart também o será. Em 1964, o cenário político mundial estava dividido em dois grandes polos: de um lado a União Soviética e de outro os Estados Unidos da América.

Em sua história, a Europa³⁸ vivenciou três momentos democráticos: depois da primeira guerra; depois da segunda guerra; depois da queda do Muro de Berlin em 1989. Os fascistas ignoravam a razão e acreditavam em um “mito glorioso” produzido e alimentado por um líder que falava “em nome do povo” (SNYDER, 2017, pp. 6-7). Afirmavam que a globalização não passava de uma conspiração de inimigos da nação. Já os comunistas, defendiam um partido forte, conduzido por uma vanguarda que sentia em mãos o “monopólio da razão”. Os fascistas ficaram quase vinte anos no poder. Saíram do poder, mas ainda hoje se articulam. Já os comunistas ficaram por setenta anos. Quarenta anos (desses setenta) dominando política e culturalmente parte do leste europeu. Não podemos negar. Assim como não podemos negar que os Estados Unidos não ficaram por menos, dominaram e dominam nossa política e nossos padrões de cultura.

Comentamos anteriormente como os EUA tiveram participação direta e decisiva durante todo *stablishment* da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Com tanto apoio expressivo, a ditadura era praticamente invencível. O projeto Brasil: Nunca Mais (PBNM) nasceu da urgência de uma luta incessante pela defesa dos direitos humanos e pela preservação dos arquivos oficiais da ditadura. Esses arquivos estavam hospedados no Superior Tribunal Militar

³⁸ Estamos falando de países desenvolvidos que compreende a Europa e Estados Unidos, mas o que acontece nesses grandes centros em termos econômicos e culturais, reflete no Brasil e claro, em toda América-Latina.

(STM) de Brasília. A partir de março de 1979, o Brasil começava a tomar uma direção diferente. Era o momento da abertura política, da redemocratização do país. Foi um penoso processo que marcou o término de uma ditadura que se mantinha no poder desde o dia 31 de março de 1964. A ditadura se desgastou aos poucos, perdia seu sentido de existir já que praticamente toda a oposição armada e não-armada que existia estava presa, desaparecida, morta ou exilada do país. Este processo de abertura política teve início em 1974 durante os governos dos ex-presidentes militares Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979) e João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985). O evento se consolidou no dia 5 de outubro de 1988 com a promulgação da nova Constituição Brasileira que ficou conhecida como a Constituição Cidadã³⁹. Falaremos mais deste momento histórico logo adiante.

De repente, dom Paulo Evaristo Arns (citado aqui anteriormente), começou a estranhar que o número de pessoas que lhe procuravam todos os dias na Cúria Metropolitana de São Paulo não parava de crescer. Cerca de cinquenta pessoas o procuravam semanalmente. Sempre lhe chegavam histórias diferentes de pessoas que buscavam por algum familiar desaparecido/a. Dom Paulo não tinha respostas para tantas perguntas, sentia que deveria fazer alguma coisa. Faltavam respostas para as perguntas de uma mãe que parecia ter o próprio corpo convalescer aos poucos na medida em que seu desespero por notícias aumentava. As respostas não vinham. A família não tinha notícias se o familiar estava vivo ou morto.

O projeto Brasil: Nunca Mais (PBNM) apresentou o caso de um engenheiro que não tinha nenhuma relação com qualquer resistência à ditadura. Diante da possibilidade de tortura, inventou uma história “convincente” que pudesse lhe salvar dos suplícios que o aguardavam. Criou de improviso uma história mirabolante para convencer os torturadores. Inventou nomes de pessoas, falou em números de casas, de ruas, datas e tudo que demonstrasse alguma credibilidade aos torturadores. Diante da apropriação de sua vida, sentiu que sua vida estava nas mãos da ditadura completamente. Não obteve sucesso. Assim que começaram as torturas “tudo se embaralhou. Não sabia mais o que fizera, nem mesmo o que desejava contar” (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, pp. 11-13). Não era mais ele quem falava por si mesmo.

³⁹ Promulgada em 5 de outubro de 1988, tornou-se o principal símbolo do processo de redemocratização nacional. Após 21 anos de ditadura civil-militar, a sociedade brasileira recebia uma Constituição que assegurava a liberdade de pensamento e diversos mecanismos contra os abusos de poder por parte do Estado. A Assembleia Nacional Constituinte foi convocada oficialmente em 1985 pelo então presidente do Partido Arena (Partido da ala militar) José Sarney. Foram 20 meses de trabalho que envolveram 559 parlamentares (72 senadores e 487 deputados federais) com intensa participação da sociedade.

Em outra ocasião, um juiz militar que havia estudado em colégio católico, bateu na porta do cardeal dom Paulo. Ele mostrou receber bem os trabalhos que a Igreja de São Paulo estava desempenhando na defesa dos/as presos/as políticos/as. Narrou que acabara de receber dois documentos de fontes distintas e assinado por duas pessoas diferentes. Esses dois presos afirmam ter assassinado a mesma pessoa em tempo e circunstâncias contraditórias. O juiz ficou impressionado com a situação psicológica e física de alguém ter que se declarar assassino mesmo sem ter cometido crime algum. Diante da situação alarmante, começou a despertar nas pessoas que se comprometiam com a luta e defesa dos direitos humanos, uma vontade de fazer alguma coisa como resposta aos abusos da ditadura.

Documentos oficiais dos arquivos do Estado brasileiro também podem “desaparecer”. Dos quinze anos em que trabalhou no escritório do Dr. Sobral Pinto⁴⁰, Eny Raimundo Moreira (1946-2022)⁴¹, ouviu Sobral dizer que os processos julgados pelo Tribunal de Segurança da Ditadura Vargas foram todos incinerados e desaparecidos. Uma preocupação começou a “brotar” no coração de Eny. Decidiu não deixar o mesmo acontecer com os arquivos da ditadura civil-militar de 1964. A memória da justiça do Estado Novo sempre retornava. A advogada afirmou que, essa parte da História do Brasil foi apagada intencionalmente (DEPOIMENTOS, 2013). Como subverter o esquecimento? De que maneira reagir ao crescente número de desaparecimentos de pessoas? Um caminho seria conseguir acesso aos documentos dos órgãos da ditadura e de seu Tribunal Militar. Mas como retirar esses processos se em 1979 o Brasil ainda estava em plena ditadura?

Na Lei da Anistia⁴², havia uma brecha que permitia aos advogados retirarem os processos de seus clientes do Superior Tribunal Militar (STM) pelo período de 24 horas com o objetivo de conseguir anistia aos/às presos/as (TESSITORE, 2014, pp. 277-278). Mas a Lei da Anistia teve um espírito de conciliação. A abertura não significava questionar o passado, estabelecia o compromisso de não julgar e nem investigar o aparato repressivo (BAUER, 2008, pp. 3-4). A anistia foi o mesmo que confirmar que os parentes desaparecidos não voltariam

⁴⁰ Heráclito Fontoura Sobral Pinto foi um jurista defensor dos direitos humanos no Brasil durante as ditaduras do Estado Novo e da ditadura civil-militar de 1964.

⁴¹ Foi uma advogada defensora dos direitos humanos no Brasil. Presidente-fundadora do Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA), integrante da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro e uma das principais idealizadoras do PBNM.

⁴² LEI Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Em seu Art. 1º concedia anistia a todos/as que, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos e eleitorais aos que tiveram seus direitos políticos suspensos.

mais. Ao entregar “o atestado de paradeiro ignorado ou de morte presumida”, tiraram a culpa e a responsabilidade da ditadura dos crimes cometidos por ela (TELES, 2001).

Eny procurou os advogados Luiz Eduardo Greenhalgh (1948) e Luis Carlos Sigmaringa Seixas (1944-2018) para lhes apresentar uma ideia inicial de um projeto em que estava pensando. Ela também expôs a ideia aos pastores brasileiros e defensores dos direitos humanos, Chuck Harper Jr. (já citado) membro do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), e a Jaime Wright (supracitado). Em seguida falou com o advogado Mario Passos Simas (1934). Simas procurou Wright para tratar do assunto. Wright conversou com dom Paulo, e este, mandou chamar Greenhalgh. Greenhalgh explicou a dom Paulo a ideia da advogada Eny. Assim foi se entrelaçando o ambicioso processo de construção do PBNM.

Na entrevista que deu ao jornalista norte-americano Laurence Weschler⁴³, Jaime Wright narrou como se desenvolveu o projeto. Dentro de um carro estacionado em um aeroporto, ele aguardava o educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997) chegar. Era uma tarde de agosto de 1979. Ali mesmo (WESCLHER, 1990, p. 24), Wright escrevia uma carta ao seu amigo de infância e terceiro secretário geral do CMI em Genebra, Phillip Potter (1921-2015). Na carta, ele solicitava apoio financeiro junto à instituição para custear os gastos que um futuro projeto iria demandar. No começo era pequeno o grupo que trabalhou no projeto Brasil: Nunca Mais (Testemunhos para a Paz ou simplesmente Projeto “A”). Algumas pessoas foram fundamentais. Além das pessoas já citadas, o jornalista Paulo de Tarso Vannucchi (1950) e a atriz e socióloga Vanya Sant’Anna (1944-2017)⁴⁴.

A preocupação fundamental da equipe que acabara de se formar era fazer cópias dos processos da Justiça Militar em Brasília, analisá-los, micro filmá-los e enviá-los ao exterior resguardando-os de uma possível destruição (desaparição). Jaime Wright ficou com a missão de conseguir fundos para o trabalho. Primeiro objetivo: realizar uma análise dos documentos militares para entender o processo político que o Brasil havia passado (e ainda passava) buscando compreender como chegamos em uma ditadura. Segundo objetivo: compreender de que maneira a justiça se adequou à perseguição e a repressão militar. O terceiro objetivo:

⁴³ Jornalista norte-americano (Califórnia, 1952). Weschler escreveu o primeiro livro sobre o projeto BNM intitulado: *Um milagre, um universo* (1990). Foi o primeiro autor a entrevistar parte da equipe do projeto BNM. O livro do autor é referência importante nesta dissertação.

⁴⁴ Faleceu em 2017. Foi casada com o ator, diretor de cinema e teatro e compositor, Gianfrancesco Guarnieri. Vanya fora peça fundamental na realização da análise e catalogação dos dados que eram obtidos em cada processo. Como ela mesma disse, seu tempo junto à equipe do Brasil: Nunca Mais tinha chegado ao fim. Conheceu Guarnieri no Teatro de Arena durante os ensaios da peça “Tartufo” em 1964.

interpretar a evolução da tortura no Brasil antes e depois da extinção do *habeas corpus* em 13 de dezembro de 1968 (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985).

Dentro do CMI, Philip Potter e Charles Harper, viabilizam todo o financiamento para o tratamento, elaboração, produção e outros custos que o projeto demandaria. Esse financiamento foi feito de maneira sigilosa e através de outros meios que não os da contabilidade oficial. Assim, evitariam que a ditadura detectasse alguma movimentação pelas vias bancárias oficiais. O dinheiro era doado por meio de coletas que os dois religiosos, costumeiramente, faziam às pessoas que habitualmente contribuía financeiramente com o CMI. Foram cerca de 350 mil dólares revestidos a feitura e publicação do PBNM (WESCHLER, 1990, p. 25).

O projeto passou por diferentes etapas em sua equipe e nos locais de trabalho. O primeiro local de trabalho foi no Instituto Sedes Sapientiae⁴⁵ em São Paulo. Depois mudou-se para a rua Ministro Godoy em Perdizes, também em São Paulo. E em seguida, mudaram-se para uma igreja (cujo o nome não identificamos) situada no Jardim Paulista.

Em Brasília, o advogado Luis Carlos Sigmaringa Seixas atuava junto ao STM. Ele se dirigia ao STM todos os dias para solicitar os processos para fins de estudos. Sigmaringa Seixas montou em Brasília, no Shopping Center Conjunto Nacional, um escritório com duas máquinas fotocopadoras e uma máquina de microfilme. Contratou dois jovens rapazes que passavam o dia e, às vezes a madrugada inteira, tirando cópias dos processos da justiça militar. Esses processos poderiam ficar sob sua guarda por 24 horas apenas. Greenhalgh e Sigmaringa Seixas ficaram com a tarefa de retirada dos 707 processos do arquivo do STM (DEPOIMENTOS, 2008).

Devido a quantidade de assinaturas de Sigmaringa Seixas no STM durante cada retirada, eles (o STM) começaram a desconfiar que havia alguma coisa sendo efetivada (CORATIO, 2015) ali, alguma movimentação estranha, mas não souberam identificar o que seria. O presidente do STM baixou uma portaria que proibia os advogados de retirarem os processos para análise que não fossem aqueles nos quais estivessem diretamente envolvidos/as seus/suas clientes. Mas tal portaria aconteceu já na fase final do PBNM.

Mas por obra do destino ou do acaso, alguns funcionários do STM colaboraram para burlar a portaria do presidente. A importância desses/as funcionários/as solidários/as do arquivo do STM foi fundamental para que se tornasse possível compor o projeto. Ajudavam em

⁴⁵ Localizado em Perdizes, São Paulo, o Instituto produz conhecimentos multidisciplinares nas áreas da saúde mental, educação e filosofia. A instituição não tem fins lucrativos.

questões técnicas como: onde encontrar determinados processos, de que maneira estavam organizados, orienta-los sobre que o estavam procurando, quantos processos já haviam retirado e quantos ainda faltavam retirar. Se dispuseram a ajudar mesmo desconhecendo a razão das retiradas dos processos (WESCHLER, 1991, p. 39). Tiveram que pedir ajuda aos/às outros/as advogados/as que não estavam na equipe para pegarem processos no STM com intuito de disfarçar um pouco as três assinaturas recorrentes no livro de entradas e saídas.

A equipe responsável pelo PBNM foi obrigada a proteger não só o projeto em si, como também a integridade física de sua equipe. Luiz Eduardo Greenhalgh (CORATIO, 2015), disse em entrevista ao documentário Coratio que, a razão do temor estava na possibilidade de algum membro sofrer qualquer tipo de atentado. Ou mesmo que os processos do STM fossem incinerados de repente. Um exemplo de situação de risco para a equipe e para o projeto, mostrou-se na quantidade de locais de trabalho. Ao todo, foram três locais diferentes que a repressão detectou. A equipe conseguiu transferir os arquivos durante a madrugada a fim de proteger o trabalho. Quando os funcionários da equipe de cópias chegavam ao local de trabalho, a sala não estava mais lá.

O primeiro sinal de risco ao projeto foi quando um dos membros da equipe reconheceu um policial disfarçado andando próximo ao escritório de trabalho. A segunda vez foi quando um número de telefone desconhecido, que não estava na lista da equipe, tocou de repente. Esse telefone era exclusivamente para chamadas exteriores. A terceira ocasião de risco se deu dentro da própria equipe. Segundo consta no depoimento de “um informante” do jornalista norte-americano Laurence Wesclher, um membro da equipe “apaixonou-se” por uma organização de esquerda que já havia sido desarticulada (WESCLHER, 1990, p. 46) pela ditadura. O sujeito levou para casa o processo sobre tal organização. A equipe sentiu falta de uma das pastas, procurou-a em todo escritório. Não encontraram. Deduziram que só poderia ter sido levada por algum/a membro da equipe. Enviaram dois outros membros até a casa do “colega apaixonado”. Chegando lá, o colega acabou confessando que havia pego a pasta e que ela estava ao lado de sua cama. No outro dia, ele voltou ao escritório para trabalhar normalmente, não encontrou nada além de uma sala vazia.

Fatos que ameaçavam a conclusão do projeto apareciam com uma facilidade descomunal. Como bem se sabe hoje, os militares tentaram destruir, e destruíram, muitos desses documentos oficiais. Mas o que mais impressiona no PBNM é justamente o resgate desses documentos oficiais, sigilosos, do Superior Tribunal Militar (STM) que a equipe do PBNM

ousou lograr. Eles formam a base do argumento que a equipe definiu como irrefutável: os crimes realmente existiram. Interessante notar também que a metodologia utilizada por Michel Foucault, filósofo, historiador e pensador social francês, que é a pesquisa nos arquivos do próprio Estado, ou, como ele mesmo definiu, pesquisa em material “não nobre” (FOUCAULT, 2014), também inspiraria a equipe do PBNM.

Algumas obras de Foucault vão delinear nossa discussão ao longo deste trabalho. Seu livro *Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão*⁴⁶ (1975), foi a fonte de inspiração para a equipe PBNM. A inspiração se justifica pelo fato de que todos os registros históricos dos Estados ficam gravados nos processos penais do poder judiciário. Além disso, sua personalidade sempre se apresenta em cada sentença de morte. A ideia do grupo era apresentar provas irrefutáveis, chegando a um testemunho “inquestionável”. E isso só seria possível se fosse por meio das fontes primárias e das fontes complementares que seriam utilizadas em algumas ocasiões também.

Conforme a equipe copiava e organizava as cópias dos processos, perceberam que o conteúdo do material era muito denso. Por isso, dividiram os capítulos estrategicamente distribuindo-os de forma que a essência daqueles resultados não se tornasse monótona. Optaram por uma descrição não tão cansativa de tipos e casos de torturas. As entrevistas foram transcritas com a preocupação de manter os erros ortográficos e gramaticais contidos no original, só os corrigindo em situações que pudessem indicar alguma confusão ou deturpação no sentido da leitura. A preocupação da equipe era garantir que nunca mais se repetissem os crimes cometidos ao longo dos 21 anos de ditadura civil-militar no Brasil (ARQUIDIOCESE, de São Paulo, 1985, pp. 26-27).

O Projeto “A” - Brasil: Nunca Mais⁴⁷, não tinha fins comerciais/lucrativos. Sua proposta era servir como material de divulgação a partir de sua doação às entidades de direitos humanos no Brasil e no exterior. Para evitar os altos custos com postagens, os advogados Greenhalgh e Sigmaringa Seixas enviavam, nos bagageiros de ônibus e de aviões que saíam de Brasília, todo material copiado que precisava ser encaminhado para São Paulo. Segundo Paulo Vannuchi (DEPOIMENTOS, 2008), dois rapazes que faziam as cópias dos processos começaram a lê-los e a fazer questionamentos sobre seu conteúdo. Embora Vannuchi tenha afirmado em entrevista

⁴⁶ Título original do francês: *Surveiller et punir*.

⁴⁷ É preciso ressaltar mais uma vez para que não haja confusão entre o chamado Projeto “A” – Brasil: Nunca Mais (que teria o título original de *Testemunhos para Paz*), não se trata da publicação do livro *Brasil: Nunca Mais* (1985).

que os dois rapazes eram os melhores da equipe de cópias, tiveram que dispensá-los por razões de segurança.

Tempo limitado, medo de incêndios criminosos, perseguições e a possibilidade de alguma mudança substancial na conjuntura política brasileira, dado ao clima de instabilidade, eram os potenciais inimigos do projeto. Como o/a leitor/a pôde perceber, não faltaram dificuldades, riscos e incerteza da conclusão e publicação do livro. Mas algo mais marcará no tempo e na história a confirmação de que a ditadura civil-militar brasileira, mesmo depois do retorno de vários/as exilados/as políticos/as ao Brasil, ainda mantinha suas organizações terroristas em plena atividade.

No dia 30 de abril de 1981, houve o atentado ao Riocentro que resultou nas mortes de dois militares do DOI-CODI⁴⁸. O atentado terrorista foi um frustrado ataque a bomba ao Centro de Convenções do Riocentro, no Rio de Janeiro. O show era organizado pelo Centro Brasil Democrático (Cebrade) que era presidido pelo arquiteto brasileiro e de reconhecimento internacional, Oscar Niemeyer (1907-2012).

O evento se tratava de uma homenagem ao cantor e compositor Luiz Gonzaga (o Gonzagão). O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), concluiu que:

O artefato explosivo, que seria instalado no pavilhão de eventos onde ocorria o show – possivelmente sob o palco principal, de acordo com testemunhos formalmente colhidos nos Inquéritos Policiais Militares – explodiu antes da hora planejada, ferindo gravemente o capitão Machado e matando instantaneamente o sargento Rosário, que transportava a bomba sobre seu colo [...] O automóvel Puma que transportava a bomba deflagrada prematuramente, inequivocamente de propriedade do capitão Wilson Luiz Chaves Machado, o “doutor Marcos”, conforme fazem prova documentos expedidos pelo Detran-RJ [...] Após a explosão em seu automóvel, o capitão Wilson Machado, gravemente ferido, segurando com o braço as vísceras que pendiam do abdômen aberto, foi socorrido por Andréa Neves da Cunha e seu companheiro, Sergio Valandro Valle, que testemunharam detalhes ocorridos imediatamente após a explosão. De acordo com reportagem da revista *IstoÉ*, em maio de 1981, um dos integrantes da equipe que operou o capitão Machado no hospital Miguel Couto disse que, sob efeito de anestesia, o militar teria murmurado: “deu tudo errado...” (RELATÓRIO, 2014, pp. 01-26).

O atentado terrorista que era mais uma das sabotagens clandestinas da ditadura, liquidou o “Doutor Marcos”. Ele deixou a vida com suas próprias vísceras nas mãos. Seu falecimento não fora em vão, acabou servindo como prova de que as estruturas da ditadura ainda estavam em pleno funcionamento. A responsabilidade do ataque deveria ser atribuída aos grupos da esquerda brasileira que já estavam (quase que) totalmente aniquilados. O atentado terrorista era

⁴⁸ Ver lista de imagens nos anexos.

para frear o processo de abertura política no Brasil não permitindo a redemocratização do país. Para não haver nenhum tipo de atendimento médico às pessoas que estavam no show do Rio Centro, as equipes médicas foram retiradas do local. O objetivo dos comandantes⁴⁹ da operação terrorista “sempre foi tumultuar o processo de redemocratização do país” (NETTO; MEDEIROS; 2012, pp. 164-178), segundo o próprio depoimento do ex-delegado do DOPS/ES, Cláudio Guerra.

Apesar de tantas intempéries, a equipe precisava concluir os trabalhos o mais rápido possível. Deveriam ainda decidir como seria a publicação do PBNM. Mais um dilema apareceu, publicariam o que chamaram de “lista telefônica”, ou seja, todos os volumes do projeto, ou fariam um pequeno resumo? Chegaram à conclusão que daria para fazer as duas coisas, publicar todos os volumes mais um livro resumido.

Frei Beto⁵⁰, jornalista, escritor e frade dominicano, e Ricardo Kotscho⁵¹, jornalista e escritor, se juntaram à equipe para consolidar o livro que veio a se chamar Projeto “B”, ou, *Brasil: Nunca Mais – Um relato para a história*. Os dois novos membros da equipe foram fundamentais para a uniformização do livro. A equipe concluiu que precisava de escritores com experiência para fazer o resumo dos resumos (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, p. 22).

O Projeto “A” teria uma impressão limitada e somavam 1 milhão de páginas. Dos doze capítulos que compreendem o livro, seis ficaram para Frei Beto e seis para Kotscho. O prazo dado para o exame do material foi de um mês. A proposta seria apresentar uma ordem de capítulos e um calendário para completar o texto. Os dois jornalistas mantiveram seus empregos para não despertarem suspeitas. Kotscho afirmou ao jornalista Weschler que sua personalidade havia se transformado completamente. Começou a ter pesadelos à noite. Era preciso manter o sigilo em relação ao trabalho para o qual fora contratado. E isso aumentava sua angústia justamente por não poder falar com ninguém sobre aquele conteúdo tão denso capaz de abalar as estruturas psíquicas de um sujeito. O salário que o cardeal dom Paulo pagava para eles era

⁴⁹ Os comandantes da ação terrorista eram: coronel Freddie Perdigão, comandante Antônio Júlio Vieira (Cenimar), coronel Carlos Brilhante Ustra (ídolo de Jair Messias Bolsonaro) e o delegado Cláudio Guerra.

⁵⁰ Frei Betto aparecerá mais adiante. Fizemos uma entrevista com Frei Betto sobre o projeto Brasil: Nunca Mais desde sua publicação até os dias de hoje. Ele falou também sobre abertura política, Anistia e o retrocesso da democracia brasileira.

⁵¹ Ricardo Kotscho preferiu não participar da entrevista por razões de saúde. Não conseguimos respostas dos outros integrantes da equipe PBNM.

um salário de jornalista, mas Kotscho afirma que acabou gastando tudo em psicoterapia (WESCHLER, 1990, pp. 61-63).

O livro *Brasil: Nunca Mais* situa o leitor da seguinte maneira: a) faz-se um estudo de referência trazendo a evolução das instituições políticas de 1964 a 1979, o aparelhamento do Estado e a Lei de Segurança Nacional (LSN)⁵²; b) apresenta-se a metodologia: classificação dos processos, questionários, listagem e estatísticas; c) apresenta-se os resultados comparando o que determinava a Lei com o que realmente acontecia nos tribunais militares; d) transcrição dos depoimentos firmados em juízo; e) conclusões abertas retiradas do estudo (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, pp. 23-27).

Ainda deveriam decidir com quem ficaria a responsabilidade da autoria do livro. Na última reunião ficou acordado que a equipe se manteria clandestina da mesma forma que começou. E a responsabilidade de assumir a autoria publicamente ficou nas mãos de dom Paulo e Jaime Wright. O Projeto "B" é o livro mais conhecido. Como afirmou dom Paulo Evaristo Arns, "é o resumo dos resumos em 312 páginas" (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1987, p. 02). Foi publicado na forma de livro com o título *Brasil: Nunca Mais – um relato para a história* e é uma síntese resumida do Projeto "A". O recorte temporal foi de abril de 1964 a março de 1979. A equipe de pesquisadores/as cuidou de manter o distanciamento histórico sobre a repressão, tendo como técnica a análise documental.

Foram distribuídas edições em inglês e português do Projeto "A" em uma tiragem restrita para Universidades públicas, bancas de revistas, bibliotecas, centros de documentação e entidades que trabalhavam para a defesa dos direitos humanos no Brasil e no exterior. Até os anos de 1990, todo material do PBNM esteve mantido em local anônimo. Depois disso, esse acervo foi doado para o Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade de Campinas (UNICAMP).

Os rolos de microfilmagens dos processos do STM começaram a ocupar muito espaço. A equipe resolveu que deveria enviá-los para o exterior clandestinamente com intuito de não só abrir mais espaço no escritório como também por uma questão de segurança para a vida da equipe e para a vida do projeto. Todo o conjunto contém 543 microfilmes que foram enviados

⁵² Durante a ditadura militar, as duas primeiras versões da Lei de Segurança Nacional - LSN (a de 1967 e a de 1969) implementavam, segundo os juristas, a Doutrina de Segurança Nacional - DSN influenciada pela Guerra Fria. Nela há uma preocupação acentuada em proteger o Estado contra um "inimigo interno" — no caso do Brasil, naquela conjuntura, pessoas comprometidas em perverter a ordem, o regime vigente ou o Estado de Direito.

ao Latin American Microform Project (LAMP), mantido no Center for Research Libraries (CRL), em Chicago (EUA), até então disponíveis para consulta.

Um detalhe impressionou o jornalista norte-americano Laurence Weschler, o primeiro a escrever sobre o PBNM: a maneira como a equipe organizou todos aqueles dados exaustivamente. Era como se quisessem, de alguma maneira, superar o horror daquele período. Quando o reverendo Jaime Wright recebeu o jornalista em sua casa, afirmou olhando para o organograma das organizações de esquerda no Brasil:

Se há qualquer humor no projeto, acho que está nesta seção – todas as mesquinhas lutas entre facções. Mas trata-se de humor negro. Pode-se imaginar o quão efetivos eles teriam sido se tivessem permanecido unidos. Em vez disso, não tiveram a menor chance – o regime teve uma vantagem esmagadora (WESCHLER, 1990, p.59)

Mas a publicação do livro *Brasil: Nunca Mais*⁵³ na manhã de 11 de julho de 1985, acabou despertando uma recepção heterogênea. O livro foi um sucesso de vendas, chegando ao ponto da editora Vozes⁵⁴ ser obrigada a lançar até a 51ª edição do livro. Naquele ano (1985), vendeu mais que o romance *Gabriela, Cravo e Canela* do escritor Jorge Amado (1912-2001). A obra icônica de Jorge Amado alcançava a sua 50ª edição já em 1975.

Os 5.000 mil exemplares, que foram publicados sem nenhuma comunicação prévia de lançamento, esgotou-se em 24 horas. O livro era vendido por Cr\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil cruzeiros) na época, equivalente hoje a R\$ 77,89⁵⁵. Elio Gaspari publicou um artigo na revista *Veja* com o título: *O porão iluminado*. A revista *IstoÉ* publicou outra matéria chamada: *Inventário do horror*. A revista *Senhor* publicou um comentário sobre o livro intitulando-o: *O porão da guerra suja*. (BAUER, 2017, pp. 03-04).

Em 1986, saiu a publicação da versão em inglês do *Brasil: Nunca Mais*. A editora *Randon House*, uma das maiores editoras de língua inglesa, publicou o livro: *Torture in Brazil*. Foi mais uma das formas de assegurar a publicação, mesmo que em inglês, daquele longo trabalho. Em 1987, saiu outra publicação do livro, *Brasil: Nunca Mais – Perfil dos Atingidos*. Este livro é o Tomo III do Projeto “A”. A razão de publicar o Tomo III estava em apresentar um estudo descritivo (inédito) sobre os grupos da esquerda brasileira que passaram pelos processos militares (BAUER, 2017, pp. 03-04). Ainda apresenta uma reconstituição da história

⁵³ O livro também tem o subtítulo de “Projeto B”. Antes da publicação, a equipe se reuniu para definir qual seria o título final. O título original *Testemunhos para paz*, acabou não ficando. A equipe entendeu que seria melhor ter como inspiração o livro do romancista argentino Ernesto Sábato: *Nunca Más (Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas)* (1984). O livro de Sábato ficou conhecido como Relatório Sábato.

⁵⁴ Conhecida também como Editora Vozes de Petrópolis, foi fundada em 1901.

⁵⁵ Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Hauser, Porto Alegre, Rio Grande do Sul – FEE.

e do pensamento dos/as atingidos/as (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1987, p. 08) que depuseram nos Tribunais Militares as origens de cada organização das quais pertenciam.

No dia 21 de novembro de 1985, jornais do Brasil inteiro estampavam em suas capas uma lista com 444 nomes de torturadores que estavam nos processos militares (LIMA, 2003, pp. 211-212). Esses torturadores foram diretamente denunciados no livro *Brasil: Nunca Mais*. Alguns deles já tinham alcançado sucesso profissional. Aqueles que estavam ocupando cargos públicos foram demitidos, outros sofreram apenas o desprezo público.

Naquele momento, torturadores como Mário de Mello Matos, era embaixador do Brasil no Paraguai. Carlos Brilhante Ustra, recebia um salário de 6 mil dólares por mês como adido militar na embaixada brasileira em Montevidéu. Seu nome também estava na lista e era reconhecido por inúmeras pessoas como um dos mais perversos torturadores. Ustra recebeu a sua dose de desprezo, mas enquanto viveu, fora exaltado como um grande prestador de “gloriosos” serviços à pátria. Para inserir cada nome de torturador, a equipe cruzou os dados que tinham em mãos, ou seja, o mesmo nome deveria aparecer em pelo menos três depoimentos diferentes. Assim, não cometeriam injustiças.

Para o/a leitor/a que não faz ideia do que representava as torturas daquele período, o/a levaremos às memórias dos porões nos quais se escondiam terroristas perversos como Brilhante Ustra. A partir de 1964, a tortura foi instalada como instrumento de rotina nos interrogatórios. Este momento recebia o nome de “relatórios preliminares”. Acontece que às vezes, tanto o silêncio quanto a “confissão”, têm a mesma importância.

O PBNM abordou a problemática da tortura dividindo-a em sessões diferentes no corpo do livro. Como já o dissemos, são os documentos produzidos pelos próprios órgãos da repressão à serviço da ditadura que falam por si mesmos. A tortura ocupa um lugar de instituição. Militares ministravam aulas de torturas para turmas de 100 sargentos, com apresentação de slides e cobaias humanas para aulas práticas ao vivo em anfiteatros.

A primeira parte da aula era feita com slides, depois vinham as sessões de torturas. Eram aulas que se dividiam em tópicos bem estruturados e trabalhados. Assim confirmou Ângelo Pezzuti da Silva⁵⁶, estudante de 23 anos. Pezzuti foi preso em Belo Horizonte e torturado no Rio de Janeiro. Em seu depoimento ao Conselho de Justiça Militar (CJM) de Juiz de Fora, em

⁵⁶ Importante ressaltar que as transcrições dos depoimentos estão entre colchetes indicando supressão do texto seguido de nota de rodapé com o nome do/a depoente, idade, profissão, estado em que foi ouvido, ano do auto de qualificação e interrogatório, página do PBNM, volume e página.

1970, ele narrou como foram as torturas que sofreu⁵⁷. No mesmo processo está Murilo Pinto da Silva de 22 anos, irmão de Ângelo. Em seu depoimento oficial, afirmou ter sido usado como “cobaia” em demonstrações de torturas para elementos das forças armadas (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, pp. 31-32). Júlio Antonio Bittencourt de Almeida, estudante de 24 anos, também confirma os depoimentos anteriores. Contou que, na Polícia do Exército (PE), foi dado um curso sobre tortura, e neste curso, os presos serviram de cobaias. Portanto, a tortura passa de violência escabrosa, à método científico, incluído em currículos de formação militar.

O primeiro a introduzir o pragmático suplício da tortura foi o policial norte-americano Dan Mitrione⁵⁸. Ele acabou sequestrado e assassinado em Montevideu pelos Tupamaros⁵⁹. Mitrione sequestrava pessoas em situação de rua em Belo Horizonte. Sem condições de se defenderem, suas equipes de sequestradores torturadores os levavam para as “aulas”. O objetivo principal era como criar no/a torturado/a o que chamou de “a suprema contradição entre corpo e o espírito”. O policial norte-americano sempre carregava em suas mãos seus dois manuais inseparáveis, o manual da Central de Inteligência Americana (CIA) e do KUBARK⁶⁰. Uma frase que sintetiza sua convicção é a seguinte:

A dor precisa, no momento preciso, na quantidade precisa, para o efeito desejado [...] Antes de mais nada, deve ser eficiente. Deve causar somente o dano estritamente necessário, nem um milímetro a mais. Devemos controlar nosso temperamento em todo caso. Deve-se atuar com a eficiência de um cirurgião e com a perfeição de um artista (DAN MITRIONE, 2001, s/p).

De acordo com a carta-denúncia do engenheiro Haroldo Borges Rodrigues Lima, 37 anos, do dia 12 de abril de 1977, os torturadores afirmaram que não deviam mais nada a nenhuma organização estrangeira comprometida com torturas. A tecnologia do suplício no Brasil estava tão sofisticada que já estavam “exportando” maiores conhecimentos sobre tortura. José Antônio Gonçalves Duarte, professor de 24 anos na época, confessou ter achado estranho o fato de um aluno do colégio militar participar ativamente de aulas de torturas. O cenário era

⁵⁷ Ver BNM nº 158, V. 3º, p. 929-932. Consultar no site BNM Digit@l para fins de análise completa.

⁵⁸ Daniel Anthony Mitrione (1920-1970), ou apenas Dan Mitrione, foi um policial norte-americano. Ele era agente do FBI e conselheiro de governos da América-Latina. Atuou na década de 1960, colaborando com as ditaduras que governaram o Brasil e o Uruguai.

⁵⁹ Movimento de Liberação Nacional – Tupamaros (MLN-T). Os Tupamaros atuaram durante os anos de 1960 a 1970. A organização uruguaia possuía uma linha político-ideológica alinhada com o marxismo-leninismo e guerrilha urbana.

⁶⁰ Manuais KUBARK é o nome oficial dos chamados "Manuais de Tortura" usados pela CIA e pelas forças militares americanas. O KUBARK geralmente é relacionado com práticas e métodos de Tortura.

de elogio à tecnologia da dor como metodologia (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, pp. 31-33).

O general Médici, afirmou que o uso da tortura foi inevitável. Segundo ele, caso não agissem “drasticamente”, o terrorismo estaria ativo no Brasil até hoje (SCARTEZINI, 1985, p. 36). Mas parece que alguém se esqueceu de avisá-lo que, em termos de “terrorismo” brasileiro, faltou uma ameaça com a dimensão que a ditadura supunha. O jornalista brasileiro Elio Gaspari (GASPARI, 2014, p. 20), conta que para os generais, juízes, presidentes e ministros que, já “pularam o muro” que separa o que é moral e ético do que é desumano, pouco importa os métodos utilizados para arrancar uma confissão.

A tortura é aplicada por uma minoria imoral que é legitimada por altos escalões do poder. Discordamos do jornalista quando este afirma que é o silêncio (GASPARI, 2014, p. 22) que abre as sessões de torturas em um indivíduo. Na verdade, como vimos até aqui, uma vez submetido pela tortura, tanto faz se fica em silêncio, se conta alguma mentira ou se conta a verdade.

O comando das torturas que aconteciam dentro do DOPS/SP de Sérgio Paranhos Fleury (1933-1979)⁶¹, era regado à cocaína e whisky (NETTO; MEDEIROS, 2012, p. 104). Tanto o é que, o “temido” torturador fora assassinado em sua própria lancha, por seus companheiros e amigos de trabalho. E que amigos. Sua morte foi decidida por seus maiores aliados: Freddie Perdigão, Carlos Brilhante Ustra, Cláudio Guerra e outros. Foi abatido e tirado de circulação por dar preferência à conhecida prática da “clínica geral”⁶².

Assim foram assassinados Mariel Mariscot (1940-1981)⁶³ em 08 de outubro de 1981 e Fleury em 01 de maio de 1979 após reunião com votação dos membros da comunidade de informações. O ex-delegado Cláudio Guerra resume a morte de Fleury da seguinte forma:

Já era noite escura quando, dopado, grogue, Fleury levou uma pedrada na parte de trás da cabeça e caiu na água. Não escorregou, como ainda contam hoje. A autópsia não foi realizada. O motivo era mascarar a verdadeira razão daquela morte; afinal, não havia água na pleura, o que é característico de afogamento. O inquérito para investigar a morte foi aberto bem antes dela acontecer (NETTO; MEDEIROS, 2012, p.120).

⁶¹ Delegado do DOPS/SP. Representava o comando mais violento da ditadura. Com o tempo, passou a ser um risco para os próprios militares. Uma bomba-relógio. Ver lista de imagens nos anexos.

⁶² Jargão militar que define o policial corrupto que se envolve com todo tipo de crime, de tráfico de drogas à assassinatos por encomenda.

⁶³ Ver lista de imagens nos anexos.

2.1. Sangue e nacionalismo: O projeto Brasil Nunca Mais e a disputa pela “verdade”

O livro *Brasil: Sempre* (1986), do ex-tenente Marco Pollo Giordani (2ª Seção do Comando Militar do Sul), traz a primeira tentativa pública de difundir uma versão militar da ditadura (BAUER, 2008, p. 16). Giordani afirma em seu livro que não vai analisar só um lado da questão. Sua ideologia é militarista e sempre esteve ao lado da ditadura. No entanto, sua análise é, no mínimo, unilateral. Além de não mencionar a tortura como máquina institucional da ditadura, lamenta as mortes de seus companheiros que ofereceram suas vidas pela pátria. Apresenta uma lista com 98 mortes de civis e militares entre 27 de março de 1965 a 10 de abril de 1974. Sua decisão em escrever uma “resposta” veio essencialmente da edição do *Brasil: Nunca Mais* (GIORDANI, 1986, p. 37).

Em janeiro de 1986, o médico-legista Elias Freitas, abriu uma queixa-crime por calúnia contra a editora Vozes que publicou o *Brasil: Nunca Mais*. Ele abriu um processo com base na Lei de Imprensa. Só que o processo foi arquivado por um simples detalhe, o livro não foi publicado em periódicos.

Para não perderem tempo, os militares de plantão articularam entre os anos de 1985 a 1988, um livro bem obscuro: *ORVIL – O livro negro do terrorismo no Brasil* (LIVRO ao contrário). Em 1989, o general Sergio Augusto de Avellar Coutinho (na ocasião chefe do Centro de Informações do Exército – CIE), resolveu alterar o formato dos Relatórios Periódicos Mensais (RPM). Diagramação, linguagem e distribuição. Esses eram os três principais pontos da mudança no formato dos relatórios. O exército brasileiro estava em um momento de mudanças e adequações. A transição para a democracia não era bem-vista pelo CIE (PEDRETTI, 2021, s/p) e nem pela ditadura como um todo.

Em 2007, o jornalista Lucas Figueiredo (1968) revelou, enfim, a história do *ORVIL*. Dois anos depois (2009), Figueiredo publicou seus resultados em formato de livro que levou o título *Olho por olho: os livros secretos da ditadura*. O livro do jornalista narra a disputa pela verdade do período da última ditadura militar no Brasil. Clandestinamente, alguns militares se empenharam num esforço de construir um livro (documento) tão importante quanto o projeto *Brasil: Nunca Mais* (PBNM). A batalha foi travada entre os anos de 1979 a 2007. Foram 28 anos de uma batalha silenciosa que mobilizou não mais que 40 combatentes de cada lado (FIGUEIREDO, 2009).

O discurso militar entra em campo para disputar a memória e a verdade política do período da ditadura civil-militar. No Relatório Final sobre *ORVIL*⁶⁴, esclareceu-se o seguinte: a obra é extensa e é composta por dois volumes que somam 966 páginas. Do título original: *As Tentativas de Tomada do Poder*. Na apresentação do livro, com a data de 03 de junho de 2005, informa-se que o texto original ficou pronto em 1988. A autoria do livro é de um grupo diminuto de pesquisadores militares. Mas a apresentação é assinada pelo General Brigadeiro do Exército Sergio Augusto de Avellar Coutinho - S.A.A.C (PROCURADORIA, 2007, pp. 01-34)

Segundo o relatório final, foi Sergio Coutinho o responsável pelo índice onomástico na ficha catalográfica. Ainda na apresentação do mesmo livro, Coutinho informa que não pensou em publicar o livro, apenas disponibilizá-lo em outras prateleiras. Mas quais prateleiras? O livro foi disseminado entre grupos de militares e não militares que se organizaram no sentido de dar, o quanto antes, uma resposta consistente ao PBNM. Ainda não conseguiram.

Antes do *ORVIL*, o ex-major do exército Freddie Perdigão, já citado, escreveu uma monografia⁶⁵ tosca, uma mistura de texto datilografado com escrito à mão com caneta, em 1977. O material era para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Perdigão fala sobre o Destacamento de Operações de Informação (DOI), aponta como foi construída e consolidada toda a estrutura dos organismos oficiais de repressão. Traz também dados estatísticos que mostravam o desempenho da superestrutura criada a partir do Ato Institucional nº5 (AI-5) (NETTO; MEDEIROS; 2012, pp. 111-118). O texto é importante para entendermos como foi forjado todo aparato tecnocrático da ditadura e quais foram as principais técnicas utilizadas para sua perpetuação no poder.

O livro *A verdade sufocada* (2006) de Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos mais conhecidos torturadores da ditadura de que já falamos, junto com a organização não-governamental TERNUMA (Terrorismo Nunca Mais, 1998), também buscam apresentar uma “verdade” do período. O TERNUMA é uma organização articulada por militares, ex-militares

⁶⁴ O relatório contém as anotações dos procuradores e procuradoras da República - Eugênia Augusta Gonzaga Fávero (PR/SP), Lívia Nascimento Tinôco (PR/DF), Marcelo José Ferreira (PRM/Marabá/PA) e Marlon Alberto Weichert (PRR 3ª Região) - sobre os pontos mais relevantes constantes do *Livro Negro do Terrorismo no Brasil*. Ao final, considerando-se o contexto fático-jurídico atual, há sugestões de medidas que devem ser perseguidas no âmbito do Ministério Público Federal com vistas à apuração da verdade e responsabilidades relacionadas às violações de direitos humanos ocorridas durante o período de ditadura civil-militar no Brasil.

⁶⁵ Ver lista de imagens nos anexos.

e simpatizantes da ditadura. É uma espécie de “resposta” ao *Grupo Tortura Nunca Mais*⁶⁶ (1985). Muitas tentativas de respostas.

Todo este movimento militar, somatória de desespero por limpar sua imagem, denota o seguinte: o objetivo é revisar e reescrever a história. O professor Márcio Seligmann-Silva⁶⁷ (UNICAMP e IEA/USP), afirma que o discurso negacionista não nega a verdade dos fatos, simplesmente afirma uma verdade que lhe seja mais conveniente (O DISPOSITIVO, 2019). Reiteramos a afirmativa de Seligmann-Silva, a disputa pela “verdade” é quase que uma “moeda” que possui a habilidade de arrebatar pessoas, sobretudo, desinformadas e que costumeiramente não reconhecem a importância do contraditório em qualquer debate. O que está em jogo, como dizia o “guru” da astrologia Olavo de Carvalho, vencer o debate sem precisar ter razão.

Timothy Snyder, que já citamos, publicou em 2017 um livro bem provocativo intitulado: *Sobre a Tirania: vinte lições do século XX para o presente*. Trata-se de um livro com mensagens e não exatamente um livro acadêmico, mas nem por isso, desimportante. No livro ele nos apresenta a morte da verdade em quatro atos: 1º Ato: hostilidade aberta à realidade verificável; 2º Ato: transformar indivíduos em estereótipos que as pessoas vão aderir, como uso sistemático de apelidos; 3º Ato: promessas impossíveis de serem cumpridas uma vez que são contra à própria postura política do indivíduo; 4º Ato: quando a verdade se torna divina e não factual, ou quando se explora a fé divina das pessoas se auto divinizando, as evidências se tornam irrelevantes e não entram em questão.

Qualquer semelhança com o presente momento que vivemos (ano de 2022) é apenas mera coincidência do destino. por exemplo, não passa de mera coincidência em seu teatro de ventríloquos. Crer em coisas como a história sempre se repete e nada podemos fazer para transformar tal realidade já que se trata de algo inevitável, também é um perigo. Essa forma de interpretar a história e seus eventos é uma sinuca de bico. É uma receita que nos ensina como transformar uma democracia, mesmo com seus inúmeros defeitos, em republiquetas de sub democracias com uma fuça⁶⁸ confusa e cínica de oligarquia fascista (SNYDER, 2017, pp. 33-36). Não considerar a história, sobretudo o contexto histórico e suas facetas que, o filósofo

⁶⁶ Sobre o *Grupo Tortura Nunca Mais* falaremos na parte III desta dissertação.

⁶⁷ *O dispositivo cinematográfico na construção de outros regimes de verdade*. Exibição e debate acerca do documentário “Pastor Cláudio” de Elisabeth Farmagioni (diretora e escritora). (Ver Referências).

⁶⁸ Classe gramatical: substantivo feminino. Flexão do verbo fuçar na: 3ª pessoa do singular do presente do indicativo. 2ª pessoa do singular do imperativo afirmativo. Separação silábica: fu-ça. Plural: fuças.

Carlos (Karl) Marx tanto chamou atenção, não é apenas um erro, é não permitir ponderações sobre os fatos, analisando-os e buscando novas alternativas. Em última análise, um truque de ilusionismo. Devemos confrontar o passado e o presente a todo instante.

Não é a nossa preocupação fazer aqui uma análise sobre o método histórico-dialético e suas contribuições. Em contrapartida, destacamos Michel Foucault (1926-1984) para uma reflexão sobre o conceito de “verdade”. O conceito está entre aspas porque se tem alguns conceitos que hoje podemos colocar entre aspas são os de “verdade” e “narrativa”. Em sua investigação durante os anos de 1970 a 1976 (FOUCAULT, 2006, p. 183), o professor francês dedicou-se a compreender a seguinte tríade: poder, direito e verdade. Ele queria saber de quais regras do direito as relações de poder lançam mão para produzir discursos de verdade. Em termos de intensidade e constância, somos o tempo todo obrigados/as pelo poder a produzir “verdades”, confessá-las e encontrá-las.

Uma preocupação metodológica de Foucault é compreender como os corpos marginalizados (periféricos e múltiplos) se constituem a partir dos efeitos do poder. O poder circula e funciona apenas em cadeia, ele não está localizado aqui ou ali como se pensa. Também não pode simplesmente ser apropriado tal como uma propriedade embora muitos acreditem no contrário. O poder exerce sua força nos indivíduos que sofrem seus efeitos, e esses indivíduos, por sua vez, também exercem o poder o reproduzindo. A frase: *o desejo do escravo é se tornar senhor* lhe diz alguma coisa? Creio se tratar de uma frase já muito alterada do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831). Ademais, o indivíduo para Foucault (FOUCAULT, 2014, pp. 178-181), é um dos primeiros efeitos (eu diria produto) do poder. Aquilo que o torna individual, ou seja, um sujeito, é uma constituição advinda do poder que o atravessa.

A divisão binária que se faz entre os “bons” e os “maus” indivíduos, é a expressão de uma pena perpétua do sujeito. Acabam punidos por suas diferenças. A punição, seja ela moral ou física, infiltra-se no âmago do ciclo de conhecimento entre os indivíduos. Mesmo punindo-os, classificando-os como parte da classe dos medíocres, mesmo a privação da luz do dia, formam o esquema da classificação enquanto instrumento punitivo. O que se deve fazer para que todos se pareçam? disciplina neles.

O objetivo final do poder disciplinador é determinar o limite da fronteira que existe entre a diferença dentro de todas as diferenças. Diferença, diversidade e igualdade formam a tríade de um tema que não podemos abordar no momento, infelizmente. Estão ligadas a um debate

sobre educação em direitos humanos. Se eliminamos a diferença entre sujeitos, o resultado só pode ser um: a normalização que o poder da norma impõe. Então, a verdade não pode existir desvinculada do poder. Foucault acredita que para pensarmos os problemas políticos entre os intelectuais⁶⁹, devemos pensá-los em termos de uma relação entre “verdade” e “poder”. Verdade seria então:

Um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem (FOUCAULT, 2006, p. 14).

Na filosofia grega, o oráculo de Delfos traz o exemplo da geografia da verdade. Um lugar sagrado onde a verdade falava aos gregos. Não se encontra a verdade, ela é suscitada. A verdade é o acontecimento. Durante séculos essa tecnologia da verdade permeou a civilização. A passagem da verdade/prova para verdade/constatação é um dos processos mais importantes na história da verdade. O bom senso representa uma interpretação da verdade que se apresenta como objeto de conhecimento. Reinterpreta e justifica a busca da confissão dos indivíduos que devem assumir seus crimes, seus possíveis desejos loucos, e sobretudo, seus erros. Antes de ser um teste, a confissão ocupa o lugar de produção de uma verdade (FOUCAULT, 2006, pp. 111-115).

Por mais que os depoimentos sobre torturas e outras graves denúncias de violação dos direitos humanos estejam contidos nos processos do Superior Tribunal Militar, produzidos pela própria justiça da ditadura e pelo próprio Tribunal Militar, ainda assim, tais depoimentos oficialmente assinados (mesmo sob torturas), não tem valor de verdade para os militares e ex-militares⁷⁰. Os militares insistem em esquecer o passado perguntando aos quatro ventos: “pra quê lembrar disso”? Ou, como afirmou Marco Pollo Giordani, esses depoimentos estão carregados de “lamúrias e fantasias”. São “desesperos espalhafatosos” que não condizem com a “verdade” (GIORDANI, 2014 [1986], p. 97).

⁶⁹ Acreditamos que não são apenas os intelectuais, mas qualquer pessoa. Se a verdade é uma ferramenta do poder, logo estaria em qualquer lugar onde essas duas forças se inter-relacionam.

⁷⁰ Cf. Exceto o ex-delegado do DOPS do Espírito Santo, Cláudio Guerra. Já citado, hoje se considera pastor e se arrepende dos crimes que cometeu. O livro *Memórias de uma Guerra Suja* (2012) de autoria de Rogério Medeiros e Marcelo Netto com base nos depoimentos de Guerra, narra com riqueza de detalhes toda a estrutura da Rede de Informações da ditadura. Essa rede definia os próximos passos da ditadura, o ex-delegado participava e se beneficiava das vantagens que recebia por seus serviços prestados à nação. O livro situa o/a leitor/a sobre como atuava a organização clandestina ScuderieLle Cocq que Guerra também tinha importante participação ativa.

Então, qual a relevância do Brasil: Nunca Mais? O que despertou tantas reações militares? O que os incomodam tanto (BAUER, 2018, p. 04)? É praticamente uma unanimidade entre os militares afirmar o seguinte: sempre foi a esquerda quem se esforçou em vencer a guerra pela via das palavras já que a perdeu no combate pelas armas. Acontece que o que unifica o discurso dos militares sobre às tentativas da esquerda de construir uma narrativa própria sobre a ditadura, com foco entre os anos de 1968 à 1975, é bem mais formal. Filho (2002), nos apresenta um foco que recai sobre um conjunto de textos e testemunhos dos militares e militantes. O autor entende que devemos comparar os discursos dos opositores da ditadura e dos militares. Para ele, os dois discursos sempre foram tratados de forma separada.

Para Tessitore, a saída é fazer o caminho inverso, revendo a metodologia do PBNM para complementá-lo. Desta maneira, será possível contextualizar a formação do acervo PBNM (TESSITORE, 2014, p. 288). Weschler (1990), foi o primeiro a se aventurar na história do Brasil: Nunca Mais com base em entrevistas com os/as participantes do projeto. Cunha (2014), vê o projeto como um processo de comunicação alternativa e de certa forma clandestina. Para nós, o PBNM é um agente fundamental no processo de consolidação do que ficou conhecida como a primeira Comissão Nacional da Verdade brasileira.

Já certos militares como Oswaldo Muniz Oliva (2002), Jarbas Passarinho (1998 e 2001), Mauro Gandra (CASTRO; D'ARAÚJO, 2001) e Ernesto Geisel (1997), suas versões da história e da verdade contestam a história de “mão única” da esquerda. Segundo afirmam, a esquerda sempre foi a única a narrar os acontecimentos que cercaram a resistência derrotada. São jornalistas e historiadores que sempre corroboraram com os depoimentos dos/as sobreviventes da ditadura. Definem os depoimentos dos/as torturados/as do PBNM como nada mais que “choros e melindres”.

Para eles, a Anistia foi a solução, se um lado cala a boca, o outro tem que calar a boca também e ficar quieto (FILHO, 2002, pp. 179-182). A partir da publicação desta dissertação, os militares vão ter que incluir também um sociólogo em sua lista de pessoas que tratam do tema tão evitado, espinhoso e de certa maneira “proibido”. Uma verdadeira “caixa”, não de Pandora, mas de marimbondos. Todos os caminhos são importantes e apresentam relevância histórica. São abordagens que nos permitem ver o passado por diferentes prismas.

É preciso reconhecer que, se hoje acontecem tantos abusos dentro de uma democracia, alguma coisa deu errado lá atrás durante nosso processo de transição de modelo político. A ditadura foi e é um modelo político de se fazer as coisas. Jaime Wright, apontando para sua

estante repleta de arquivos, declarou ao jornalista Lawrence Weschler que era “como se os membros da equipe tivessem torcido até a última gota de informação do material [...] de maneira que não restasse sequer um ângulo original para os pesquisadores do futuro” (WESCHLER, 1990, p. 61). O pastor estava enganado. Tem sempre um novo caso de tortura dentro de supermercados Brasil afora. E isso nos mostra como ainda somos violentos. O PBNM possui milhões de páginas que ainda não foram dissecadas. Temos muito trabalho pela frente.

Suzana Lisboa, esposa de Luiz Eurico Lisboa, desaparecido em 1972 e que teve o corpo encontrado em 1979, informou que o livro “Brasil: Nunca Mais divulgava pela primeira vez uma infinidade de autos de processos. Não eram mais suposições: eram fatos”. Na entrevista à Revista on-line IHU - Instituto Humanitas Unisinos (NECHI, 2017, s/p), Suzana diz que nenhum presidente que veio depois da ditadura teve coragem para abrir os principais arquivos das forças armadas. Esses arquivos foram desmantelados, tornaram-se “caixas sem nada dentro”.

Suzana nasceu em 1951, militou no movimento estudantil ao lado de Luiz Eurico Lisboa. Participou durante dez anos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (criada pela Lei 9.140 de 04 de dezembro de 1995). Acabou saindo do grupo por acusar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de “esvaziar o grupo e não cumprir a promessa” de abrir os arquivos da ditadura. A conclusão de Lisboa diz o seguinte: “se houvesse coragem política, os arquivos teriam sido abertos”.

Parece que nos deparamos com um entrave. Se há um campo de disputa pela verdade do que realmente aconteceu, e se os depoimentos de tantos/as torturados/as que vieram antes e depois do PBNM não são suficientes, o que resta como argumento que mostre que a versão dos militares não condiz com a verdade? Nada, a não ser negar até a morte. Aliás, sempre foram muito bons em negar seus próprios delitos e apontar os delitos dos ladrões de galinha. Os militares apelam à Lei de Anistia, afirmam que a “esquerda” deveria respeitá-la colocando um fim nesta parte da história brasileira. Impossível.

Por que pessoas ainda desaparecem? Talvez uma resposta seja pelo fato de práticas como encarceramento, tortura, assassinatos e desaparecimentos terem sido perpetradas ao longo do tempo da história brasileira. Violências que figuram como instrumentos de controle e de extração da “verdade”, mesmo que seja uma verdade que se traduz no desejo de eliminar o outro diferente que não pertence a um determinado grupo elitista.

O antropólogo indiano Arjun Appadurai (1949), em seu livro *O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva* (2009), nos mostra como a violência pode ser vivisseccionista, ou seja, enquadrar-se como uma intervenção invasiva em um organismo vivo. Incerteza social profunda acompanhada de uma “certeza doutrinária” capaz de nos convencer que a religião do outro, por exemplo, é na verdade, uma máscara que deve ser eliminada. Tal máscara representa perigo, um sinal de traição à pátria, à nação e ao *ethnos*-nacional, assim, violenta-se amigos e vizinhos. Atritos da vida cotidiana, mágoas leves, ressentimentos e boatos alimentam o caldeirão da propaganda e seu papel de impulsionar narrativas sobre a certeza do que é o outro (APPADURAI, 2009, pp. 70-72): o outro é x, é y, é o que eu achar que ele é. Trazendo novamente as “pérolas” do ex-tenente Marco Pollo Giordani, observe a maneira como define o *ethnos*-nacional segundo sua interpretação.

Os “primeiros povoadores eram degregados”, o “elemento nativo existente em nossos limites era e continua sendo de baixa cultura e parca iniciativa” e um “paciencioso sangue escravo” que resultaram em pessoas de “ânimos ainda mais deficitário”. O negro, o mestiço e o índio, “com esporádicas exceções”, são “castas inferiores” (GIORDANI, 1986, p. 63). É dessa forma que o autor de *Brasil: Sempre* define a grande maioria dos/as brasileiros/as. O chamado *ethnos*-nacional corresponde a uma “guerra” retórica, de educação única com uma língua padrão e “subordinação de milhares de tradições locais e regionais” que reproduz ingleses, franceses, indianos, indonésios etc. Sangue e nacionalismo parecem estar tão ligados hoje como nunca. A ideia de estado-nação tem raízes profundas.

O pensamento abissal demonstra que as representações dos diferentes discursos dos indivíduos “visíveis” e não “visíveis”, a relação entre “nós” e “eles”, não permite encaixe possível porque os conhecimentos “invisíveis” (como os conhecimentos populares, leigos plebeus, camponeses e indígenas) estão do lado de lá da linha (SANTOS, 2010, p. 33). Assim, a primeira linha global que marcava uma divisão abissal pode ser chamada de *Tratado de Tordesilhas* entre Portugal e Espanha em 1494. Percebemos como a guerra suja que a rede de informações entre as ditaduras latino-americanas, na figura da Operação (ou Plano) Condor, produziu uma contra rede de informações e ações diretas no sentido de resguardar os direitos de pessoas que fugiram de seus países em busca de amparo.

Depois do lançamento do livro *Brasil: Nunca Mais* (Projeto “B”) em 1985, muito se publicou no Brasil sobre o projeto. São livros, artigos, resenhas, ensaios, documentários e até

um site de busca indexada com acervo integral do PBNM como já informamos. Falta fazer um longa-metragem bem feito. Com a mesma relevância do Clamor, o projeto foi um divisor de águas dentro da história brasileira. Seu conjunto de arquivos são imprescindíveis, forma o nosso mais poderoso instrumento contra as sucessivas repetições que somos obrigados/as a viver. A robustez de material tão sólido é a maior prova de que Bolsonaro e seus lacaios representam uma fraude com esses discursos vazios de nacionalismo que dinamizam os interesses de uma elite rica e poderosa em detrimento de uma maioria de brasileiros/as que sofre todos os dias com tamanha desigualdade que se apresenta em diversos campos.

Os 707 processos da Justiça Militar que foram, heroicamente, resgatados pela equipe do Brasil: Nunca Mais desfazem um dilema crucial: Seu depoimento é verdadeiro ou não? O PBNM apresenta a autenticidade das denúncias feitas nos relatos dos/as sobreviventes das torturas. Autentica também os depoimentos dos familiares dos/as desaparecidos. Dentro dos processos estão fotografias de pessoas que foram torturadas até a morte ou que foram abatidas à luz do dia. Confissões que foram tomadas por meio de torturas inenarráveis estão neste pacote de absurdos contra a dignidade de um ser humano. Por meio dos processos da justiça militar brasileira, provou-se cabalmente os crimes da ditadura.

3. A DISPUTA PELA “VERDADE”

Queremos trazer o/a leitor/a para um debate acerca dos conceitos de verdade, discurso, violência, poder, saber e transição política (não necessariamente nesta ordem). Queremos compreender melhor a relevância do PBNM, por que o projeto ainda incomoda tanto e introduzir o que chamamos de a dialética do des/aparecimento. Talvez o/a leitor/a se ache um tanto quanto perdido/a devido o “vai-volta” que fazemos no presente texto. Mas não se desespere, o presente trabalho, assim como os fatos que compõem a história recente, não têm uma linha temporal bem definida cronologicamente. A ditadura fez de tudo para escamotear seus crimes. Mas de tanto esconder provas, acabou produzindo mais provas.

O que tem em comum entre o grupo Clamor e a equipe do projeto Brasil: Nunca Mais (PBNM)? Os dois grupos possuem as mesmas pessoas fundamentais na direção de suas atividades. Luiz Eduardo Greenhalgh, Jaime Wright, Dom Paulo Evaristo Arns, Chuck Harper e Phillip Porter. Mas faltam pessoas importantes nesta lista. Duas mulheres importantes, Jan Rocha (Clamor) e Eny Raimundo Moreira (PBNM). Duas mulheres, uma é jornalista a outra é advogada.

Como o/a leitor/a acompanhou na primeira e na segunda parte desta dissertação, fizemos uma descrição ampla dos dois grupos. Na primeira parte falamos do grupo Clamor e todo seu percurso de atuação em uma rede de solidariedade na América-Latina. Contribuíram para salvar inúmeras vidas, primeiro atuando apenas no Cone Sul, mais tarde em toda América-Latina. Denunciaram relatos de torturas, condições das prisões, campos de concentração, assassinatos e desaparecimentos de pessoas incluindo bebês recém-nascidos. Pudemos acompanhar os trabalhos de formulação e publicação dos Boletins do Clamor que denunciavam, internacionalmente e em três línguas, os crimes das ditaduras. Na segunda parte falamos do PBNM.

Contamos como se deram as reuniões dos primeiros encontros da equipe, a elaboração de suas estratégias de ação no que concerne à logística do projeto para levá-lo adiante. Falamos também das dificuldades que a equipe enfrentou para conduzir o projeto até sua publicação em junho de 1985. O traslado do financiamento das atividades do Clamor e do PBNM foi o mesmo. As pessoas que saíam para buscar o dinheiro e trazê-lo ao Brasil eram as mesmas. As estratégias também eram as mesmas. O que prova a clara ligação entre um projeto e outro. Como me disse Jan Rocha em entrevista que realizamos:

Na verdade, houve um certo overlap entre Clamor e BNM, porque vários dos advogados estavam envolvidos nos dois projetos, e o Jaime Wright, membro fundador do Clamor, foi o intermediário entre o Conselho Mundial de Igrejas, financiador do projeto BNM, e os advogados [...] Apesar de vários membros do Clamor - Jaime Wright, Luiz Eduardo Greenhalgh, Michael Mary Nolan, e Ferminio Fecchio - participarem do projeto Brasil Nunca Mais, nunca houve uma mistura entre as duas organizações. Eu por exemplo, sabia vagamente que existia um outro projeto patrocinado pelo Conselho Mundial de Igrejas, mas nunca um deles me contou nada. Eles eram muito ciosos do sigilo do projeto (Jan Rocha)⁷¹.

O conceito de discurso foi levantado pela primeira vez pelo filósofo John Langshow Austin (1911-1960) sob a perspectiva de atos de discurso. Sua afirmação parte da concepção de que as comunicações verbal e escrita não são afirmações neutras e apassivadas como se costumava crer. Na verdade, essas comunicações influenciaram de maneira ativa as relações sociais e políticas em todo mundo.

Foi a partir de Foucault (1969), que os conceitos de discurso e práticas discursivas despertaram maior interesse dos/as sociólogos/as. Em seu livro *Arqueologia do Saber* (1969), Foucault mostrou como o discurso é utilizado na execução do saber, do poder, do crime, da punição e como ele, o discurso, define e delimita que determinado fenômeno, a loucura por exemplo, é estruturado pela Lei e pela Psiquiatria. A voz do louco não é e nem deve ser considerada uma “voz”. O “louco” é forjado pelo discurso de quem tem o poder e o saber nas mãos.

Conhecimento e poder não são opostos, são duas metades de um todo (GIDDENS; SUTTON; 2015, pp. 07-11) que os críticos (LUKES, 2004 [1974]) de Foucault como Steven Lukes o acusam de não levar em conta o poder exercido por um Estado, por exemplo. Acontece que o poder disciplinador se transforma a todo instante, desde os tempos do filósofo Jeremy Bentham (1748-1832), um dos últimos iluministas. O poder exercido pelo o olhar do outro, e agora não mais apenas do olhar do Rei, é um poder que se transforma junto com as forças produtivas e isso faz parte do processo de desenvolvimento.

O poder disciplinar é muito mais sutil e acaba por controlar “a regulamentação dos fenômenos da população, o controle de suas oscilações, a compensação de suas irregularidades” (FOUCAULT, 2006 [1979], pp. 219-222). O Panopticon de Jeremy Bentham surgiu a partir dos textos históricos do fim do século XVIII. Trata-se de uma tecnologia de poder que organiza o espaço para obter objetivos econômico-políticos. As dimensões físicas de um espaço

⁷¹ ROCHA, Jan. **Entrevista I**. [fev. 2022]. Entrevistador: Fernando da Silva Oliveira. Goiânia, 2021. A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice desta dissertação.

determinam a importância do poder e este, por sua vez, é a forma econômico-política que organiza e domina as pessoas. Foucault não ignora a urgência dos tipos de dominação institucional. Ele sabe que elas existem e operam cotidianamente no meio social.

Foucault nos mostra que o sistema penal, historicamente, constitui-se em três elementos: justiça, polícia e prisão. No modelo que compõe um tribunal, temos duas partes, acusação e acusado. O juiz vai perguntar: sua causa é justa ou injusta? Sua causa só será justa no dia em que “eu” consultar as leis e determiná-la como tal (FOUCAULT, 2006, pp. 62-63). Esta é a essência de um tribunal.

Se pensarmos a perspectiva da organização espacial de controle afim de compreendermos o fenômeno do desaparecimento de pessoas, como ficaria o cálculo? Diria que o desaparecimento é a ausência espacial, imagética do lugar do/a desaparecido/a. Ele/ela não está aqui e nem ali. Encontra-se em lugar nenhum ou um não-lugar. O poder a partir do século XVIII passa a ser uma máquina sem dono. Não são mais as masmorras escuras do Rei. Dissociado do domínio individual, ninguém ocupa o mesmo lugar. Mesmo assim, produz lugares privilegiados onde prospera alguma supremacia.

O olhar é a grande invenção, é a revolução da punição, da prevenção do crime, e sai bem mais barato que qualquer outra técnica violenta de controle. É o olhar (a vigilância permanente) quem tira o poder do domínio individual, o que se tem é uma dominação de classe que se sobrepõe às outras. Então a perfeição da vigilância seria o que Foucault (2006) chamou de “sauna de malevolências”.

Como já destacamos antes, a preocupação primordial do PBNM era fazer as cópias do maior número dos processos da Justiça Militar e guardá-los em local seguro. A partir disso, elaborar uma distribuição do material revisado, analisado e impresso. Deveriam seguir uma lógica de análise dos dados e publicá-los em momento oportuno. Dessa forma, seria quase impossível que os/as defensores/as da ditadura e seus/suas amigos/as refutassem tamanha prova material que ela mesma produziu.

Acontece que esses/essas mesmos/as defensores da ditadura, ex-torturadores e chefes de grupos de extermínio, juntamente com seus amigos poderosos, insistem em desqualificar, diminuir e ridicularizar o PBNM e tudo que diz respeito aos direitos humanos. É compreensível o esforço que fazem, principalmente agora com as redes sociais equipadas de disparos de notícias falsas programadas automaticamente por robôs. O desespero e a verborragia da ala que se denomina conservadora, se esconde por detrás da alegada “vontade de Deus”. E este, deve

estar se perguntando: “filhos, que fazeis?”. Arthur Schopenhauer (1788-1860), em sua obra inacabada intitulada *Como vencer um debate sem precisar ter razão – em 38 estratégias*⁷² (2003), demonstra em apenas um de seus trinta e oito estratégias que é necessário:

Levar a afirmação do adversário para além de seus limites naturais, interpretá-la do modo mais geral possível, tomá-la no sentido mais amplo possível e exagerá-la [...] pois quanto mais geral uma afirmação se torna, tanto mais ataques se podem dirigir a ela (SCHOPENHAUER, 2003, p. 124).

Este livro carrega a introdução, notas e comentários de Olavo de Carvalho (1947-2022). Sim, o guru intelectual de Bolsonaro que, era mais ouvido do que lido. A caixa-preta (ou caixa de Pandora) das Forças Armadas ainda não foi aberta. Não sabemos o que se passa por lá. O negacionismo é produzido com sentimento e desejo de desinformar e trocar uma versão da “verdade” por outra. Para além disso, instaurar a dúvida: onde estará a “verdade”?

Há sempre uma justificativa tendenciosa, exclusivista e determinista nos discursos daqueles/as que exaltam as tiranias com uso da força. Em *A divina comédia* (século XV) de Dante Alighieri (SAID, 2001, pp. 78-79), especificamente no canto 28 do inferno, localizado no oitavo dos nove círculos de lúgubres que rodeiam a fortaleza de satã, encontra-se o profeta Maomé. A forma como Dante descreve o profeta, demonstra, sendo bem otimista, um uso de uma representação violenta. Maomé é condenado ao castigo eterno de ser empalado eternamente. Não satisfeito, Dante o amaldiçoa, na companhia de Judas, Bruto e Cássio, definindo-os como ladrões, traidores, ignorantes do cristianismo e membros de uma hierarquia do mal. Assim faz também com os grandes pensadores filósofos como Platão e Sócrates.

Para definir o que vou chamar de a poética representação dantesca, o ódio de Dante ao Islã é visceral. Coloca Sócrates, Platão, Aristóteles, Heitor, Enéas e Abraão como pagãos, em um castigo mais brando no primeiro círculo do inferno. E por não terem sido agraciados com a revelação cristã, são todos indignos, mesmo reconhecendo, em certa medida, a importância das virtudes e realizações dos filósofos gregos. Portanto, ainda que o Corão coloque Jesus na figura de um profeta, Dante prefere enquadrar os filósofos gregos como criaturas do mal. É uma boa representação da diferença que há entre “nós” e “eles”.

Se na antiguidade a tortura era um meio regulador e de punição, na Idade Média não vai ser diferente. A inquisição tratará a heresia e a corrupção da fé como uma falsificação da moeda.

⁷² Este manuscrito, não concluído e sem título, Foi encontrado na casa de Schopenhauer depois de sua morte. Quem o publicou como livro foi Julius Frauenstädt, o título em alemão saiu como: *Eristische Dialektik: Die Kunst, Recht zu behalten* em 1864. A obra é também conhecida pelo título *Dialética, Dialética Eristica* ou *A arte de ter razão*.

Um crime tão grave como qualquer outro praticado por um malfeitor. Não só será excomungado como também será condenado com a pena de morte. Com o início oficial do século XVIII e estendendo-se ao século XIX, a inquisição dedicou-se a semear o terror. Reina de modo implacável por meio da “pedagogia” do terror, mantendo a ordem, não admitindo divergências muito menos hesitações. A tortura segue, portanto, como uma ferramenta supostamente de extração da “verdade” ou de punição por desobediência. Punição dos deuses da pré-história, das heresias e discordâncias na idade média ou pela inquisição aplicada pela igreja.

No Brasil de 1964-1985, a tortura não apenas foi “oficializada” pelos órgãos de repressão como também foi consentida e defendida por grande parte conservadora e não tão conservadora da sociedade brasileira. Conforme o número de desaparecidos/as crescia, mais denúncias apareciam. Mesmo com toda repressão que havia naquele momento, como já afirmamos duas vezes, todo o aparato repressivo foi montado com o apoio dos Estados Unidos da América. Os EUA implantaram no Brasil vários cursos de torturas e interrogatórios, como também trouxeram aparelhos de torturas.

A *Pianola Boilesen*⁷³ foi importada pelo empresário Henning Albert Boilesen (1916-1971) para “ofertar” aos/às presos/as sequestrados/as. Boilesen foi um empresário executivo de origem dinamarquesa que participou ativamente na indústria da tortura durante a ditadura civil-militar no Brasil. Foi presidente da Ultragaz e um dos fundadores do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). Era amigo íntimo de Sérgio Fleury. Segundo os muitos relatos de pessoas que o viram nas salas de torturas (CARLOS, 2012), o sujeito sentia prazer em ver o sofrimento alheio.

Por se envolver tão afinadamente com Fleury e seus espetáculos de horrores, Boilesen acabou assassinado por uma ação conjunta de “justiçamento” dos grupos da esquerda armada Aliança Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) em 1971. O tiro de misericórdia no empresário que caía na sarjeta da porta de sua casa em São Paulo⁷⁴ fora disparado por Carlos Eugênio Paz (1950-2019), codinome “Clemente”, o último comandante da ALN. Carlos Eugênio confirmou o ocorrido em uma entrevista ao jornalista e escritor brasileiro Geneton Moraes Neto (1956-2016) ao canal Globo News em 2012. Carlos

⁷³ Aparelho de descarga elétrica que também ficou conhecida como a “pimentinha”. Era um aparelho que funcionava através de uma manivela que, girada velozmente, a intensidade do choque elétrica se tornava ainda mais forte no corpo do/a torturado/a.

⁷⁴ Ver lista de imagens nos anexos.

Eugênio afirmou que participou da ação, dirigiu a ação e foi o autor do tiro de misericórdia (CARLOS, 2012).

De acordo com o livro *Brasil: Nunca Mais – Perfil dos Atingidos* (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1987)⁷⁵, a relação das pessoas que denunciaram em tribunal as torturas em fase de inquérito chegam ao número de 1.843. No que compreende o período 1969-1974, 1.558 denúncias foram feitas durante o governo de Garrastazu Médici. O PBNM conseguiu verificar como as leis e os códigos da Justiça Militar entre os anos de 1964 e 1979 eram cumpridas. Compararam e analisaram o que as normas consagradas da justiça determinavam, inclusive as próprias leis da ditadura, com o que acontecia realmente na prática. Fizeram uma análise dos inquéritos e dos processos judiciais. O projeto traçou uma sequência de explicações que nos orientam como a estrutura da Justiça Militar se formou e quais foram as etapas percorridas para a formação de seus processos.

Em abril de 1964, nasceram as Comissões Gerais de Investigação (CGI) (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, p. 169), sob a direção nacional do general Taurino de Rezende. Nessas CGI's, todos os inquéritos que eram formados pelas polícias de todas as repartições e também os inquéritos policiais-militares (IPM's) abertos, tinham função de avaliar os atos de subversão dos/as brasileiros/as. O reverendo Jaime Wright fez realmente uma leitura no mínimo interessante sobre esse alcance do PBNM. Quando afirmou que a equipe torceu dos processos até a última gota de informação, não deixando condições para outras abordagens além daquelas já feitas, ele colocou na mesa um problema grave: não se tem mais nada a dizer sobre a ditadura?

A advogada Eny Raimundo Moreira, em seu depoimento ao filme *Coratio – 30 anos de Brasil: Nunca Mais*⁷⁶, narra que a maior importância do projeto foi o livro (Projeto “B” – *Brasil: Nunca Mais*, 1985). Com o livro, “a história do país deixou de ser contada só por quem vence”. No momento seguinte, Luiz Eduardo Greenhalgh diz que, quando a ditadura “viu o livro quis desqualificar, depois silenciou”. Em seguida, os militares começaram a vociferar que isso era coisa do dom Paulo e dos subversivos de sempre. E assim, a ditadura se aquietou relegando-se ao silêncio. E por não terem enfrentado o livro, a ditadura confessou que o que está escrito no livro é tudo verdade (CORATIO, 2015).

⁷⁵ Ver referências.

⁷⁶ Direção de Ana Castro e Gabriel Mitani. Produzido pela Linha de Pensamento e com o apoio oficial da Catarse. Foi publicado em 2015.

O Projeto “A” fez um levantamento gigantesco com diversos dados estatísticos. O que dá o sentido evidência ao projeto que empregou uma metodologia sofisticada de análise estatística por meio de cruzamento de dados. Para além disso, obteve uma amostra extensa de onde se extraiu uma porção diversa de dados em cada processo formulado oficialmente pela Justiça Militar durante os Tribunais Militares.

Os depoimentos narram as torturas, perseguições, prisões arbitrárias e desaparecimentos. Existe uma forma de pensarmos a prova dos crimes da ditadura sem ser apelando aos depoimentos? Sim, apelando aos seus próprios documentos oficiais. Faz-se necessária a compreensão da atuação dos Tribunais Militares, seus inquéritos, suas competências, os requisitos da denúncia, os recursos, as apreensões, as provas periciais, as confissões, as provas testemunhais que mostraram os abusos perpetrados pela ditadura durante seus vinte e um anos de existência.

O Projeto “A” está dividido em 12 volumes e possui 6 tomos com 6.891 páginas. Foram feitas apenas 25 cópias. O PBNM traz um histórico do período militar, seus antecedentes, implantação, institucionalização e doutrina. Tudo isso para compreender a repressão política do período. Aponta uma descrição de suas fontes e metodologia. Fizeram uma classificação geral dos processos. Tabelaram, com relações alfabéticas de denunciados, indiciados, testemunhas e declarantes, quadros com relações de torturadores, agentes envolvidos em prisões e repressão a movimentos sociais. Inúmeros agentes envolvidos em diligências, médicos legistas envolvidos com a repressão, encarregados de IPM’s e seus escrivães, colaboradores, informantes, membros dos órgãos de repressão e membros dos Conselhos de Justiça, formavam essa rede de colaboração. Dentro da rede da Comunidade de Informações, haviam outras redes. Praticamente nenhuma seguia uma força que preponderasse ou que fosse dominante (NETTO; MEDEIROS; 2012, pp. 92-99) que não a comunidade de informações.

São dezenas de organizações que não daria para falarmos de todas aqui. O mais importante é lembrarmos que cada uma acabaria tendo ações independentes mesmo obrigadas a prestar satisfação, em última instância, à comunidade de informações. Os responsáveis pelas redes de informações se encontravam sempre no Angu do Gomes⁷⁷. Ali discutiam as ações e estudar os próximos indivíduos que seriam presos ou assassinados de imediato. Dentre eles,

⁷⁷ Restaurante de comida tradicional localizado (na época referida) na Praça Mauá, Rio de Janeiro.

destacam-se as personagens supracitadas como Sérgio Paranhos Fleury, Freddie Perdigão Pereira, Carlos Alberto Brilhante Ustra e Cláudio Guerra.

O Projeto “A” conseguiu ainda fazer a caracterização geral dos atingidos (quantidade, qualificação, como foram atingidos) e caracterização geral dos processos quanto à natureza política dos/as opositores/as. Determinaram um conceito e evolução histórica da tortura, relação de torturadores e daqueles/as que denunciaram as torturas. Elencaram uma lista das modalidades de tortura, caracterização dos/as atingidos/as pela tortura, centros de tortura, transcrição dos depoimentos sobre tortura e informações acerca dos mortos contidas nos processos. Finalmente organizaram a classificação e descrição dos documentos da esquerda anexos aos processos (TESSITORE, 2014, pp. 281-282).

A lógica da justiça militar era, sempre escolher a interpretação mais desfavorável aos/às acusados/as. Este sistema de não garantir qualquer dispositivo legal que porventura beneficiasse o/a acusado/a permeava todo o “do procedimento punitivo, do inquérito ao fim do processo judicial” (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, pp. 172-173). O inquérito é a apuração de um crime e sua autoria. Neste momento da fase policial, não havia o contraditório que, é a possibilidade do/a acusado/a contestar as acusações contra si. Não existia defesa que pudesse defende-lo/a em sentido estrito.

O inquérito “é um tipo de poder/saber essencialmente administrativo”. É um sujeito soberano e os fatos conhecidos por todos. É a concordância entre vários indivíduos sobre um fato, um costume ou um acontecimento. Sendo o inquérito mais um instrumento de poder e determinação de uma “verdade” que deve ser respeitada, Foucault complementa sua interpretação dizendo que:

A sequência interrogatório/confissão que é tão importante na prática médico-judiciária moderna, oscila de fato entre um antigo ritual da verdade/prova prescrito ao acontecimento que se produz, uma epistemologia da verdade/constatação [...] a passagem da verdade/prova à verdade/constatação é sem dúvida um dos processos mais importantes da história da verdade [...] A história deste recobrimento seria aproximadamente a própria história do saber na sociedade ocidental desde a Idade Média (FOUCAULT, 2006, pp. 115-116).

E mais, o desrespeito à norma da Lei que determina a unidade do processo, estava escancarado. Como o PBNM mostrou, os processos foram desmembrados com intuito de fazer com que as penas se tornassem ainda mais pesadas. Dessa forma, não permitia opção ao/a acusado/a de contestar. Foi desta maneira que a Justiça Militar respondeu à um dos princípios mais caros do direito: ninguém poderá ser condenado duas vezes pelo mesmo crime.

Em resumo, as justiças militares dos estados do Rio de Janeiro e Recife subdividiam as acusações para multiplicar as condenações pelos três tipos de crimes mais recorrentes: integrar partido clandestino, uso de documentos falsos e posse de material subversivo. Após 1968, parte da resistência à ditadura optou pela via da luta armada/ações armadas. Em resposta, a repressão da ditadura foi mais severa.

Mário Simas (já citado) trabalhou no projeto Brasil: Nunca Mais tanto nas retiradas dos processos no STM como atuando na defesa dos/as presos/as durante os julgamentos da Justiça Militar. Acredita que ao mesmo tempo que considera a justiça daquele período como a mais liberal que ele já tinha visto (no que diz respeito ao exercício da advocacia), deparou-se também com situações inacreditáveis.

Quando estava na 2ª Auditoria onde acontecia o julgamento de um preso que lhe interessava, o presidente do Conselho pergunta ao réu onde estaria seu advogado de defesa. O réu informa que seu advogado havia saído por um instante. O presidente do Conselho então diz a ele: "Olha, nós deliberamos revogar a preventiva e soltar o senhor. Só que o senhor não vai sair, vai continuar preso porque o seu advogado foi embora". Mário Simas tenta convencer o Conselho: "o advogado que se retirara, antes de sair, me conferira poderes para representá-lo, e eu ali me fazia presente, de maneira que o réu poderia ser solto". A resposta do presidente do Conselho não poderia ser diferente: "Quem é que chamou o senhor aqui!?" (D'ARAÚJO, 2010, pp. 2-3).

Acontece que o discurso possui um organograma específico: produção controlada, seleção de conteúdo, organização e distribuição. São procedimentos que legitimam determinados discursos e que dominam os acontecimentos de forma não ordenada. Além disso, escamoteia sua materialidade. É um poder que o sujeito deseja possuir e luta por isso (FOUCAULT, 2014, pp. 08-11) a todo instante em que respira e se mantém vivo nas relações sociais. A separação e rejeição são princípios de exclusão. Esta última pode ser enquadrada no exemplo entre razão e loucura. A palavra do "louco" é anulada e não tem acolhimento. O impede de servir como testemunha na justiça e não lhe permite firmar/autenticar um ato. No entanto, à fala ou ao discurso do "louco", aparecem outros poderes que excedem as fronteiras da normalidade e seu discurso pode revelar verdades não ditas, ou mesmo "ver" o futuro.

A Justiça Militar era estruturada por meio das Circunscrições Judiciárias Militares (CJM's) e estavam instaladas na área (região militar, distrito naval e comando aéreo regional) em que correspondia os limites das Forças Armadas. As auditorias aconteciam nessas CJM's,

os principais estados que apareceram na pesquisa BNM foram Rio de Janeiro (a maior parte das auditorias estavam neste estado), São Paulo e Rio Grande do Sul. Nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, haviam mais de uma auditoria, os outros estados como Minas Gerais, Paraná, Bahia, Pernambuco, Pará, Mato Grosso, Ceará, Distrito Federal e Amazonas, tinham apenas uma auditoria.

Todas essas auditorias representavam a 1ª Instância da Justiça Militar, ou seja, as Circunscrições Judiciárias Militares (CJM). A 2ª Instância da Justiça Militar era o Superior Tribunal Militar (STM). Este possuía 15 ministros vitalícios que o presidente indicava com a prévia apuração do Senado Federal. A 3ª e última Instância, naquele momento, era o Superior Tribunal Federal (STF), "a mais alta Corte de Justiça do país, composta por onze ministros civis vitalícios" (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, pp. 170-171).

Um grupo de frades dominicanos foi preso pelo comando de Fleury. Fleury estava com “sangue nos olhos” de vontade de localizar o inimigo número um da ditadura, Carlos Marighella (1911-1969). Frei Fernando de Brito (1936-2019), Frei Betto (1944) e o ex-Frei Ivo Lebauspín, hoje sociólogo, foram sequestrados em novembro de 1969. Os dominicanos estavam atuando junto com a Ação Libertadora Nacional (ALN) junto com Marighella e outros indivíduos (BETTO, 2006). Acabaram processados pela 2ª Auditoria do Exército, em São Paulo. Em seguida foram incursos na Lei de Segurança Nacional (LSN) e condenados a doze anos de reclusão pelo revisor da apelação que era o ministro Adalberto Pereira dos Santos⁷⁸. Pereira dos Santos não permitiu provimento à apelação da defesa. Em contrapartida, dava provimento à apelação do Ministério Público para que os dominicanos continuassem encarcerados por mais dez anos já que estavam presos há dois anos.

Para o advogado Mário Simas, o caso mais difícil que ele pegou foi o dos dominicanos. O processo não evoluía porque o auditor de São Paulo era pressionado e assim o julgamento não saía. O advogado chegou a concluir que:

O planalto de Piratininga não ouvia o planalto Central [...] já não havia o habeas-corpus [...] o cliente era preso e não era identificado quem fizera a prisão [...] tomávamos diversas providências junto ao Tribunal e pedíamos que se oficiasse o comando da 4ª Zona Aérea, o comando do II Exército, o Dops, a Polícia Militar e por aí afora. E os próprios ministros ficavam atônitos diante do que acontecia, porque eles também não tinham o controle de tudo. Um dia o ministro general Augusto Fragozo disse em sessão: "Senhor presidente [...] eu proponho que se faça um painel aqui no

⁷⁸ Ele veio a ser vice-presidente da República depois.

Tribunal em que fique claro quem pode prender neste país” (D’ARAÚJO, 2010, p. 04).

Não satisfeito, Pereira dos Santos concluiu que a "arquitetura da catedral de São Paulo [...] a capela da Pampulha [...] a catedral nova do Rio de Janeiro [...] o convento dos dominicanos" eram templos que serviam de esconderijo de comunistas e não passavam de heresia. Assim, era justa a decisão de condenar Fernando, Beto e Ivo há doze anos de prisão (D’ARAÚJO, 2010, pp. 05-06).

A partir de 1969, o inquérito teria duas fases: a primeira fase era a dos DOI-CODIS ou outros organismos de segurança das forças armadas; a segunda fase era a do “cartório”, o sujeito ficava nas mãos do DOPS ou da polícia federal. Na primeira fase o preso permanecia incomunicável e era torturado. Os facínoras a definiam como “interrogatórios preliminares”. Esses DOI-CODIS agiam à revelia da lei e da própria justiça militar. Quando se sentiam por satisfeitos, mandavam o/a preso/a para o DOPS ou para a polícia federal. Ficavam com a tarefa de desaparecer com grande parte dos depoimentos feitos durante os interrogatórios preliminares. O encarregado do inquérito, de acordo com a lei, deve:

Dirigir-se ao local do delito, apreender os instrumentos e todos os objetos que tenham relação com os fatos, efetuar a prisão do infrator e colher todas as provas que sirvam de esclarecimento dos fatos e de suas circunstâncias (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, pp. 173-174).

O inquérito é apenas uma peça meramente informativa. Ela tem o papel de base para o oferecimento de denúncia. Portanto, o inquérito clandestino, formalizado por um delegado não podia ter validade legal já que não estava de acordo com a lei.

O livro *Brasil: Nunca Mais* selecionou seis casos de diferentes BNM’s (processos organizados por ordem alfabética e numérica), que pudessem mostrar as contradições dos Conselhos Militares e suas debilidades diante de processos basilados em provas esdrúxulas. Os seis casos exemplares mostram o padrão dos tribunais militares. A regra do STM partia tanto do desrespeito às leis consagradas do Direito quanto ao desrespeito às regras legais que a própria ditadura delimitou a partir de 1964.

Uma balbúrdia generalizada. Thomás Antônio da Silva Meirelles Netto (1937), foi condenado a três anos e seis meses de prisão em 1972. Seus crimes: “constituir, filiar-se ou manter organização de tipo militar com finalidade combativa” de acordo com o Art. 42 do Decreto-lei 898/69. Acontece que Thomás negou em juízo tal acusação e alegou que a assinou sob tortura. A outra “prova” que constava no processo, afirmava que o autor guardava em casa

documentos subversivos. Quando os documentos foram apreendidos, não houve nenhuma testemunha na pensão onde Thomás residia.

A lei determina que os participantes da diligência policial em hipótese alguma poderão servir como testemunhas. Nenhum vizinho de quarto, nem mesmo o proprietário do imóvel apareceram como testemunhas no ato da prisão de tais documentos. Percebendo as debilidades das provas apresentadas, o procurador da Justiça Militar elaborou um parecer em sua Apelação de nº 39.473. Os ministros do STM, por unanimidade, desclassificaram o crime para o Art. 14 do Decreto-lei nº898 (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, pp. 190-191), que determinou o crime do réu: “filiação ou manutenção de organização com auxílio externo”. A condenação reduziu a pena de Thomás para um ano de reclusão. O argumento que norteou o julgamento afirmava que, pelo fato de o réu ter vivido nove anos na União Soviética, sua intenção de delinquir estava mais que justificada uma vez que a Rússia era o berço do comunismo. Se os órgãos de segurança tudo sabiam, já que eram eficientes no serviço de espionagem e aniquilação do inimigo, por que não conseguiram cooptar a equipe do PBNM?

O livro *Brasil: Nunca Mais* não apresentava apenas denúncias de pessoas que foram torturadas. Estavam publicando em duas línguas (português/inglês), os detalhes de processos recheados de denúncias absurdas produzidas e sustentadas pelo Superior Tribunal Militar (STM). O aparelho tecnocrático da ditadura não se resumia em repressão, era um conjunto de sistemas disciplinadores que não agia em favor do indivíduo, mas em favor de quem detém o poder e o saber (FOUCAULT, 2006, pp. 146-150). Neste caso, os donos da caneta: os belegüinhas da ditadura.

O PBNM está mais que publicado, poderia se dizer que foi lançado pelo ar espalhando-se na atmosfera, dando o tamanho da difusão da obra. Por esse êxito a ditadura não esperava, ela carrega esse golpe de seus inimigos vencidos. Inimigos que não conseguiram vencer a ditadura por meio das armas, mas “venceu” pelas palavras. Até agora os militares não conseguiram responder à altura e com documentação irrefutável, seus próprios documentos. Isso é quase impossível, quiçá seja impossível.

Tentaram borrar documentos, tapar seus rostos quando alguém tirava alguma fotografia, queimaram alguns montes de documentos oficiais em Brasília ao longo dessas décadas, mas não teve jeito. Não conseguiram, ainda, limpar sua imagem marcada do sangue de tantas torturas. São todos os militares do mesmo saco? Não, Silvio Tendler em seu filme *Militares da Democracia – Os militares que disseram não* (2014), mostrou que muitos abandonaram a farda

por sentirem vergonha, outros simplesmente se retiraram quando puderam e outros que mudaram de lado entrando para a luta armada. Um caso conhecido é o do Capitão Carlos Lamarca (MILITARES, 2014). “Venceram” porque foram covardes e não tiveram escrúpulos.

Adorno e Horkheimer (1985) afirmam que os inteligentes sempre disseram que o fascismo jamais seria possível no Ocidente. Os inteligentes costumam facilitar as coisas para os bárbaros. Nunca é demais estarmos atentos/as. Portanto, se Hitler era desprovido de espírito humano, o “espírito anti-humano” prevaleceu sob o pilar de uma “superioridade bem informada” (ADORNO; HORKHEIMER; 1985, pp. 90-195). As qualidades de um fascista são vivazes como são seus discursos. Se resumem na cegueira intelectual e, sobretudo, na incapacidade de perceber que o negativo também lhe cobrará o ônus em sua estrutura. O que sempre deu em desgraça, e ao que parece, inconscientemente, para também recorrer à psicanálise, sua pulsão de morte fala mais alto. E é assim que:

Não é fácil falar com um fascista. Quando o outro toma a palavra, ele reage interrompendo-o com insolência. Ele é inacessível à razão porque só a enxerga na capitulação do outro [...] julgam seu próprio eu segundo o valor de mercado e aprendem o que são a partir do que se passa com eles na economia capitalista [...]. Os homens são suaves, quando desejam alguma coisa dos mais fracos, e brutais, quando o solicitante é mais fraco do que eles (ADORNO; HORKHEIMER; 1985, pp. 196-202).

Se quisermos apontar quais são os elementos que compõem o “padrão” de violência das ditaduras que ainda permanecem hoje, conseguiríamos? Talvez. Podemos pensar o seguinte, o controle da violência é um requisito básico da democracia. O Estado garante sua existência por meio da violência física e de um controle ideológico. As instituições da violência com seus aparelhos repressivos não perdem seu papel nem mesmo depois de um processo de distensão política, ainda mais em países com desigualdades sociais tão acentuadas como no Brasil. Onde a desigualdade econômica (vamos ficar apenas neste sentido) é a que mais aparece no fim das contas.

O que o/a cidadão/cidadã mais deseja? Pagar suas contas, comer bem, ter onde morar, escola para as crianças, atendimento médico adequado, trabalho digno e lazer. Desigualdade social expressiva ou não, o que importava naquele momento era o conceito de “justiça” que havia⁷⁹.

⁷⁹ E que ainda há?

As transições políticas não garantem transformações efetivas como enquadramento e normalização porque não tem compromisso de modificar o Estado. O retorno à democracia não quis dizer que ela veio para ficar. As transições políticas não garantem o fim e nem controlam a violência institucional ilegal. Assim, não há transformações substanciais na vida das pessoas e menos ainda nas instituições. A euforia e a aparente sensação de paz escondem as limitações da redemocratização.

Temos dois tipos de entulhos problemáticos que não conseguimos dar um destino e uma solução: a) um lixo autoritário e b) um lixo do Estado Novo. O legado autoritário ou o entulho autoritário, ideológico e prático, é plástico e flexível. Em vez de transição política, o que se tem é “uma extraordinária continuidade da estrutura de poder” (PINHEIRO, 1991, p. 47), por exemplo, a cultura política não se modifica no Brasil (?). São sempre os mesmos conchavos que permeiam os colegiados. A ditadura unificou o crime comum ao crime político. Partidos políticos democráticos e eleições livres não anularam a capacidade de monopolizar o uso da violência física legal.

O Estado brasileiro está impregnado de um histórico violento. Insistimos nesta afirmação por que o terrorismo da via “legal” de determinadas autoridades ainda é presente, assim como toda sorte de abusos. Perguntamo-nos se isso acontece simplesmente por que no momento da transição política, as autoridades envolvidas no acordo (da Anistia) tratou todos os crimes da ditadura, inclusive a dissolução de suas estruturas, como se fossem meras organizações neutras que não atendiam a uma espécie muito específica de discurso de “verdade” e “justiça”. Desta maneira, subestimou-se (ou recalcou-se) todo seu passado autoritarista e violento. Características que estão impregnadas em suas práticas.

O escritor, frade e jornalista brasileiro, Frei Betto, em entrevista que realizamos via correio eletrônico, definiu o problema da transição política e da anistia da seguinte maneira:

A lei da anistia é uma aberração jurídica. Como anistiar quem sequer foi punido? E é bom lembrar que não houve “um acordo entre os dois lados”, e sim uma decisão unilateral dos juízes, políticos e advogados que se submeteram aos caprichos dos herdeiros da ditadura [...] essa milicada que gostaria de ver a ditadura voltar e essa gente de direita que apoiaria a implantação de um novo período ditatorial (Frei Betto)⁸⁰.

Com a mesma opinião Carlos Eugênio paz (o Clemente), em seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV), comentou a revisão da Lei de Anistia:

⁸⁰ BETTO, Frei. **Entrevista II**. [jan. 2022]. Entrevistador: Fernando da Silva Oliveira. Goiânia, 2022. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação.

Quem pegou em armas nesse país e deu um golpe, e que até hoje não foi julgado, foi a direita do Brasil. Foram eles que nunca foram julgados. Nós fomos julgados nas salas de tortura, nós fomos julgados nas covas rasas em que fomos enterrados, nós fomos julgados nas cadeias que cumprimos e nos exílios que vivemos. Eles é que não foram julgados. Então, qualquer tipo de reformulação da Lei de Anistia, tem que deixar muito claro que, sem anistia o lado que sofreu e não o lado que fez os outros sofrer (EX-COMANDANTE, 2013).

Paulo Sérgio Pinheiro (1944), já foi conselheiro e presidente da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Apesar do chamado fim da ditadura civil-militar em 1985, o professor figurou recentemente em um dossiê (MOTA, 2020) feito por um grupo de dentro do Ministério da Justiça do governo Bolsonaro⁸¹. O dossiê investiga 579 servidores federais e estaduais e três professores. Todos foram identificados no documento como membros do chamado movimento antifascismo. A investigação é comandada pela Secretaria de Operações Integradas (Seopi). A Seopi foi criada pelo atual presidente da república brasileira no final do ano de 2019. O jornalista Rubens Valente (2020) teve acesso ao documento que tem sigilo de 100 anos. Bolsonaro montou um aparato paralelo dentro do Ministério da Justiça (de novo ele, o MJ) para vigiar e perseguir quem se opuser aos seus desmandos delirantes.

O que significa isso? Retaliação e tentativa de mudança de foco contra os avanços da CNV? Dizer que não parece isso, chega a ser ingenuidade. Torturadores assassinos se assustaram quando viram um de seus ícones, Brilhante Ustra, parar no banco dos réus,. Rapidamente, a turma do cassetete e do eletrochoque botou suas manguinhas de fora num átimo de desespero. A facilidade em produzir ilegalidades independe do regime político. Desmontar o pessoal policial e seus aparelhos (de tortura, sequestros e assassinatos) é pré-condição para alcançarmos um estado de direito minimamente democrático.

A estrutura não foi modificada. Ao permitirem e subestimarem o legado autoritário dos aparelhos repressivos, deixando-os da forma como estão, a violência não teve fim, nem arrefeceu. As violações dos direitos civis nascem do desrespeito aos valores humanos nas relações interpessoais. O autoritarismo socialmente implantado (PINHEIRO, 1991; ALVAREZ et. al. 2021) cerca o indivíduo em sua completude. Quero dizer que sua participação política e seus direitos individuais estão sob a guarda de um vigilante. Nada mais foucaultiano?

Apresentamos a morte da verdade em quatro atos de acordo com o historiador Snyder. Mas não trouxemos exemplos aplicáveis. É o que faremos agora. Em termos de hostilidade

⁸¹ Trata-se do chamado “Dossiê dos antifas” que listava dados de 579 ativistas, funcionários públicos e docentes e outros que figuravam como antifascistas. O dossiê objetivava, principalmente, demarcar os “inimigos do Estado” que atuavam em instituições militares e universidades brasileiras. (VALENTE, 2020). Pelo menos dois dos pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Criminalidade e Violência (Necrivi/UFG) figuraram na lista, a policial civil e papiloscopista Simone de Jesus e o policial rodoviário federal Fabrício Rosa.

aberta à realidade verificável: o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, durante sua campanha em 2016, usou e abusou de declarações falsas. Foi identificado que 78% de suas declarações eram falsas.

Sobre o ato segundo, transformar indivíduos em estereótipos que as pessoas vão aderir, como uso sistemático de apelidos: tanto Trump quanto Bolsonaro estão sempre com suas línguas afiadas para tal missão. É só recorrer à “memória youtubescas”⁸² que o/a leitor/a encontrará um arsenal de disparate debiloide de ambos.

Sobre o terceiro ato da morte da verdade, promessas impossíveis de serem cumpridas uma vez que são contra à própria postura política do indivíduo: o que pode ser definido como um pensamento mágico que destrói amizades e laços entre familiares. Trump em sua campanha prometeu políticas públicas para as minorias da sociedade norte-americana. Quem acreditou se decepcionou, é claro.

Sobre o quarto e último ato, quando a verdade se torna divina e não factual: é quando se explora a fé divina das pessoas se auto divinizando e se colocando no lugar de “Messias” salvador da pátria, da família e dos bons costumes como se estivesse em 1872. As evidências dos fatos concretos se tornam irrelevantes, não tem valor de verdade algum. Podemos observar discurso similar no caso do “nosso” “Messias” brasileiro, quando este afirma: “eu sou a voz de vocês”. No entanto, ao ser questionado sobre o que fazer em relação ao aumento do número de mortos durante a pandemia da Covid-19, em pleno ápice, disse: “e daí? você quer que eu faça o quê? eu sou messias, mas não faço milagres”.

Ainda sobre a corrida eleitoral nos EUA em 2016, Trump usou o slogan *America First* (Os EUA primeiro). O mesmo slogan foi utilizado décadas atrás na história dos conflitos mundiais, me refiro à campanha que fizeram para apoiar a subida ao poder do nazista Adolf Hitler intitulada: *Deutschland über alles* (Alemanha acima de tudo). Qualquer semelhança com o slogan do brasileiro Bolsonaro: *Brasil acima de tudo e Deus acima de todos* é apenas uma infeliz coincidência. O próprio presidente entende que os distúrbios são necessários para que seu país volte a ser grande como antes.

⁸² Relativo ao banco de dados da plataforma youtube.com.

3.1. Sem corpo, sem crime: o desrespeito aos direitos humanos como lógica de produção dos desaparecimentos de pessoas

O Comitê Brasileiro de Anistia (CBA), foi uma Sociedade civil independente formada por advogados, amigos e parentes de presos/as políticos/as. A partir de 1978, disseminou-se por vários estados brasileiros. Uma sede também foi criada em Paris. Seu principal objetivo: coordenar os esforços em prol do movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita dos/as atingidos/as pelos atos de exceção praticados pela ditadura civil-militar brasileira. Após decretação da Lei da Anistia (Lei nº 6.683), em 28 de agosto de 1979, os comitês foram encerrando suas atividades até se transformarem em entidades de defesa dos direitos humanos (IEVE; MAIS; 1996).

No início da década de 1980, trouxe uma lista com 150 brasileiros/as desaparecidos/as. O fim da ditadura mais a redemocratização dos países latino-americanos que também passaram por ditaduras, não representam o fim dos desaparecimentos de pessoas. O desaparecimento forçado, ao que tudo indica, não é mais suficiente para explicar a complexidade que o fenômeno demanda. Leigh Payne (1956), nos mostra quatro lógicas que explicam (ou definem) o desaparecimento: a) sua natureza clandestina; b) a construção de sujeitos descartáveis; c) uma economia política da desapareição; d) perda ambígua: não está presente nem ausente (PAYNE, 2021). A pessoa desaparecida é culpada por sua desapareição. Se está desaparecida é porque provavelmente estaria envolvida em algo ilícito. Portanto, são descartáveis (disposable people). E uma vez descartável, ninguém se dará conta de sua ausência e a impunidade seguirá sem alteração.

A economia política da desapareição define que o/a desaparecido/a é cooptado/a por grupos armados e delinquentes que o/a transforma em escravo/a. Aqueles/as que possuem alguma habilidade laboral são explorados/as ao máximo. São trabalhadores/as desempregados/as como motoristas de caminhões, mecânicos, engenheiros/as. São obrigados/as a trabalharem em construção de túneis, produção de produtos ilegais, fabricação de drogas e transportes de produtos básicos. Assim que a “obra” em que estão submetidos/as acaba ou, quando aparece alguma enfermidade, este/a mesmo/a escravo/a é descartado. Junto com o desaparecimento vêm também a conspiração do silêncio. São represálias contra aqueles/as que ousaram escapar das garras dos grupos de delinquência organizada.

Nosso último objetivo é saber quem desaparece hoje no Brasil. Como se organizam suas características e de que forma elas estruturam o fenômeno dos desaparecimentos de pessoas. Muitas pessoas desaparecem todos os dias. Desaparecem por diversas razões. Mas o que esses números querem nos dizer? O que nos salta aos olhos hoje é uma definição mais clara e abrangente sobre o fenômeno.

Oliveira (2007 e 2012), aponta quatro problemas cruciais: a) Intervalos de idade na hora de catalogar os casos de pessoas desaparecidas; b) Os critérios de contabilização dos casos denotam uma deficiência no sistema que devem catalogar os casos; c) Ausência de dados sobre a condição racial/cor dos/as desaparecidos/as; d) desprezo pela catalogação das informações a respeito da escolaridade e renda dessas pessoas que desaparecem. Muitas delegacias categorizam os casos de desaparecimentos de pessoas no formato de Boletim de Ocorrência (BO). Outras delegacias jogam os casos para a posteridade. Isso acontece quando os/as denunciante são orientados/as a retornarem 24 ou 48 horas depois que o/a familiar desapareceu.

Assim, qual dado ou informação reflete melhor a realidade do problema? A violência está ligada ao desrespeito dos direitos humanos e civis e à uma ideia de corpo incircunscrito, ou seja, não possui bordas bem-marcadas que define e localiza o corpo do sujeito (CALDEIRA, 2000) em questão. Caldeira analisa duas problemáticas após o fim da ditadura civil-militar brasileira. A primeira é a forte oposição aos/às defensores/as dos direitos humanos. A segunda é a campanha para introduzir na Constituição Federal Brasileira a pena de morte. Os/as presos/as políticos/as do final da década de 1970 estavam recebendo auxílio e proteção dos direitos humanos. Mas os os/as presos/as comuns continuavam sendo largados às traças.

Após a Anistia⁸³ no Brasil, a atenção dos grupos de defesa dos direitos humanos se volta aos/às presos/as comuns que continuavam sendo torturados/as. Conforme o exposto na Sentença da Corte Interamericana no caso *Gomes Lund* (JUNIOR, 2019), o desaparecimento e execução começam com a privação da liberdade do sujeito e a falta de informação sobre seu paradeiro. Isso permanece enquanto não se descubra o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade. Dessa forma, o estado tem o dever de investigar e, eventualmente, punir os responsáveis.

⁸³ A Lei da Anistia (lei nº 6.683), marcou em 28 de agosto de 1979, o “fim” da ditadura militar no Brasil.

Existe uma quantidade indeterminada de situações que compõem o fenômeno (OLIVEIRA, 2007 e 2012) do desaparecimento: a) desaparecimentos forçados; b) catástrofes e casos do cotidiano; c) desaparecimento político (que abrange conflitos étnicos, religiosos e outros). O desaparecimento político ou forçado é um fenômeno que, o poder público em questão, manifesta um interesse direto. Ele poderá contribuir para que isso ocorra, como poderá, também, intervir para que não ocorra. Depende da inclinação. Os familiares, além de lidar com as práticas tradicionais da polícia, são obrigados a conviver com a angústia de não saber o paradeiro do familiar desaparecido. A “cultura” das 24/48 horas (depois que o indivíduo desapareceu), que eram necessárias para se fazer o Boletim de Ocorrência (BO), ainda é uma cultura que brota dentro das delegacias de polícia do Brasil.

Durante o período da ditadura, a orientação dos órgãos repressores era não fornecer informação alguma. Em abril de 2019, Bolsonaro baixou o decreto 9.756 que extinguiu conselhos e comissões com participação da sociedade civil no governo federal. Nesse decreto, os trabalhos das comissões de busca por desaparecidos/as políticos da ditadura foram encerrados. O decreto atingiu o *Grupo de Trabalho Perus* e o *Grupo de Trabalho Araguaia*. O GT-Perus era responsável por identificar os corpos das pessoas desaparecidas entre 1964 e 1985. O grupo estava responsável pelas 1.047 caixas com as ossadas⁸⁴ encontradas em uma vala clandestina no cemitério Dom Bosco em Perus, São Paulo.

A descoberta da vala clandestina, que trazia a identificação com um “T” (de terrorista), foi feita no dia 04 de setembro de 1990. Descoberta em 1995, desde então essas ossadas tem passado por inúmeros revezes. Após serem descobertas e a história veio a público, esse material com 1049 caixas, passou por uma enchente em 1997 no laboratório da Unifesp (SP), depois em 1999, esse material foi para o cemitério de Araçá, centro de São Paulo. Lá foram esquecidas. A USP havia ficado responsável pelo columbário, mas foram esquecidos (propositalmente ou não) mais uma vez.

Em 2013, haveria uma homenagem a essas ossadas no cemitério. Antes da exposição, o columbário fora invadido e a exposição vandalizada não se sabe por quem. Provavelmente alguém com um interesse em travar qualquer avanço nesse sentido. A arqueóloga Márcia Lika Hattori, trabalhou na equipe de pesquisa e trabalho, ela contou que:

Abrir uma caixa onde estavam os corpos era resultado de todas essas histórias. Não só do processo de ocultação e desaparecimento, mas de tudo que aconteceu nesse período, de todas as tentativas de identificação da UNICAMP, das ações dos técnicos

⁸⁴ Ver lista de imagens nos anexos.

argentinos, do descaso do Estado. Todas as 1049 caixas tinham esse significado (CASIRAGHI; PONCHIO; BABA, 2020).

Aline Feitoza integra o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF-Unifesp), ela estuda as ossadas atualmente. O problema, segundo Aline, é que o contrato que a equipe conseguiu dura apenas doze meses. Depois disso, a memória e relevância do estudo vai se perdendo:

Hoje, estou sozinha porque o contrato de todo mundo acabou. Todo ano precisamos brigar por verba, para ter um pessoal capacitado para trabalhar, então percebemos que não aprenderam nada ao longo do processo (Idem).

Outro grupo que ficou também prejudicado com a confirmação do decreto foi o GT-Araguaia. Posando ao lado de um cartaz⁸⁵ de uma figura de um cachorro com um osso na boca, Bolsonaro aponta seu dedo indicando a frase: “Desaparecidos do Araguaia: quem procura osso é cachorro” (BOLSONARO, 2019). Na curtíssima matéria *Uma interminável busca no Araguaia*, a irmã de Raul (Antônio Teodoro de Castro) Mercês Castro⁸⁶, conta como tem sido procurar por seu irmão desaparecido desde 1973: “quem era o Raul na guerrilha?” (do Araguaia).

Em todos os livros de jornalistas, historiadores e até mesmo dentro do pessoal do PC do B, segundo ela, se repete a mesma coisa: “Raul (Antônio Teodoro de Castro) era um traidor. Ele foi morto dentro de um jipe quando estava entregando as pessoas”. Antônio Teodoro de Castro (codinome Raul), teria sido assassinado quando foi alvejado no braço durante o episódio que ficou conhecido como “Chafurdo de Natal”. Mercês foi várias vezes ao Araguaia em busca do corpo de seu irmão. Conversou com muitos/as moradores/as da região do Araguaia. Afirma hoje que não espera nada de um governo que militar. Diz não se incomodar de ter sido chamada de “cachorro” por Bolsonaro. “O cachorro tem pelo menos fidelidade e ama ao próximo”. Conclui dizendo o seguinte:

A única chance de encontrarmos os nossos irmãos, nossos parentes, vai ser por a gente mesmo. Os familiares sempre estiveram e sempre vão estar na vanguarda dessa busca [...] não tem como virar a página [...] como é que a gente vira uma página? Como é que eu vou me curar disso? (EL PAÍS, 2019).

O problema dos “justiçamentos”, que também não é nosso objeto neste trabalho, tem sido discutido entre os familiares de pessoas que foram mortas por seus/as próprios/as companheiros/as. Foram mortas porque deram alguma informação (entregaram alguém) enquanto eram torturadas, ou, que simplesmente mudaram de lado e começaram a trabalhar

⁸⁵ Ver lista de imagens nos anexos.

⁸⁶ Idem.

como dedo-duro da ditadura fazendo jogo duplo. Ficaram conhecidos carinhosamente por seus colegas da ditadura como “cachorros”. É o caso de Cabo Anselmo (1942-2022). Sua história já foi amplamente publicada, inclusive por ele mesmo. Só que, de acordo com Carlos Eugênio Paz, já citado aqui, cabo Anselmo entregava pessoas para serem mortas. Entregou inclusive sua esposa que estava grávida na época, Soledad Viedma (1945-1973) e outros componentes do grupo armado que pertenciam, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

No documentário *Os soldados do Araguaia*⁸⁷, de Belissário França, aparecem os relatos dos soldados de Marabá (norte do Pará) que participaram do extermínio dos/as guerrilheiros/as do Araguaia. O ex-soldado Pereira de Mello lamenta que o que lhe dá “mais remorso é não ter deixado a Lia⁸⁸ ir embora [...] eu fui um dos que guardou ela pra eles levarem ela pra ser jogada lá de cima do helicóptero”. Se refere aos voos de helicóptero que eles chamavam de “viagem pra Brasília”. O ex-delegado Cláudio Guerra, também já citado, relatou em seu livro que:

Em determinado momento da guerra contra os adversários do regime passamos a discutir o que fazer com os corpos dos eliminados na luta clandestina. Estávamos no final de 1973 [...] o forno da usina era enorme, ideal para transformar em cinzas qualquer vestígio humano [...] E foi assim que fui responsável por levar dez corpos de presos políticos para lá, todos mortos pela tortura no DOI e na Casa da Morte, em Petrópolis (NETTO; MEDEIROS; 2012, pp. 50-53).

De acordo com Pinheiro Salles, foi com o surgimento da Operação Condor que os primeiros passos para o sequestro e desaparecimento de pessoas em outros países foram dados. Os/as presos/as (sequestrados/as) eram torturados/as até a morte. Depois de assassinados/as, em alguns casos isolados, seus corpos eram entregues às famílias (SALLES, 2019, pp. 152-162). A família ainda tinha que lidar com uma ditadura que informava que o familiar desaparecido havia morrido em um confronto com a polícia. Eliminaram os corpos, ou seja, a prova de que tal pessoa fora morta por isso e aquilo.

Ora, além da razão da morte ser por “confronto com a polícia”, essas pessoas também morreram “atropeladas” ou se “suicidaram” (como foram os casos de Ismael Silva de Jesus, Milton Soares, Vladimir Herzog, Alexandre Vannuchi Leme, José Ferreira de Almeida, Marcos Antônio Dias Baptista e Manoel Fiel Filho dentre outros/as). Na medida que essas justificativas de morte foram ficando cada vez mais estapafúrdias, criou-se a figura do desaparecido político, os corpos eram lançados em alto mar, incinerados ou mesmo enterrados em qualquer lugar como indigentes.

⁸⁷ Ver referências.

⁸⁸ Áurea Eliza Pereira desaparecida desde 13 de junho de 1974.

O problema dos desaparecimentos de pessoas é grave e se transmuda conforme a violência se sofisticada. O caso do carioca Domingos (36 anos) que desapareceu no dia 15 de fevereiro de 2009 (Rio de Janeiro), ilustra bem a dinâmica entre o familiar da pessoa desaparecida com os procedimentos de uma Delegacia de Polícia (DP).

Primeiro a DP recebe a denúncia, depois vai anexando os documentos do/a desaparecido/a (fotografias e dados pessoais) no Registro de Ocorrência (RO). No caso de Domingos, seu RO foi parar no Setor de Descoberta de Paradeiros da Delegacia de Homicídios do Rio de Janeiro (SDP-RJ). Começaram a busca por Domingos, primeiro perguntaram sobre seu paradeiro aos seus amigos. Sem resultados, a tia de Domingos, Clara (56 anos), procurou em hospitais, abrigos e no Instituto Médico Legal (IML) do Rio. Acontece que Domingos fora encontrado em um abrigo e estava sendo atendido em uma clínica psiquiátrica.

Sua tia Clara se dirigiu ao SDP no dia 11 de junho de 2009, três meses após o anúncio do desaparecimento de Domingos. Lá ela fez o anúncio do reencontro de seu sobrinho e em seguida solicitou ao policial que devolvesse a fotografia de Domingos que estava no arquivo do SDP (FERREIRA, 2012, p. 02). Este é um exemplo de como o fenômeno abarca circunstâncias diversas que desafiam até as polícias. Através da amplitude do debate sobre o fenômeno dos desaparecimentos de pessoas, é preciso sofisticar os mecanismos de enfrentamento ao fenômeno.

De acordo com a ONG Mães da Sé (MÃES da Sé, 2022), pelo menos 1 pessoa desaparece a cada 3 minutos por dia no Brasil. São 200 mil pessoas que desaparecem por ano. As Mães da Sé já conseguiram encontrar mais de 5 mil pessoas que estavam desaparecidas. O trabalho de busca por pessoas desaparecidas, a miscelânea de formas de desaparecimentos e as principais dificuldades que a polícia civil encontra, são mais que suficientes para nos mostrar que o fenômeno merece tratamento científico apurado. E é pelo esforço em compreender satisfatoriamente suas facetas que acreditamos ser urgente tal empenho. Portanto, o fenômeno está longe de ser totalmente compreendido. Continuaremos com mais pesquisas no sentido de contribuir nessa busca.

Assim, como dissemos, independentemente do regime político, ilegalidades acontecem com uma facilidade impressionante. Torturas, sequestros, assassinatos e desaparecimentos ainda existem no Brasil. Isso acontece porque é preciso, antes de qualquer coisa, desmontar os aparelhos de repressão e extermínio. É uma pré-condição para estabelecermos um estado direito que seja exequível conforme a realidade na qual estamos inseridos.

O desaparecimento forçado (ou político) por muito tempo foi estudado como sendo a única forma de desaparecimento. Acontece que outras modalidades surgiram. O desaparecimento forçado não explica mais a complexidade do fenômeno. Chamamos de fenômeno exatamente por ser deveras complexo.

Interessante notar como o desaparecimento é um fenômeno abrangente. Compreende desaparecimentos por causas naturais, desaparecimentos devido a abusos sexuais em casa com determinadas figuras da própria família, desaparecimentos como produto do tráfico de seres humanos e por fim o desaparecimento como resultado de ações policiais violentas. Como afirmou Payne (2021), o/a próprio/a desaparecido/a é o culpado por seu desaparecimento. A razão de ter desaparecido reside na confirmação (prova) de que o sujeito estaria envolvido com alguma atividade ilícita. Com tal confirmação, o resultado final são dois: 1. Essas pessoas desaparecidas são descartáveis; 2. Se é descartável, é mais um elemento que contribui para o curso da impunidade.

4. A NOVA EQUIPE DO BNM E A DIALÉTICA PERMANENTE DA IMAGEM DE QUEM DESAPARECE

Na peça teatral de Chico Buarque de Holanda, *Os saltimbancos*⁸⁹ (1977), o “Burro” alerta seus/suas companheiros/as: “última lição do dia, os homens, eles sempre voltam!”. Diante da realidade da opressão, mesmo que em um sentido metafórico, o autor nos mostra a reação de um grupo de animais (Burro, Cachorro, Gata e Galinha - que, por sua vez representam o operário, o vigilante, a artista, a dona de casa. Enfim, cidadãos comuns das cidades) diante de um opressor, o “Barão”, dono da propriedade (metaforicamente, os ricos, os proprietários, a elite). Na obra observamos em seus personagens o inconformismo, foram descartados pois já não “davam conta do trabalho” por conta da longa exploração. Mas aqueles animais se mostraram solidários, ao contrário do patrão que no lugar de proprietário buscava resultados não se importando com a saúde ou a vida das pessoas que trabalhavam para ele. Sensibilidade e percepção de seu direito por justiça e igualdade fizeram com que eles se unissem em busca de uma outra história de vida (DANTAS, 2020).

Mas na luta contra a opressão, a trupe de saltimbancos alerta que o inimigo sempre volta. Esta última lição que o sábio “Burro” chamou atenção ao final da trama, me fez lembrar da repatriação do projeto Brasil: Nunca Mais. Um novo movimento que desperta curiosidade começa.

Imagine uma viagem em que aqueles rolos de microfilmes do PBNM estejam fazendo o caminho de volta para casa. O/a leitor/a deve estar se perguntando qual é a relação entre as duas coisas. Explico. Estamos falando de uma nova equipe do PBNM, trata-se da equipe do Brasil: Nunca Mais Digit@l (ou [P]BNM Digit@l). Uniram-se nesta empreitada, o Ministério Público Federal (MPF), o Armazém Memória e o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

Somando forças entraram: o Instituto de Políticas Relacionais (IPR), o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), a Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Rio de Janeiro, o Arquivo Nacional e o Center for Research Libraries/Latin American Microform Project, sediado em Chicago, Estados Unidos. Ampliaram a parceria com o apoio da Pontifícia

⁸⁹ Trata-se de uma adaptação do conto *Die Bremer Stadtmusikanten* (Os músicos de Bremen) de Jacob e Wilhelm (Irmãos Grimm) com primeira versão em 1819. Chico Buarque inspirou-se também no conto escrito por Sérgio Bardotti *I Musicant di Brema* (1976), musicado por Luís Henriquez Bacalov.

Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), do Arquivo Edgard Leuenroth (Universidade de Campinas), de Rubens Naves Santos Junior Advogados, da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e da Universidade Metodista de São Paulo.

A tradução do site BNM digit@l para as línguas inglesa e espanhola ficou por conta da Brown University e da Rede Latino-Americana para a Prevenção ao Genocídio e Atrocidades Massivas respectivamente. Para consolidar o sucesso dos trabalhos, contribuíram também o Superior Tribunal Militar (STM) e o Consulado Geral do Brasil em Chicago. A coordenação da nova equipe do PBNM era formada por Marcelo Zelic (Armazém Memória), Marlon Alberto Weichert (Ministério Público Federal), Daniela Greeb (Instituto de Políticas Relacionais), Lauro Ávila Pereira (Arquivo Público do Estado de São Paulo) e Anivaldo Padilha (Conselho Mundial de Igrejas). E com a direção executiva, Marlon Weichert e Marcelo Zelic (CONCEPÇÃO, 2013, s/p).

A ideia do BNM Digit@l é preservar o acervo, dar publicidade ao projeto, incentivar o acesso aos arquivos pela sociedade civil e servir como uma afirmação contra os abusos cometidos durante os vinte e um anos de ditadura civil militar no Brasil (TESSITORE, 2014, p. 275). É mais do que isso que Tessitore apontou. Falaremos dos desdobramentos dessa nova equipe em seguida.

Qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo tem, agora, acesso pleno a todos os arquivos do projeto BNM. O Procurador Regional da República, Marlon Alberto Weichert, participou da *live* em comemoração aos 75 anos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – Memória e Direitos Humanos⁹⁰. Na ocasião, Weichert narra que um belo dia foi provocado pelo então vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais-SP e coordenador do projeto Armazém Memória, Marcelo Zelic com a seguinte proposta: Por que não digitalizar novamente todos os arquivos do projeto Brasil: Nunca Mais disponibilizando-o na íntegra e em versão digital na web? Marlon buscou o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) para pensarem juntos sobre o BNM Digit@l. O caminho de volta recomeça. O CMI indicou o cientista social Anivaldo Padilha⁹¹ (1940), ele pertenceu à primeira equipe do PBNM.

A partir de 2008, o Ministério Público Federal (MPF) começou a conduzir investigações sobre violações dos direitos humanos durante a ditadura civil-militar com o

⁹⁰ A comemoração dos 75 anos da PUC-SP | Memória e Direitos Humanos aconteceu no dia 21 de agosto de 2021. Transmissão via canal youtube.com da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ver referências.

⁹¹ Tentamos uma entrevista com ele via correio eletrônico, mas não tivemos resposta.

objetivo de instruir ações cíveis públicas e representações criminais. Quando chegaram ao Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp), depararam-se com uma cena lamentável. Os arquivos do projeto estavam mal conservados e faltavam processos. Supostamente, foram subtraídos por alguém interessado/a em causar danos ao PBNM. Os processos subtraídos eram exatamente os processos que relatavam as torturas. O novo time do projeto tentou copiar os processos que faltavam no Arquivo completo da Unicamp. Mas tais processos estavam interditados devido a situação de má conservação. Além disso, havia uma dificuldade para realizar consultas a esses documentos.

A missão da nova equipe não seria uma tarefa fácil. Digitalizar novamente todo o arquivo e disponibilizá-lo na internet. Esta era a missão, refazer depois de quase quarenta anos, todo aquele trajeto que a primeira equipe do projeto percorreu. Mas agora a situação era outra, porém, não menos complicada e perigosa. Mais uma vez o projeto precisa de cuidados atualizados. Lembraram-se dos microfimes que foram enviados por Chuck Harper para Genebra e Chicago. A nova equipe repatriou-os para garantir sua existência no Brasil. Esses microfimes foram enviados para Genebra e Chicago durante os trabalhos do PBNM entre os anos de 1979 a 1985. Foi uma preocupação inteligente de salvaguardá-los de eventual tentativa de destruírem o projeto. Parece que adivinharam que um dia tal sabotagem poderia chegar.

O percurso do BNM Digit@l é digno de roteiro de um filme. Se a primeira equipe havia vivido todo aquele processo de confecção do projeto (impresso e microfilmado), a segunda equipe também vai passar por algo parecido para garantir sua existência. O projeto Brasil: Nunca Mais (em formato impresso) foi um projeto excepcional, fundamental. Mas seu acesso se manteve limitado. Por circunstâncias diversas, como estar impresso em poucas tiragens e estar localizado em uma universidade específica, Unicamp (SP). Então, se alguém quisesse consultá-lo, teria que se deslocar até a Unicamp, ou ir para Chicago tentar consultar o material.

Marcelo Zelic (entrevistado 3)⁹², lembra-se de um momento quando estavam voltando da Unicamp: “a gente toma pé que está com um problema. Muita coisa faltando [...] tudo o que o Ministério Público precisava faltava. Então a integridade estava comprometida. Aonde não

⁹² Entrevista concedida por Zelic, Marcelo; Weichert, Marlon. **Entrevista III**. [fev. 2022]. Entrevistador: Fernando da Silva Oliveira. Goiânia, 2022. 1 arquivo MP4 (01h:17:23). A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice desta dissertação.

vai estar comprometida? No microfilme”. E assim a caminhada para se chegar a esses microfilmes foi longa e difícil.

Depois de procurar de Chuck Harper por algumas vezes, enfim Zelic o encontra no Brasil e grava um depoimento com ele. Aproveita para explicar a nova empreitada PBNM. Desta vez, seria um BNM Digit@l, com acesso livre para qualquer pessoa do mundo de forma segura. Uma outra semelhança interessante que percebemos entre os dois projetos (impresso e digital): ambos precisaram de um guarda-chuva institucional. Se no primeiro o guarda-chuva estava na figura da Cúria de São Paulo com dom Paulo, desta vez ficaria sob o guarda-chuva do Ministério Público Federal (MPF).

É notório o campo de disputa aberto no sentido de preservar o PBNM de mais ataques. Pois esses ataques permaneceram constantes. Os documentos oficiais também podem desaparecer. Este é o ponto aqui. Zelic comenta que muitos trabalhos acadêmicos foram desenvolvidos a partir da publicação do site BNM digit@l. Assim, esses resultados são parte de um processo de justiça de transição. É verdade que muitas publicações surgiram, não apenas sobre o Brasil: Nunca Mais, mas também sobre o Clamor. Acontece que para nós, ainda é pouco.

Pego-me recordando neste momento de um encontro acadêmico em que um professor/antropólogo me disse assim que terminei uma apresentação de artigo sobre o PBNM: “Legal, mas esse tema não me interessa. Me desculpa, mas eu não tenho o mínimo interesse nesse tema. Aliás, eu não sabia que o Brasil: Nunca Mais tinha passado por tanta história..”. Comentei essa memória com Zelic e Marlon. O que me despertou mais a atenção foi o fato de perceber que, determinada banca de professores/as então engajados/as em seus temas de pesquisa, seja do corpo, da materialidade ou representação, não tivessem conhecimento do que foi e o que representa o trabalho do projeto Brasil Nunca Mais.

Ainda é muito pouco. Não estamos sugerindo que o meio acadêmico das universidades se atenha ao tema. Estamos mostrando que temos lacunas horrendas. Se se importam com tantas pesquisas que seguem eixos como o da violência de gênero, sistemas políticos, tráfico de seres humanos, descontrole da biodiversidade, destruição de matas ciliares, avanço sistemático do agronegócio que muitos vociferam fazer tanto mal, é porque alguma coisa está mal resolvida. Por que tanta violência em um país tão rico de recursos naturais e de gente disposta ao trabalho? Por que convivemos com tanta desigualdade? Por que esse *espírito* violento percorre as ruas,

vielas e avenidas de todo Brasil? Nossas perguntas parecem clichê, mas caíram na normalidade cotidiana. A violência é diariamente internalizada.

O que figura é a tensão do conflito, do permanente devaneio de determinados políticos profissionais, lideranças religiosas, empresariais e uma rede de milicianos agindo. Sim, temos um entulho autoritário. Diria que temos uma espécie de um labirinto autoritário que permeia nossas ações, sejam elas quais forem. Se não percebermos que temos uma conta séria, grave, largada para trás sem solução, não poderemos recomeçar. É comum ouvir que “a ditadura não acabou”. Sobre isso o procurador geral da república Marlon Weichert nos respondeu:

O direito ficou interdito para falar da ditadura até 2007, 2008, quando a gente conseguiu finalmente começar a impulsionar o tema da responsabilização dos responsáveis por graves violações dos direitos humanos. E até hoje, segue interdito pelo Supremo (STF). Mas a gente desbloqueou a discussão pelo menos em instâncias inferiores, na sociedade e no universo jurídico. E foi por isso que a gente achou importante trazer o BNM para o mundo digital para permitir que as próprias investigações do MPF e, também por ações individuais, pudessem acessar a essa documentação. Eu acho que tem pouca produção porque foi parte da estratégia da ditadura e da transição controlada pelos militares que interditassem a discussão jurídica sobre esse valor (Marlon Weichert)⁹³.

Marlon afirmou que são mais de 50 ações que o MPF propôs e que estão retratadas em um outro site: “justicadetransicao.mpf.mp.br”. É um site que eles/as fazem um histórico do trabalho do MPF nesse campo. O acervo do PBNM foi útil para muitas dessas 50 ações. Utilizaram a prova que foi coletada pelo projeto. Segundo ele, o MPF não pretende utilizar provas que foram feitas por modos ilícitos como as torturas. Mas aqueles documentos que relatam o funcionamento do aparato repressivo e, quando confirmam nomes de pessoas diretamente envolvidas com tal aparato, foram adotados. Se o direito ainda não tem a amplitude que deveria, mesmo que avançando pouco a pouco, é por responsabilidade do Supremo Tribunal Federal (STF) que segue impedindo a comissão de justiça sobre esse termo.

Seguindo ainda nessa perspectiva, Zerlic afirma que não devemos enveredar nos caminhos já percorridos, precisamos fortalecer outros eixos que estão de lado. Por exemplo, o campo de concentração Krenak (sociedade indígena brasileira) na época da ditadura. É preciso, segundo afirma, que sejam criados mecanismos de não-repetição dos desrespeitos aos direitos humanos. Trabalham no desenvolvimento usando a documentação existente para fortalecer outros eixos que estão deficitários até chegar o momento de uma liberação ampla para a justiça de transição. A reparação para os povos indígenas que sofreram (que sofrem até hoje) violências de toda espécie é fundamental para prosseguirmos no processo de justiça de transição.

⁹³ Idem.

Dois elementos são fundamentais na opinião dos dois entrevistados: *mecanismos de não-repetição e justiça de transição*. Pergunto aos dois (Marlon e Zelic) sobre uma cena, quase no final do documentário *Coratio* que já citamos. Na cena aparece uma mãe do grupo *Mães de Maio* (SP), que prefere não se identificar: “Não podemos fazer a festa que a ditadura acabou”. Contou que falou com a ex-presidente/a Dilma na época que, “eles esqueceram de avisar a polícia”. Então faço uma pergunta à eles que depois ficou clara a dimensão da minha ingenuidade. Mas recordo-me que no momento em que fazia tal pergunta, sentia que não era bem aquilo que gostaria de ter perguntado. Mesmo assim, para a nossa sorte, as conclusões dos dois contemplaram tudo o que eu queria saber. A constituição não abarcou os mecanismos tecnocráticos da ditadura. Isso aconteceu porque a Comissão de Segurança Pública na Assembleia Nacional Constituinte fora praticamente composta por militares e civis da direita política brasileira. Nós já acrescentaríamos uma direita empresarial e política brasileira.

Segundo Marlon, a esquerda não foi capaz de perceber que a questão da Segurança Pública era fundamental. O mesmo erro não pegou o pessoal que representava os interesses do MPF por exemplo, houve disputa sobre como seria seu papel dali em diante. Mas tudo tem um preço, e o preço que pagamos foi colher os louros de um governo militarizado integralmente, sobretudo, ideologicamente. Acompanhe a análise de Weichert:

Nós, durante muito tempo, nos iludimos que as Forças Armadas, apesar de não terem feito reformas, estavam pouco a pouco incorporando valores democráticos de índole constitucional. E quando vem o impeachment da Dilma, a gente percebe que isso realmente era uma ilusão. Quando majoritariamente as Forças Armadas aderem ao projeto bolsonarista, e as polícias militares quase que integralmente, acendeu essa luz: fomos, acho que todos, muito inocentes, naïfs de imaginar que sem um processo externo, você consegue fazer um processo de reforma (Marlon Weichert)⁹⁴.

O esforço por parte da primeira equipe em proteger a integridade do Projeto “A” (Brasil: Nunca Mais) não fora em vão. Se hoje temos sites como o BNM Digit@l, Armazém Memória, Memórias Reveladas, Comissão da Verdade, Memórias da Ditadura e Justiça de Transição, com tudo que existe de arquivos sobre o PBNM e outros documentos que surgiram depois, é porque esse pessoal se empenhou nesses trabalhos.

No site do BNM Digit@l, estão os resultados diretos do Projeto “A” com impressão na íntegra de todos os relatórios do projeto. Dos resultados indiretos, Projeto “B” - Projeto *Brasil: Nunca Mais*, 1985 pela editora Vozes; o livro *Perfil dos Atingidos*, 1987 pela editora Vozes (é a versão completa do tomo III do Projeto “A”); a versão em inglês do Projeto “B” intitulada

⁹⁴ Ibidem.

Torture in Brazil, 1998 pela editora Randon House (EUA); a versão de bolso do Projeto “B” - *Brasil: Nunca Mais*, 2011 pela editora Vozes; o livro *A miracle, a universe: Setting Accounts With Tortures*, do jornalista californiano Lawrence Weschler, 1990 pela Pantheon Books, New York, e uma tradução pela editora Companhia das Letras no mesmo ano.

O site também apresenta a repercussão do Projeto em jornais e revistas; o processamento dos dados; e a repatriação e reunião do acervo. Uma novidade interessante que o BNM Digit@l trouxe foi a seção *Mãos Anônimas*. Marcelo Zelic definiu a importância desta seção da seguinte maneira:

Nós recebemos os microfilmes que foram feitos na época e, no meio disso surgem coisas incríveis como a exposição *Mãos Anônimas* por exemplo. Que é uma devolutiva de agradecimento a quem tirou 850 mil cópias de xérox, imagina. Às vezes varando noite. E isso foi extraído por essa equipe. Que ficava atenta a aparecer a mão de alguém que era o cara que ficava tirando xérox. Então, além das pessoas que são as cabeças, Vannuchi e outros, a gente resgatou de forma, mesmo que poética, o trabalho dos trabalhadores que promoveram o *Brasil: Nunca Mais*. Sem eles não tinha o que os caras pesquisarem. A tecnologia ajuda a gente a trazer essas pessoas perdidas. E ainda tem o conjunto do BNM que até hoje não quer aparecer. Tem um conjunto de pessoas que simplesmente preferiu o anonimato, não quis deixar o nome colocar lá (Marcelo Zelic)⁹⁵.

Percebemos a complexidade que permeia e compõe o projeto impresso e digital. Mas o que nos parece mais importante nisso tudo, é percebermos que: primeiro, temos um problema de distanciamento e desconhecimento do valor histórico desses dois projetos. Segundo, o projeto BNM Digit@l é um dos mecanismos de não-repetição para a construção da justiça de transição. Terceiro, as Forças Armadas representando a direita brasileira, tiveram (têm) o controle dos mecanismos de repetição da ditadura com outra capa, mas com estruturas organizacionais muito semelhantes que ela já possuía. E por último, observando os mecanismos de repetição da ditadura, como o massacre dos povos indígenas no Brasil de hoje, a tortura nas prisões brasileiras e o sistemático extermínio de jovens negros/as das periferias, é que os mecanismos de não-repetição se fortalecem.

Começamos falando da peça teatral de Chico Buarque pensando naquela última lição que a personagem do “Burro” chamou a atenção. Informa que um perigo eminente pode, a qualquer momento, retornar na forma de um sistema repressor. Observe que o BNM convocou, uma vez mais, uma equipe de trabalho para assegurar sua existência. O projeto não vive sozinho, ele precisa de guardiões/guardiãs sempre.

⁹⁵ Ibid.

Uma espécie de teatro da memória se abre ao público. E parte desse teatro vem em discursos negacionistas (sobretudo de figuras públicas) que demonstram uma disposição para encriptar sua face mais violenta. Precisamos fazer uma conversão para uma discussão sobre os/as desaparecidos/as. E essa conversão exige a perspectiva do dispositivo cinematográfico.

Des/aparecer é uma dialética-imagética permanente e sem resolução. Sem resolução as imagens ficam: ao mesmo tempo que mostram, ocultam. Na medida em que se faz aparecer, ela, a imagem, faz-se desaparecer. É o rosto do desaparecido que se faz presente, traz à tona a falta do “corpo-ausente”, “corpo-prova”, “corpo-político” que insiste informar, na escuridão ou na luz do dia, a reafirmação do crime. É o corpo que vaga entre dois, /des/aparecendo sempre que convocado pelas fotografias dos rostos, dos filmes ou manifestações públicas. O fantasma é aquele que se faz aparecer porque já existiu antes.

Portanto, a permanente dialética das /des/aparições traz consigo dois movimentos: a) o de fazer aparecer e b) o fazer desaparecer. O rosto sagrado do Cristo no Santo Sudário é como os rostos de cada desaparecido/a, é um rosto que está junto ao corpo-imagem. A fotografia do/a desaparecido/a é a viva constatação que em algum dia no passado aquela pessoa esteve presente. O retrato fotográfico não desaparece ou decompõem como acontece com o corpo.

Enfim, o retrato da pessoa desaparecida é a confirmação de uma violência que não se apaga e não envelhece. Ela permanece da mesma forma de quando se tirou a fotografia. O artista colombiano Óscar Muñoz, em sua obra *RE/trato*, traça sobre o chão de concreto, o rosto de uma pessoa utilizando água e pincel. Em pleno sol, o rosto aparece e desaparece a todo instante. Trata-se de um curta-metragem de vinte e nove minutos de duração, composto de um loop constante entre fazer e apagar sem áudio algum. Tudo está fadado ao apagamento, re/trato é tanto retratar alguém como repetir o ato de refazer algo (SANTOS, 2019, pp. 146-161). O dispositivo cinematográfico (consideramos a fotografia como parte do mesmo dispositivo) pode ser definido como um instrumento de disputa na construção de novos regimes de "verdade" e narrativas diferentes. Então, aparece a pergunta: o/a desaparecido/a não existe?

Em 14 de dezembro de 1979, em coletiva de imprensa, o então ditador argentino Jorge Rafael Videla (1925-2013), no salão da Casa Rosada, declarou que o desaparecido é “uma incógnita”, não merece “tratamento especial” porque não possui “identidade”. Já que “não existe nem morto, nem vivo, está desaparecido” (FABRIS, 2017, pp. 261-278). Um novo elemento aparece, o familiar do/a desaparecido/a. O ex-general afirmou que o desaparecido não existe, então quem vai cobrar que o/a desaparecido/a apareça serão os familiares. O longa-

metragem que citamos anteriormente, *Soldados do Araguaia* de Belissário França, trouxe os depoimentos de jovens que foram recrutados para servirem como soldados de baixa patente.

A tortura era comum tanto aos/as guerrilheiros/as quanto aos soldados do exército no Araguaia. Segundo Jane Calhau (psicóloga clínica-institucional da Clínica do Testemunho fundada em 2012), o sujeito quando transportado às suas lembranças é como se entrasse numa “bolha do tempo, pedaços de tempo” em que é arrastado. Existem sádicos? Existem, mas para ela, não podemos explicar essa trama sem antes perceber que o que acontecia, na verdade, era uma política de Estado.

A tortura foi introduzida nos órgãos de repressão em caráter institucional. O ex-soldado Josean, informa que depois que chegaram na mata “as instruções foram ficando pesadas. Porque ali não era instrução não cara, aquilo era tortura!”. Josean, visivelmente sem jeito de narrar as atrocidades praticadas, e inclusive vividas na pele, confirma que, na “verdade eu fui um militar, eu servi o exército brasileiro, mas eu não me orgulho, por aquilo ali não!” (SOLDADOS, 2017).

O ex-soldado Fonseca aproveita para esclarecer que ele e seus amigos soldados que serviram no Araguaia também foram torturados. Em determinado momento, começaram “as torturas, tomar sangue, comer cobra. Aquele negócio de braço forte e mão amiga é só do lado de fora, lá dentro é porrada merma”. Narra fatos ocorridos que não imaginava ter que viver e que não imaginava que haviam pessoas “daquela natureza assim, tropa do exército saía parecendo um bando de porcão do mato estuprando mulher, pegando mulher casada entendeu?” (Idem).

Dijair, também ex-soldado, comenta que às vezes conversando com pessoas no trabalho escuta-os comentarem: “rapaz, hoje o país como tá, porra, quem dera voltasse a parte militar”. Dijair tenta dissuadir o colega argumentando: “na época do exército, tu não podias tá em casa, qualquer lugar eles entravam e botava num carro e não sabia pra onde ia, ninguém sabia de nada, tu achas que isso é melhor do que nós estamos hoje em dia?”. Pereira de Mello, ex-soldado do exército, relembra que “com quinze dias nós fomos pra selva. Eu perdi meus testículos dentro do quartel”. Na sessão de tortura foi colocado “no pau do capitão” o temido Pau-de-Arara onde centenas de pessoas passaram horas e dias a fio sem esperança de voltarem um dia para casa com vida. Como se sabe, muitas dessas pessoas não voltaram, estão desaparecidas até hoje. As torturas também aconteciam verbalmente. Dentro do quartel, Pereira de Mello recorda, ninguém “tinha nome, então chamavam nós de: Vem cá filha da puta, vem cá veado! Eu comi

sua mãe!”. Eles tinham que responder positivamente ao seu superior sádico dizendo: "sim senhor". Para o ex-soldado, lembrar desse período na selva é muito difícil.

O caso de “Lia”⁹⁶ desperta um trauma na vida do soldado Pereira de Mello. Diz que a lembrança dos “olhos graúdos” de Lia, igual ao seu "pai nosso e ave maria", surgem em sua frente de todos os dias. Mais uma vez a imagem da pessoa desaparecida retorna. Muitas vezes trazendo a tiracolo a dor da lembrança. A "viagem pra Brasília", segundo Pereira de Mello, tratava-se de um voo de helicóptero com algum/a preso/a guerrilheiro/a sobre a Cachoeira de Xambioá, próximo à Serra das Andorinhas. De cima da aeronave o corpo era jogado nas pedras da cachoeira, muitos/as ainda vivos.

O depoimento do ex-soldado Ribamar também é dramático, mas o drama é pelo fato de vez ou outra ele soltar um gargalhada de deboche, principalmente quando narra o "passeio noturno", que era outra forma de se referirem a “viagem pra Brasília”. Ele conta que “fulano da cela tal vai pra Brasília hoje” (SOLDADOS, 2017), seguido de riso irônico conta que eles davam um "sabonete Gessy, um talco, desodorante *Tally Ho*" tomavam um banho e seguiam para sua última viagem na encosta da Cachoeira de Xambioá, Serra das Andorinhas.

Fonseca (ex-soldado já citado) se irrita quando se lembra que o "forte do exército é dizer que não aconteceu" e que ele está ali diante das câmeras pra afirmar ao exército e ao Brasil "que aconteceu!". Sim todas aquelas torturas e mortes que praticaram e que muitos soldados também acabaram sendo vítimas, aconteceu de fato e não adianta negar. No final da guerrilha do Araguaia, eles foram mandados embora "com uma mão na frente e outras atrás" sem nada. Pereira de Mello conta que toda aquela área de "Marabá, bico do papagaio, continua sendo vigiada, continua sendo olhada cada canto" disfarçadamente (SOLDADOS, 2017).

A câmera agora acompanha Pereira de Mello por uma rua deserta em plena luz do dia. Observa-se que sua mão direita está semiaberta, como se ainda estivesse segurando um fuzil ele pergunta: "Por que eles não querem falar com nós?" O comandante do exército afirmou categoricamente a Pereira de Mello o seguinte: “Cê é louco, num existe, aonde que ocê já ouviu falar em guerrilha do Araguaia? Cê tá ficando louco!”. A imagem do/a desaparecido/a não para no tempo. Isso acontece porque ela está sempre em uma dicotômica relação entre a desapareição irreversível e as perguntas sem respostas. Halbwachs vai dizer que:

Por mais algum tempo ainda nós o representamos como se ele estivesse vivo, permanece misturado à vida cotidiana, imaginamos o que diria e faria em tais ou quais

⁹⁶ O caso de “Lia” comentamos na p.75 desta dissertação.

circunstâncias [...] na realidade, a imagem de um desaparecido jamais se imobiliza. À medida que recua no passado, ela muda, porque certos traços se apagam e outros se destacam, conforme o ponto de perspectiva de onde a examinamos (HALBWACHS, 2015, p. 94).

O cinema, a fotografia, a música, as artes em geral, foram e ainda são instrumentos indispensáveis para a compreensão dos diversos fenômenos que estruturam as sociedades. Posso estar considerando o dispositivo cinematográfico demasiadamente importante. Mas o vejo assim mesmo. Ferreira Gullar (1930-2016), já nos alertava: “a arte só existe porque sem ela a vida seria insuportável”. A frase não é bem assim, mas é algo bem próximo disso. O cinema não é capaz de trazer de volta aquelas pessoas desaparecidas, e se isso fosse possível, o que aconteceria? Como me disse Frei Betto, “não existe o “se” na história. Sem bola de cristal Fernando”. É a memória do ente querido quem retorna. É a reaparição da memória que se tem daquela pessoa que um dia esteve viva, um dia teve uma voz, uma imagem, trejeitos, profissão, ocupação e familiares.

O/a leitor/a pôde perceber ao longo de nosso trabalho que a figura do/a desaparecido/a apareceu a todo momento. Mesmo quando entramos nas minúcias que compõe a complexa história da resistência à ditadura e dos grupos Clamor e Brasil: Nunca Mais, ou em alguns detalhes da história política brasileira. O/a desaparecido/a re/apareceu quase como um movimento dialético-imagético. Definimos assim porque o movimento que acontece é de: aparecer e desaparecer (ou des/aparecer) que é o que nos interessa neste momento.

O que ficou, em termos de memória e materialidade, daquela pessoa que desapareceu? Uma foto, um diário, uma carta, um livro, um violão, enfim, um objeto pessoal? O objeto, que seja a fotografia, é o portal que “teletransporta” o familiar saudoso daquele/a desaparecido/a ao seu encontro. Acompanhe essa história que vou contar, prometo ser a penúltima.

No dia 26 de março de 2020, em uma quinta-feira já no fim da primeira semana de pandemia da COVID 19, usuários de drogas invadiram uma casa simples na esquina da Rua Sete com a Avenida Perimetral, Centro da cidade de Colinas do Tocantins. É um município do Estado do Tocantins com população de 35.851 pessoas. Na casa, morava uma senhora de 100 anos de idade. “Nô”⁹⁷ era como a vizinhança a tratava. A agente da Polícia Civil Maria Bethânia Valadão recebeu a ocorrência da 4ª Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e Vulneráveis. Chegando lá, Maria Bethânia se deparou com um cenário de sensibilizar. A casa de Nô estava repleta de entulhos, sacolas de supermercados, o telhado praticamente não existia,

⁹⁷ Ver lista de imagens nos anexos.

chovia no interior da casa. Uma pequena cama, algumas panelas já queimadas pelo tempo, suas roupas penduradas em uma espécie de cabide. Uma situação insalubre. Os usuários de drogas a agrediram quando invadiram sua casa. Seu nome verdadeiro era Maria Lídia Martino. Sua casa era alvo dos usuários de drogas constantemente. Sempre roubavam alguma coisa, como naquele dia não havia mais nada para ser roubado, eles a agrediram. No caminho para fazer o exame de corpo de delito, Nô resolveu falar: “Posso lhe chamar de irmã? Vou lhe contar coisas que nunca contei a ninguém. O meu nome verdadeiro não é esse” (COSTA, 2020, s/p). Após um levantamento da agente sobre os documentos de Maria Lídia, ela percebeu que o documento de identidade era verdadeiro, mas os dados não. Maria Lídia narrou que foi uma das fundadoras do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Segundo ela, o partido dava um número para identificar seus membros, o dela era o 40. Maria Lídia também foi militante da ALN quando da parceria com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Após treinamento fora do país, junto seu grupo instalou-se no estado de Goiás. Ela não quis responder se reconhecia as fotos de ex-guerrilheiros/as que estavam na região do Tocantins e nem os nomes de desaparecidos políticos que lhe foi apresentado.

Em meio à pandemia, a família de Maria Lídia promoveu uma campanha para resgatá-la. Leonor Carrato. Este era o verdadeiro nome de Maria Lídia. A família informou que Leonor, a “Nô”, era uma figura enigmática na história da família. Contam que a história da memória coletiva da família é a seguinte: Nô abandonou a família para ir lutar contra a ditadura em 1967. Viajou para São Paulo, morou na antiga Tchecoslováquia e Itália, depois retornou ao Brasil. A última pessoa que teve contato com Leonor foi sua irmã, Terezinha. Esta afirma que visitou Leonor antes de seu desaparecimento. “Eu era da inteligência”. Foi o que Nô respondeu à Maria Bethânia quando esta lhe perguntou se havia pegado em armas durante a guerrilha: “eu nunca gostei de armas” (COSTA, 2020, s/p). Nô retornou para a casa de sua família em Andradadas, Minas Gerais, no dia 27 de abril de 2020. Leonor Carrato faleceu no dia 11 de maio de 2020, quatorze dias após ter voltado para o seio da família.

O livro *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964* (1996), é um desdobramento do Brasil: Nunca Mais. Apresenta uma lista com centenas de pessoas mortas e desaparecidos/as no Brasil e no exterior. Em seus anexos, contém uma série de fotografias de militantes torturados e mortos encontradas nos arquivos da repressão política da ditadura civil-militar brasileira. As fotografias são estarrecedoras, provocam náuseas em quem as veem. Para

aqueles/as que vociferam aos quatro cantos das ruas a volta da ditadura, do AI-5 e da tortura; a volta da máxima fascista: “bandido bom é bandido morto” do animalesco Esquadrão da Morte de Fleury e companhia. Deve-se realizar uma sessão com apresentação com slides, em uma sala escura, dessas fotografias que falamos. Quem sabe assim, se sensibilizam e assumam a postura de um cristão de fato: “piedade ao próximo”. Já que tudo que fizeram foi em nome de deus, da pátria e da família, nada mais coerente.

Mas tem uma fotografia na página 252⁹⁸ do Dossiê que sempre me chamou atenção. É a foto de um rapaz em pé na beira de uma avenida com carros, caminhões e pessoas passando. Ele está com o pé direito apoiado em uma mala surrada e cheia de adesivos. Com os óculos escuros e fisionomia séria, parece aguardar alguma coisa. É Luís Almeida Araújo (1943-1971), militante da ALN. Luís foi sequestrado no dia 24 de junho de 1971, na rua Angélica (SP). Ele conduzia o carro em que estava levando Paulo de Tarso Celestino da Silva (1944-1971), assassinado por meio de suplícios durante quarenta e oito horas dentro da conhecida “Casa da Morte” em Petrópolis, Rio de Janeiro.

Nessa casa, Cláudio Guerra buscou, segundo ele, dez corpos de pessoas torturadas. Como já o dissemos, ele levava esses corpos em sacos plásticos no porta-malas do carro para serem incinerados nos fornos da usina Cambahyba na cidade de Campos dos Goyatacazes (RJ). Em seguida, jogavam as cinzas em um tanque (um buraco no meio do terreno) cheio de vinhoto. Vinhoto é a sobra da produção de álcool, bagaço de cana e garapa.

Luís levava Paulo de Tarso a um encontro com uma pessoa da VPR. Foi preso duas vezes, em 1964 e 1967. Convicto no caminho da guerrilha como única forma de reagir à ditadura, fez treinamento em Cuba. Retornou em 1970. Luís está desaparecido desde 1971, tinha apenas 28 anos de idade. O local definitivo para onde foi levado ainda é um mistério. Sua mãe, Maria José, se dirigiu à Operação Bandeirantes (OBAN) três dias depois do sequestro de Luís. Ela foi com seu filho Manoel. Chegaram às 18h, só foram liberados às 2h da madrugada. Maria José teve que esperar em pé por seu filho Manoel, que foi obrigado a prestar depoimento a diferentes sujeitos dentro da OBAN. No final, foi obrigado a assinar uma declaração confirmando que entregaria, caso os vissem, seu irmão Luís e sua irmã Maria do Amparo Almeida Araújo que também era militante da ALN. Ela também estava clandestina e havia se encontrado, no dia de seu aniversário, 16 de junho de 1971 (IEVE; MAIS, 1996, p. 334).

⁹⁸ Ver lista de imagens nos anexos.

Prometi que a história de Leonor Carrato seria a penúltima que iria contar. Mas precisava fechar com a fotografia que sempre me despertou atenção. Enveredamos pelos caminhos de várias histórias justamente porque a história é importante e tem muito a nos ensinar. A sociologia também nos ajuda a pensar problemas como violência e desaparecimentos de pessoas. Falamos da nova equipe do BNM Digit@l, dos problemas e desafios que temos pela frente para fortalecer os mecanismos de não-repetição no caminho de uma justiça de transição transparente e sem efeitos visuais como é o costume no Brasil.

Depois discorremos sobre a importância do dispositivo cinematográfico que nos ajuda a pensar os desaparecimentos de pessoas. Nos atemos aos casos que estão diretamente ligados à ditadura civil-militar brasileira porque precisávamos começar do começo, já que o presente trabalho é sobre o grupo Clamor e projeto Brasil: Nunca Mais na defesa dos direitos humanos.

Por fim trouxemos os casos de Leonor Carrato e Luís Almeida Araújo. A primeira ficou desaparecida por quase cinco décadas, antes de dar seu último suspiro, como se o destino reserve o momento, ela retornou para o seio da família que a tinha na conta de uma personagem “fantasma”, uma lenda. Ela faleceu 14 dias depois que chegara. E Luís Almeida que, nunca mais foi visto com vida. Não se sabe de seu paradeiro e nem o que fizeram com ele. Se esteve na OBAN, provavelmente passou pelas mãos assassinas de Fleury.

Os direitos humanos hoje parecem estar “em baixa”. E isso se deve em grande medida pela constante propaganda que se arrasta desde a década de 1960. E com alguma repercussão, as propagandas anti direitos humanos aparecem em figuras como a do radialista Afanásio Jazadji (1950), e em imagens como a do Jair Messias Bolsonaro ao lado daquele cartaz de um cachorro com um osso na boca do qual já mencionamos.

Além da clara falta de respeito ao sofrimento dos familiares dos/as desaparecidos/as que a ditadura produziu e os/as desaparecidos/as de hoje, o presidente ataca dia após dia quem se posiciona contra suas determinações. Perguntamos ao Frei Betto se ele acredita em um aumento massivo do movimento anti direitos humanos. Ao que nos respondeu:

Depende da conjuntura política. Se Lula for eleito, essa gente da direita perderá muito espaço. Se Bolsonaro for reeleito, ela prosseguirá vociferando a favor da barbárie [...] A máquina do Estado é muito poderosa. Quem a tem nas mãos pode muito, muito mais inclusive do que o PT soube aproveitar em 13 anos de governo, e BolsoNero aproveita para desconstruir o país e a democracia [...] O “se” não existe, existem os fatos (Frei Betto)⁹⁹.

⁹⁹ BETTO, Frei. **Entrevista II**. [jan. 2022]. Entrevistador: Fernando da Silva Oliveira. Goiânia, 2022. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação.

É preciso ser direto, quem representava a resistência armada e, não armada, no Brasil, pagou um preço muito alto, inclusive com a própria vida. Mas os ditos “vencedores” da guerra suja, que fizeram o que fizeram, que tentaram travar a abertura política, que torturaram mulheres e crianças, desapareceram pessoas, assassinaram pessoas, esses ainda não pagaram por seus crimes. Seus crimes ainda não são conhecidos pelo grande público. Seus nomes também não são conhecidos. Vivem escondidos nas sombras de suas lembranças, aguando plantinhas e gramados nas portas de suas residências, gozando de uma tranquila segurança que o governo militar pró-bolsonaro lhes oferta.

CONCLUSÃO

Precisamos de mais estudos para pensarmos a importância da atuação dos projetos Brasil: Nunca Mais e do grupo Clamor. Existem conceitos que estão em disputa num terreno árido, como verdade, poder, disciplina, inimigo interno. Por que é preciso aprofundarmos também na mecânica da justiça militar da ditadura e seus reflexos hoje? Precisamos compreender melhor o fenômeno dos desaparecimentos de pessoas. Inúmeras organizações militares, paramilitares como as milícias, se articulam e se movimentam a todo instante. A quem interessa o caos da violência ininterrupta e da sensação de perigo e instabilidade, perguntamos.

Consideramos o Clamor como um canal de denúncia, de apoio aos/as refugiados/as e com toda certeza, uma ameaça às ditaduras militares latino-americanas. O Clamor agiu clandestinamente. Ao mesmo tempo, agia também dentro das brechas da lei. Foi a partir do encontro daquelas pessoas que se deu essa rede de solidariedade sem fronteiras que salvou tantas vidas. Recuperou identidades, trouxe de volta alguma dignidade e cumpriu um papel de importante instrumento de defesa dos direitos humanos.

Com as ditaduras agindo sem fronteiras a violência extrapolou seus limites se é que havia algum. Identidades foram queimadas em nome da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A “ameaça” de uma possível invasão comunista foi propagada nos meios de comunicação massivamente. O que se mostrou depois como mais um instrumento de dominação. Isso se deve ao fato de que toda expressão anti ditadura significava um ataque comunista.

A partir da publicação do projeto Brasil: Nunca Mais o processo de reabertura política no Brasil ganhou mais força. Surgiram inúmeras contribuições depois de sua publicação. São livros, artigos, longa metragens, documentários e sites. Inclusive, se hoje existem tantos sites repletos de conteúdo sobre a ditadura civil-militar brasileira, boa parte veio de uma só fonte: o projeto Brasil: Nunca Mais. O PBNM é importante tanto quanto o grupo Clamor. A robustez do conteúdo surpreende até hoje quem ousa enveredar pelos caminhos dos 707 processos da justiça militar.

Os 707 processos da Justiça Militar que foram heroicamente resgatados pela equipe do Brasil: Nunca Mais desfazem um dilema crucial: Seu depoimento é verdadeiro ou não? O projeto BNM apresenta a autenticidade das denúncias feitas nos relatos dos/as sobreviventes das torturas. Autentica também os depoimentos dos familiares dos/as desaparecidos. Dentro

dos processos estão fotografias de pessoas que foram torturadas até a morte ou que foram abatidas à luz do dia. Confissões que foram tomadas por meio de torturas inenarráveis estão neste pacote de absurdos contra a dignidade de um ser humano. Por meio dos processos da justiça militar brasileira, provou-se cabalmente os crimes da ditadura.

Assim, como dissemos, independentemente do regime político, ilegalidades acontecem com uma facilidade impressionante. Torturas, sequestros, assassinatos e desaparecimentos ainda existem no Brasil. Isso acontece porque é preciso, antes de qualquer coisa, desmontar os aparelhos de repressão e extermínio. É uma pré-condição para estabelecermos um estado direito que seja exequível conforme a realidade na qual estamos inseridos.

O desaparecimento forçado (ou político) por muito tempo foi estudado como sendo a única forma de desaparecimento. Acontece que outras modalidades surgiram. O desaparecimento forçado não explica mais a complexidade do fenômeno. Chamamos de fenômeno exatamente por ser deveras complexo.

Interessante notar como o desaparecimento é um fenômeno abrangente. Compreende desaparecimentos por causas naturais, desaparecimentos devido a abusos sexuais em casa com determinadas figuras da própria família, desaparecimentos como produto do tráfico de seres humanos e por fim o desaparecimento como resultado de ações policiais violentas. Como afirmou Payne (2021), o/a próprio/a desaparecido/a é o/a culpado/a por seu desaparecimento. A razão de ter desaparecido reside na confirmação (prova) de que o sujeito estaria envolvido com alguma atividade ilícita. Com tal confirmação, o resultado final são dois: 1. Essas pessoas desaparecidas são descartáveis; 2. Se é descartável, é mais um elemento que contribui para o festival de impunidades.

O general Rafael Videla afirmou que o desaparecido era uma incógnita, não estava vivo nem morto e não possuía identidade. Além disso, afirmou que o desaparecido sequer merecia algum tratamento especial. Ao afirmar tal disparate ele colocou em cena sem perceber a figura do familiar. Pois são eles/as quem procuram/procurarão seus/as desaparecidos/as.

O esforço por parte da primeira equipe do PBNM em proteger a integridade do Projeto “A” (Brasil: Nunca Mais) não fora em vão. Se hoje temos sites como o BNM Digit@l, Armazém Memória, Memórias Reveladas, Comissão Nacional da Verdade, Memórias da Ditadura e Justiça de Transição e com tudo que existe de arquivos sobre o projeto e outros documentos que surgiram depois, é porque esse pessoal trabalhou incansavelmente.

Uma novidade interessante que o BNM Digit@l trouxe foi a seção *Mãos Anônimas*. Marcelo Zelic nos disse que isso foi uma devolutiva de agradecimento a essas pessoas que tiraram mais de 850 mil cópias de xerox muitas vezes trabalhando durante a madrugada inteira. Na nova equipe houveram pessoas que ficaram atentas ao momento em que apareciam essas mãos dos/as funcionários/as no momento em que copiavam os processos. Essas pessoas até hoje preferem não aparecer. Para além das figuras de destaque que lideravam o projeto, esses/as funcionários/as deram condições para que a os trabalhos chegassem ao ponto de serem publicados na forma do Projeto “A”.

Percebemos a complexidade que permeia e compõe o projeto impresso e Digit@l. Mas o que nos parece mais importante nisso tudo é: primeiro, temos um problema de distanciamento e desconhecimento do valor histórico desses dois projetos. Segundo, o projeto BNM Digit@l é um dos mecanismos de não-repetição para a construção da justiça de transição. Terceiro, as Forças Armadas representando a direita brasileira, tiveram (têm) o controle dos mecanismos de repetição da ditadura com outra aparência, mas com estruturas organizacionais muito semelhantes que elas já possuíam.

Os mecanismos de repetição da ditadura se fortalecem dia-a-dia. Em contra partida, os mecanismos de não-repetição também se mobilizam. Mais uma vez afirmamos aqui, se não fosse a solidariedade de tantas pessoas envolvidas em situações de risco num esforço de salvarem vidas, os militares não teriam diminuído suas máquinas de horrores. Lugar de militar é no quartel já dizia um antigo professor de história do ensino médio.

É a memória do ente querido quem retorna. É a reaparição da memória que se tem daquela pessoa que um dia esteve viva, um dia teve uma voz, uma imagem, trejeitos, profissão, ocupação e familiares. Mas as contribuições dos estudos científicos (teses, dissertações, artigos, dossiês, monografias) e das artes (produzidas na academia ou não) colocam em evidência o problema do desrespeito aos direitos humanos no Brasil.

A violência só terá fim quando houver de fato respeito aos direitos humanos e garantia de mínima paz e segurança, sobretudo, para as minorias menos favorecidos. São elas que mais sofrem. A recuperação histórica do grupo Clamor e do projeto Brasil: Nunca Mais neste trabalho mostrou a novidade emergente de uma outra narrativa: os desaparecimentos de pessoas não acabaram, continuam a todo vapor. E junto com cada desaparecimento, há sempre o estigma de culpabilizar a vítima, o/a desaparecido/a. É preciso avançarmos e alimentarmos os mecanismos de não-repetição dessas atrocidades.

O presente trabalho que o/a leitor/a acabou de ler é parte minúscula deste processo. Queremos mais, precisamos urgentemente rever a Lei de Anistia, recuperarmos os documentos dos aparatos repressivos que ainda não temos e dar continuidade aos caminhos que a Comissão Nacional da Verdade apontou: julgar os criminosos, aplicar pena devida e recomeçar uma nova história. Temos muito trabalho pela frente. Os mecanismos de não-repetição precisam ganhar mais força para que consigamos resolver um dos nossos principais problemas: transição política devidamente revisada e aplicada. Repetindo: Revanche? Não, reparação histórica, recomeço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Max; HORKHEIMER, Theodor W. A dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- AIRES, José Luciano de Queiroz. A fabricação do mito João Pessoa: Batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945). João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.
- AQUINO, Rubim Santos Leão de; BELLO, Marco Antonio Bueno. Liberdade? Nem Pensar! o livro das conjurações. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.
- ARQUIVO CNV. Depoimento de Carlos Alberto Brilhante Ustra em Audiência Pública da CNV, em 10 de maio de 2013.
- FILHO, Manuel Alvez. Dramas da ditadura em 1,2 milhão de páginas. Jornal da Universidade de Campinas, Campinas, p. 08, 2002.
- ALVES, Alda Judith (1992). A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. In *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 81, p. 53-60, 1992.
- ALVAREZ, Marcos César; BENETT, Pedro Rolo; FUNARI, Gabriel; HIGA, Gustavo Lucas; NOVELLO, Roberta Heleno. Revisitando a noção de autoritarismo socialmente implantado Entrevista com Paulo Sérgio Pinheiro. In: *Tempo Social*, v. 33, n. 3, 07 de junho, 2021.
- ANGELO, Tiago. Se houvesse Justiça de Transição, defensores da ditadura não estariam na vida pública, 2020. Revista Consultor Jurídico (Conjur). Acesso em: 10 de novembro de 2022. Disponível em: <http://www.conjur.com.br>
- ANDRADE, Ana Célia Navarro de. O projeto Clamor: documentação e memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul e o acesso à informação pp.104-119. In: Arquivos da Repressão e da Resistência - Comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura. 2013. Arquivo Nacional - Memórias Reveladas.
- _____. Descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul - Clamor. São Paulo, 2000, 233pp. Dissertação de Mestrado em História Social defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- APPADURAI, Arjun. O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. Brasil: Nunca Mais - Um relato para a História. São Paulo: Vozes, 1985.
- _____. Brasil: Nunca Mais – Perfil dos atingidos. São Paulo: Vozes, 1987.

ARANTES, José Tadeu. Pesquisa recupera o arquivo do Clamor, o Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul. Agência FAPESP, 2015. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/pesquisa-recupera-o-arquivo-do-clamor-o-comite-pelos-direitos-humanos-no-cone-sul/21821/> Acesso em: 04 de setembro de 2020.

AUDIÊNCIA sobre Vila Militar do Rio de Janeiro: Antônio Espinosa. Rio de Janeiro: Comissão Nacional da Verdade (CNV), 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h9km9Cp-t04> Acesso em: 01 de maio de 2022.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz Bandeira. O governo João Goulart. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/UnB, 2001.

BAUER, Caroline Silveira. A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. 2008.

_____. “Escreve isto para a memória num livro”: O Projeto Brasil: Nunca Mais, cultura história e transmissão da experiência (1978-1988). Florianópolis, SC. 2017.

BARBA, Mariana Della; WENTZEL, Marina. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação. BBC News Brasil, São Paulo, 19 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com> Acesso em: 20 de setembro de 2022.

BETTO, Frei. Brasil: Nunca Mais. [Entrevista concedida a] Fernando da Silva Oliveira. Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFG), Goiânia, 2022.

_____. Batismo de Sangue: Guerrilha e morte de Carlos Marighella. Rocco, 2006.

BOLSONARO encerra grupos responsáveis por identificar ossadas de vítimas da ditadura. Brasil de Fato, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/22/bolsonaro-encerra-grupos-responsaveis-por-identificar-ossadas-de-vitimas-da-ditadura> Acesso em: 29 de janeiro de 2022.

BRAGA, Paulo Romeu. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1947 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas. Ver. Bras. Polít. Int., Brasília, v. 45, n. 2, Dez. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292002000200003> Acesso em: 27 set. 2022.

BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: 2007.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo. Desaparecidos Políticos: Prisões, sequestros, assassinatos. Rio de Janeiro: Edições Opções, 1979.

CASIRAGHI, Anna; PONCHIO, Marina; BABA, Thiago Hideki. 30 anos após abertura da Vala Clandestina Perus, mais de 1000 ossadas não têm identificação. Revista Esquinas, 2020. Disponível em: <https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/politica/30-anos-apos-a-abertura-da-vala-clandestina-de-perus-mais-de-1000-ossadas-nao-tem-identificacao/> Acesso em: 30 de maio de 2022.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Violência, Direitos civis e o Corpo. In: Caldeira, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000. p. 343-378).

CARLOS Eugênio com Geneton. GloboNews, 24 de setembro de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gZ9aKnRz0Qc> Acesso em: 06 de janeiro de 2022.

CLAMOR e Ditadura no Cone Sul. São Paulo: EDUC/TV-PUC, 10 de março de 2021. 1 vídeo (1h:37min). [Live]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IQ0FW_2qJMc Acesso em: 06 de maio de 2021. Participação de Ana Célia Navarro de Andrade, Heloisa de Faria Cruz, Enrique Serra Padrós e Jan Rocha.

CLÁUDIO Guerra, um matador arrependido. Rio de Janeiro: Observatório da Imprensa, TVE Brasil, TV Brasil, 24 de setembro de 2014. 1 vídeo (51min:04seg). Disponível em: <https://www.youtube.com> Acesso em: 28 de agosto de 2021.

CONGOLÊS morto em quiosque na Barra da Tijuca após cobrar pagamento era 'alegre e prestativo'. Extra, 2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/congoles-morto-em-quiisque-na-barra-da-tijuca-apos-cobrar-pagamento-era-alegre-prestativo-25373773.html> Acesso em: 31 de janeiro de 2022.

CONCEPÇÃO e Realização. BNM Digit@l, 2013. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/digital.html> Acesso em: 06 de abril de 2022.

CORATIO – 30 anos de Brasil: Nunca Mais. Direção de Ana Castro e Gabriel Mitani. Brasil: Linha de Pensamento, 2015. (56min.).

COSTA, Marcelo. Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA). CPDOC/SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.

COSTA, Lailton. Nô, a clandestina resgatada viva aos 100 anos em Colinas do Tocantins. Jornal do Tocantins, 2020. Disponível em:

<https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/politica/n%C3%B4-a-clandestina-resgatada-viva-aos-100-anos-em-colinas-do-tocantins-1.2045169> Acesso em: 20 de maio de 2022.

CUNHA, Magali do Nascimento. Memória, Verdade e Justiça: o projeto Brasil Nunca Mais e a comunicação alternativa nos anos de chumbo no Brasil. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação: Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, v.08, n. 2, pp. 01-32, 2014.

DANTAS, F. de S. Os Saltimbancos: Uma leitura literária “sociológica” em Chico Buarque. Letras & Letras, v.36, n. especial, pp. 68–84, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/50640> Acesso em: 7 fev. 2022.

DAN MITRIONE um maestro de la tortura. Clarín, 2001. Disponível em: <http://www.clarin.com> Acesso em: 29 de novembro de 2021.

D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A. Dillon; CASTRO, Celso. Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

D’ARAÚJO, Maria Celina. *Mário Passos Simas (depoimento, 2006)*. Rio de Janeiro, CPDOC/SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, 2010.

D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DEMO, Pedro. Vícios metodológicos. Brasília: Editora da UnB, 2003.

DEPOIMENTOS Projeto Brasil: Nunca Mais – Eny Raimundo Moreira. São Paulo: Armazém Memória, 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=armazem+memoria+eny+raimundo+moreira. Acesso em: 08 de junho de 2021.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2005.

EDUC. Clamor e Ditaduras no Cone Sul. TV-PUC, Youtube, 10 de março de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IQ0FW_2qJMc&t=2s Acesso em: 25 de outubro de 2022.

EL PAÍS. Uma interminável busca no Araguaia. Youtube, 20 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QIY-C6v4NQc> Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

FABRIS, Annateresa. Memórias dos Desaparecidos: algumas estratégias visuais. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, vol. 25, núm. 1, pp. 261-278, 2017.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. Uma Etnografia de Delegacias e Delegações: O desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. São Paulo, p.01-29, outubro, 2012.

FERRI, Omar. *Sequestro no Cone Sul*. São Paulo: Mercado Aberto, 1981.

FILHO, João R. Martins. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, nº28, 2002.

FILHO, José Carlos Moreira da Silva. Dever de memória e a construção da história viva: A atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Amanda Simões. *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010.

FIGUEIREDO, Lucas. *Olho por olho - Os livros secretos da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FRAGA, Guilherme Barboza de. *Clamores contra as ditaduras do Cone Sul : o grupo Clamor e a solidariedade em defesa dos perseguidos políticos e seus familiares*. 2020. Dissertação (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

FREUD, Sigmund. *A Negativa (Die Verneinung-1925)*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Edições Graal, 2006.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. *Vigiar e Punir*. Vozes, 2014.

_____. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GASPARI, Elio. *A ditadura Escancarada – As ilusões armadas*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GATTI, Gabriel et al. Regreso al vacío: sobre ausencia y desaparición social. *Oñati Socio-legal Series [online]*, 9 (2), 183-197. 2018.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GIORDANI, Marco Pollo. Brasil: Sempre. Porto Alegre: Ed. Tchê, 1986.

GURVITCH, Georges. Dialética e Sociologia. São Paulo: Vértice, 1987.

HILDEGARD recebe certidão de óbito de Stuart e Zuzu Angel, mortos pela ditadura. Zuzu Angel Digital Collection, 2019. Disponível em: <http://www.zuzuangel.com.br> Acesso em: 10 de novembro de 2021.

IEVE, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado; MAIS, Grupo Tortura Nunca. Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: CEPE – Companhia Editora de Pernambuco, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da Violência 2021**. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes> Acesso em: 25 de novembro de 2021.

JUNIOR, Wilson Simões de Lima. Sentença internacional no caso Gomes Lund (Guerrilha do Araguaia) vs Brasil e suas consequências no caso de descumprimento. Jus, 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72546/sentenca-internacional-no-caso-gomes-lund-guerrilha-do-araguaia-vs-brasil-e-suas-consequencias-no-caso-de-descumprimento> Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

JIMMY Carter faz visita frustrante. Memorial da Democracia, 2017. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/a-frustrante-visita-de-jimmy-carter> Acesso em: 27 de janeiro de 2022.

LIMA, Samarone. *Clamor: A vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katálisis, Santa Catarina, v.10, p. 37-45, abril, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1796/179613967004.pdf>. Acesso em: 02 de novembro de 2021.

MÃES da Sé. Acreditamos no Reencontro. Mães da Sé, 2022. Disponível em: <http://www.maesdase.org.br/> Acesso em: 25 de março de 2022.CE

MILITARES que disseram não – Os militares da democracia. Direção de Silvio Tendler. Brasil: 2014. (1h:39min).

MOTA, Erick. Membro da ONU, Sergio Pinheiro compara dossiê do governo com a ditadura. Contexto Exato, 2020. Disponível em: <https://www.contextoexato.com.br/post/membro-da-onua-sergio-pinheiro-compara-dossie-do-governo-com-a-ditadura20200725> Acesso em: 22 de abril de 2021.

MONTEIRO, Claudia; CHOCIAIY, Luciana. *Reflexões sobre a Memória e Testemunho a partir do Livro Brasil: Nunca Mais*. In: Revista Tempo, Espaço e Linguagem. V.04 , n. 01, jan-abr, 2013.

NECCHI, Vitor. Não há democracia onde houver desaparecidos. Entrevista especial com Suzana Lisboa. Instituto Humanitas Unissinos – IHU, 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/159-noticias/entrevistas/565160-nao-ha-democracia-onde-houver-desaparecidos-entrevista-especial-com-suzana-lisboa> Acesso em: 06 de dezembro de 2021.

NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. *Memórias de uma Guerra Suja*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2012.

NETO, Pasquale C. *Da utopia à topia*. Folha de São Paulo, São Paulo: quinta-feira, 21 de janeiro de 2010.

NOS 75 anos da PUC-SP - Memória e Direitos Humanos. São Paulo: TV-PUC, 25 de agosto de 2021. 1 vídeo (1h:24min). [Live]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7iTZGoEZOME&t=2213s> Acesso em: 31 de janeiro de 2022. Participação de Heloisa de Faria Cruz (Professora de Departamento de História | PUC-SP), Anivaldo Padilha (Cientista Social), Marlon Alberto Weichert (Procurador Regional da República) com mediação de Amanda Romanelli Silva (Jornalista e Historiadora).

OLIVA, Oswaldo Muniz. *Brasil: o amanhã começa hoje*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

OLIVEIRA, Dijaci David de. *Desaparecidos Civis: conflitos familiares, institucionais e segurança pública*. 2007. 317 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

OLIVEIRA, Dijaci David. *O desaparecimento de pessoas no Brasil*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2012.

O DIPOSITIVO Cinematográfico na Construção de Outros Regimes de Verdade. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA/USP), 23 de setembro de 2019. 1 vídeo (3h:20min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wFoVwj6-JrI> Acesso em: 13 de março de 2020.

PADRÓS, Enrique Serra. *Clamor: a solidariedade contra o terrorismo de Estado e a Operação Condor*. Projeto História, São Paulo, n. 50, pp. 50-85, Ago. 2014.

_____. A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional. 2005.

PASSARINHO, Jarbas. Um híbrido fértil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.

PAYNE, Leigh. The Four Logics of Disappearances in Mexico: Leigh Payne, of Oxford University, Discusses the Logics of Disappearances in a Post-transitional Democracy. University of Minnesota, 2021. Disponível em: <https://cla.umn.edu/human-rights/news/four-logics-disappearances-mexico> Acesso em: 19 de outubro de 2021.

PAZ, Carlos Eugênio. Viagem à luta armada – Memórias romanceadas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PEDRETTI, Lucas. Os ecos do Orvil em 2021, o livro secreto da ditadura. Pública, 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/08/os-ecos-do-orvil-em-2021-o-livro-secreto-da-ditadura/> Acesso em: 07 de janeiro de 2022.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e Transição. In: Revista USP, São Paulo, n 9, pp. 45-56, maio, 1991.

PROCURADORIA Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC). Livro negro do terrorismo no Brasil. Brasília, 2007.

PROVOCAÇÕES – Flávio Tavares. Provoca, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DX5B6YHxYoA&t=26s> Acesso em: 14 de agosto de 2022.

QUADRAT, Samantha Viz. Solidariedade no exílio: os laços entre argentinos e brasileiros. Trabalho apresentado na IV Jornada de Historia Reciente – Universidade Nacional de Rosario – Argentina – Maio de 2008.

RELATÓRIO Preliminar de Pesquisa caso Riocentro: Terrorismo de Estado contra a População Brasileira. Comissão Nacional da Verdade (CNV), Brasília, 2014. Disponível em: [Riocentro: Terrorismo de Estado Contra a População Brasileira \[relatório preliminar de pesquisa\]](#) Acesso em: 05 de novembro de 2021.

ROCHA, Jan. Solidariedade não tem fronteiras: A história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras sul-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

ROCHA, Jan. CLAMOR. [Entrevista concedida a] Fernando da Silva Oliveira. Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFG), Goiânia, fevereiro de 2022.

SANTOS, Boaventura S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Carolina Junqueira dos. /Des/aparecer: histórias de imagens, fantasmas e espelhos. In: *MODOS Revista de história da arte*, Campinas, v.3, n.1, pp.146-161, abr. 2019.

SADER, Emir. Contexto histórico e educação em direitos humanos no brasil: da ditadura à atualidade. In: SILVEIRA Rosa M.G.; DIAS, Adelaide A.; FERREIRA Lúcia de F. G.

SALLES, Pinheiro. 1964: Golpe & Ditadura. Goiânia: Kelps, 2019.

SALVADOR, Ângelo Domingos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica. Porto Alegre: Sulina, 1982.

SANTAYANA, George. The Life of Reason: Introduction and Reason in Common Sense. Library of Alexandria, 2008.

SCARTEZINI, Antônio Carlos. Segredos de Médici. São Paulo: Marco Zero, 1985.

SNYDER, Timothy. Sobre a tirania: vinte lições do Século XX para o presente. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

SOLDADOS do Araguaia. Direção de Belissário Franca. Brasil: CinebrasilTV, 2017. 1 DVD (1h:13min).

SCHOPENHAUER, Arthur. Como vencer um debate sem precisar ter razão. Topbooks, 2003.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TARTUCE, Flávio. STJ reconhece responsabilidade civil do Coronel Ustra por torturas praticadas na ditadura militar. Jusbrasil, 2015. Disponível em: <https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/noticias/156580775/stj-reconhece-responsabilidade-civil-do-coronel-ustra-por-torturas-praticadas-na-ditadura-militar> Acesso em: 11 de maio de 2021.

TESSITORE, Viviane. Projeto "Brasil: Nunca Mais": Reconstrução histórica, recuperação e aplicação da metodologia. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 50, pp. 275-288, Ago. 2014.

TELES, Janaina. Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade? Minas Gerais, agosto de 2001.

TOMADA Pública de Depoimentos de Agentes da Repressão: Carlos Alberto Brilhante Ustra. Brasília: Audiência Pública da CNV, em 10 de maio de 2013. 1 vídeo (1h:07min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pWsv4EndpfY> Acesso em: 11 de setembro de 2020.

VALENTE, Rubens. Ação sigilosa do governo mira professores e policiais antifascistas. Publicado em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/rubens-valente/2020/07/24/ministerio-justica-governo-bolsonaro-antifascistas.htm>. Acesso em: 18/07/2022.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História da Independência do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2012.

VIOLA, Solón Eduardo Annes; ZENAIDE, Maria Nazaré Tavares; PIRES, Thiago Vieira. Entre memórias e Direitos humanos. In: KANDEL, Victoria; MANCHINI, Néstor; PENHOS, Matías. Educación em Derechos Humanos em América Latina: construyendo perspectivas y trayectorias. Buenos Aires: UNLA – Universidad Nacional de Lanús, 2017.

WESCHLER, Laurence. Um milagre, um universo: acertando as contas com os torturadores. Companhia das Letras, 1990.

WEICHERT, Marlon; ZELIC, Marcelo. Brasil: Nunca Mais Digit@l. [Entrevista concedida a] Fernando da Silva Oliveira. Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFG), Goiânia, fevereiro de 2022.

WHITAKER, Dulce Consuelo Adreatta. A transcrição da fala do homem rural: Fidelidade ou caricatura? In: Cadernos de Campo, UNESP/Araraquara, Ano II, n. 3, pp. 65-70, 1995. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/issue/view/635/pdf_1 Acesso em: 02 janeiro 2021.

ZUZU Angel. Direção de Sérgio Rezende. Brasil: Joaquim de Carvalho, 2006. 1 DVD (1h:48min).

APÊNDICES

Entrevistas

- **Jan Rocha**

Fernando: Em que momento vocês perceberam que era necessário fazer alguma coisa para atenuar o sofrimento dos/as refugiados/as inclusive no sentido de salvar suas vidas e também na busca pelas pessoas desaparecidas?

Jan Rocha: *Quando eles nos contaram o que estava acontecendo ou já aconteceu com seus maridos, mulheres, pais ou filhos. Falaram de desaparecimentos, da existência de ‘campos de concentração’. Nada disso apareceu na imprensa. Também o comportamento dos filhos pequenos, muitos deles traumatizados, me ajudou a entender o tamanho da situação, o grau de atrocidades.*

F: O sucesso do Clamor se deu muito pela estratégia: “agilidade e discrição”. Muitos foram os riscos para cumprir os propósitos do Clamor?

JR: *Os riscos aconteciam de duas formas: durante as viagens que os membros do Clamor e colaboradores fizeram para os outros países do Cone Sul para conseguir informações, levar solidariedade, pressionar autoridades e contatar membros de outras entidades. Estes países – Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, além de Argentina, vigiavam visitantes de fora, tinham informantes em toda parte e não queriam ninguém se interessando em direitos humanos ou contatando familiares ou entidades ‘suspeitas’. No Brasil, ainda vivíamos numa ditadura onde avanços e retrocessos se alternavam e atividades de direitos humanos eram vistos com desconfiança. Os telefones estavam grampeados, nunca falávamos abertamente sobre nossos planos, por isso nossas reuniões eram muito frequentes. Dom Paulo era um alvo vigiado, mas ao mesmo tempo o fato que operávamos com seu apoio era uma proteção.*

F: Houveram situações curiosas (pitorescas) que quebravam um pouco a seriedade do trabalho de vocês?

JR: *O almoço com Primeiro Ministro Trudeau de Canada para empresários no Hotel Hilton, quando compramos convites para poder entregar uma carta para ele pessoalmente (ver no*

livro Solidariedade Não Tem fronteiras, p. 292, a descrição completa do episódio). A acidentada operação para colocar o defletor uruguaio Hugo Rivas num avião rumo ao exílio (idem, p. 102,103). A minha detenção depois de visitar uma mina em Bolívia e como escondi a fita gravada na minha bota (idem p. 213).

F. O Clamor tinha como premissa divulgar os abusos nos campos de concentração e os subsequentes desaparecimentos de pessoas, incluindo crianças e bebês. Além de oferecer apoio (financeiro, estadia, atendimento médico e educacional) àqueles/as que buscavam desesperadamente algum tipo de amparo. O Acnur recebia essas pessoas, oferecia suporte, mas, desde que não estivessem vinculadas à algum grupo de resistência armada. De que forma o Clamor conseguiu lidar com essa tensão?

R. *Não houve tensão que eu lembro, os dois grupos se misturavam e se entendiam. Também havia muitos refugiados que não entraram no programa do Acnur, não por ter sido membros de alguma organização armada, mas porque queriam ficar perto do país de origem, não queriam ir para a Europa e ficar longe.*

F. Você foi abordada na rua por um casal de argentinos, Juan e Cláudia. Depois desse encontro, você acabou escrevendo uma matéria com Sue Brandford para o *The Guardian*. Quem organizou o encontro foi Pedro. Muitas pessoas batiam na porta de sua casa em busca de ajuda. O fato de ter se envolvido na defesa dos direitos humanos daquelas pessoas e na divulgação das atrocidades que vinham sofrendo, lhe expôs à perseguição da/s ditadura/s?

R. *Pelo fato de ser uma correspondente estrangeira credenciada pelo Itamarati eu desfrutava de uma certa proteção. Só fui chamado uma vez pela polícia federal para prestar esclarecimentos com relação a uma matéria sobre saques em São Paulo. O governo militar não se importava muito com os refugiados, o foco era sempre a questão interna.*

F. Sue Brandford, Juan, Cláudia, Pedro, Nick Terdre, Elida, Isabel Fadhalla, Alcira, Luiz, Eduardo, Marcela, Cecília, Mário foram algumas pessoas que passaram por sua vida. Onde estão essas pessoas hoje? Depois de tudo que passaram juntos você ainda tem algum contato com elas? E aquelas crianças filhos/as dos/as refugiados/as, que hoje são adultas, você manteve algum contato com elas também?

R. *Nick é meu irmão, Sue uma das minhas velhas amigas assim sempre tenho muito contato com eles. Isabel Fadhalla morreu na Suíça, nos trocamos muitas cartas. Estou em contato ainda com Alcira, Luiz e seus filhos na Argentina, também com Maria, Belela e outros uruguaios. Quando estive no Paraguay uns anos atrás encontrei com Basilica, Heriberto e*

outros paraguaios. Não tenho contato com Pedro, Marcela, Cecilia, Mario. Juan e Claudia eram nomes fictícios.

F. Os direitos humanos hoje parece estar “em baixa”. E isso se deve em grande medida pela constante propaganda que se arrasta desde a década de 1960, sobretudo na figura do radialista Afanásio Jazadji. Encontrei uma foto em que Jair Bolsonaro aparece ao lado de um cartaz que tem um cachorro com um osso na boca. Acima está escrito: *Desaparecidos do Araguaia: quem procura osso é cachorro*. Além da clara falta de respeito ao sofrimento dos familiares dos/as desaparecidos/as que a ditadura produziu e os/as desaparecidos/as de hoje, o presidente ataca rotineiramente quem se posiciona contra suas determinações. Você crê em um aumento desse movimento anti direitos humanos no Brasil?

R. *Hoje em dia o racismo, o machismo, a homofobia, etc. são estimulados pelo próprio Presidente da República e alguns dos seus ministros. Bolsonaro deliberadamente escolheu pessoas que eram contrários as instituições para administrá-los, por exemplo o presidente da Fundação Palmares é contra os direitos e cultura dos negros, o presidente da Funai é anti indígena, o ministro do Meio Ambiente que sabotava medidas de proteção da Amazônia, a ministra de Direitos Humanos e Mulher que toma medidas anti pessoas vulneráveis, um ministro de Educação que é contra a inclusão de deficientes. Ao mesmo tempo acredito que estes ataques contra os direitos humanos têm fomentado um aumento da consciência e organização de grupos e movimentos pro-direitos.*

F. Lendo os arquivos sobre o Clamor percebemos que o grupo, de certa forma, tinha o mesmo núcleo de ação que o grupo do Brasil: Nunca Mais: Wright, Arns e Greenhalgh. No Clamor a figura feminina que se destaca é você. No Brasil: Nunca Mais é Eny Raimundo Moreira. Você pode comentar como se desenrolou este processo entre um projeto e outro de acordo com seu olhar?

R. *Apesar de vários membros do Clamor - Jaime Wright, Luiz Eduardo Greenhalgh, Michael Mary Nolan, e Ferminio Fecchio - participaram do projeto Brasil Nunca Mais, nunca houve uma mistura entre as duas organizações. Eu por exemplo, sabia vagamente que existia um outro projeto patrocinado pelo Conselho Mundial de Igrejas, mas nunca um deles me contou nada. Eles eram muito ciosos do sigilo do projeto.*

F. Em uma live em que você participou recentemente, você comentou sobre uma inquietação sua: o que fazer para chamar a juventude para o debate em defesa dos direitos humanos e sobretudo trazê-la para dentro a história recente do Brasil e da América-Latina?

R. *Em outros países, por exemplo a Argentina, os jovens aprendem sobre a sua história recente na escola. No Brasil este conhecimento é negado, subtraído e pior sujeito a uma revisão histórica que deturpa os fatos. A mesma coisa acontece com a história de escravidão. Eu vejo em outros países que as crianças e jovens são interessados e sensíveis a questão dos direitos humanos, as mudanças climáticas, a justiça social quando estes temas são apresentados de forma acessível e interessante.*

F. Tenho a impressão de que Clamor e o Brasil: Nunca Mais se completam. O Clamor traz uma miscelânea de depoimentos e documentos em seus arquivos sobre inúmeras pessoas em torno da América-Latina. O BNM traz os documentos que a própria justiça militar brasileira produziu ao longo de suas atividades de repressão. A expressão do alcance dos dois Projetos fortaleceu outras organizações a também se movimentarem. O Comitê Brasileiro Pela Anistia - CBA, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado – IEVE e o grupo Tortura Nunca Mais são exemplos de organizações de defesa dos direitos humanos. Em sua opinião, quem desaparece hoje no Brasil?

R. *Hoje não tem mais presos políticos, mas os presídios estão cheios de pessoas cujos direitos humanos foram violados por serem pobres, pretos. Mulheres presos por roubar macarrão ou água, jovens identificados erradamente na base de fotos, ou por estar na posse de algumas gramas de maconha. Quem desaparece hoje são jovens na periferia – as três crianças em Belfort Roxo, jovens presos por suspeita, etc.*

- **Frei Betto**

Fernando: No livro de Lawrence Weschler, *Um milagre, um universo* (WESCLHER, 1990, pp.85-86), ele narra rapidamente como foi o processo de redação do texto final entre você e o jornalista Ricardo Kotscho. Foi muito difícil lidar com todo aquele material que estava em suas mãos?

Frei Betto: *O mais difícil foi lidar com a segurança do trabalho, já que estávamos em plena ditadura e tudo deveria ser feito sob o máximo de sigilo. Qualquer desconfiança de vazamento ou suspeita de quebra de sigilo nos obrigava a mudar de local. Quanto ao material, não tive dificuldades. Há que indagar do Kotscho como foi a reação dele. Eu havia passado por dois encarceramentos (1964 e 1969-1973) e já havia lidado com material semelhante para a elaboração de meus livros sobre o período da ditadura (Cartas da prisão, Batismo de sangue e Diário de Fernando – nos cárceres da ditadura militar brasileira).*

F: Você chegou a participar de outras tarefas e reuniões com a equipe do Brasil: Nunca Mais?

FB: *Sim, em função da redação do livro, em especial com Paulo Vannuchi.*

F: O Projeto Brasil: Nunca Mais (livro) é o “resumo dos resumos” segundo dom Paulo. Em termos de produção acadêmica, jornalística, literária ou artística, qual aspecto relevante ainda não foi abordado em sua opinião?

FB: *Muitos. A história de 21 anos de ditadura militar no Brasil é, em termos documentais, comparável ao período de fascismo na Itália e de nazismo na Alemanha. Estamos a quase 80 anos daquele período e, ainda hoje, novas revelações e novos documentos aparecem, como a recente versão de como Anne Frank e sua família foram descobertas e capturadas. Enquanto estiver viva uma vítima da ditadura ou um de seus descendentes, haverá novidades.*

F: Um ano depois da publicação do Brasil: Nunca Mais, a editora Tchê! publicou o livro Brasil: Sempre do ex-tenente Marco Pollo Giordani (1986). Giordani afirmou que o Brasil: Nunca Mais é uma afronta à verdade e que seu livro é uma resposta a tais “delírios”. Percebemos que uma parte considerável de militares brasileiros tem se esforçado, paulatinamente, na disputa por uma versão da verdade. São militares, ex-militares e apoiadores/as do atual inquilino do

Palácio do Planalto (Bolsonaro) que utilizam a mesma estratégia de reação à história via redes sociais. Com uma retórica sempre ancorada na religiosidade, o pessoal que pede a volta da ditadura, faz uso de um discurso violento e reativo. Qual a sua avaliação deste movimento de negação da verdade que tem se colocado em marcha desde a publicação do BNM? E de que maneira podemos lidar com isso?

FB: *Quanto mais as viúvas da ditadura falarem do “Brasil, Nunca Mais”, tanto mais ajudam a divulgá-lo. Mas nenhum deles tem como desmentir o caráter oficial dos documentos utilizados no livro. Não há naquelas páginas nenhum relato baseado em notícia de jornal. Todos estão respaldados por documentos oficiais aceitos pelos tribunais militares e copiados dos arquivos do Superior Tribunal Militar (sem que se dessem conta de que fizemos este trabalho).*

F: O livro Brasil: Nunca Mais ainda não é conhecido com profundidade no meio acadêmico por exemplo. Nos seminários e congressos que tenho participado trazendo o tema para o debate durante o ano de 2021, percebi alarmado que muita gente ainda não conhece seu valor, apenas ouviram falar do título do livro e que se trata do período da ditadura. Todo o Projeto foi digitalizado e está disponível no site Brasil: Nunca Mais Digit@l. Assim pergunto: em sua opinião teriam outras estratégias de divulgação do BNM para alimentar ainda mais o debate?

FB: *Estratégias sempre existem: publicidade em sites, plataformas, publicações etc. Mas isso teria que ser iniciativa da editora. E de todos nós que fomos vítimas da ditadura e/ou defendemos a democracia.*

F: O livro Brasil: Nunca Mais trouxe de forma bem resumida seis casos exemplares que expressam as debilidades e abusos dos tribunais militares. A equipe poderia ter debatido mais a 4ª Parte do livro uma vez que parte fundamental da equipe era formada por advogados/as?

FB: *Talvez o Paulo Vannuchi ou o Luiz Eduardo Greenhalgh tenham condições de responder esta pergunta. Kotscho e eu recebemos deles o material e fizemos o que tínhamos que fazer: redigi-lo em linguagem jornalística.*

F: Os direitos humanos hoje parecem estar “em baixa”. E isso se deve em grande medida pela constante propaganda que se arrasta desde a década de 1960, sobretudo, na figura do radialista Afanásio Jazadji por exemplo. Encontrei uma foto em que o Messias Bolsonaro aparece ao lado de um cartaz que tem um cachorro com um osso na boca. Acima está escrito: Desaparecidos do Araguaia: quem procura osso é cachorro. Além da clara falta de respeito ao sofrimento dos familiares dos/as desaparecidos/as que a ditadura produziu e os/as desaparecidos/as de hoje, o

presidente ataca dia após dia quem se posiciona contra suas determinações. Você crê em um aumento massivo do movimento anti direitos humanos?

FB: *Depende da conjuntura política. Se Lula for eleito, essa gente da direita perderá muito espaço. Se Bolsonaro for reeleito, ela prosseguirá vociferando a favor da barbárie.*

F: De fato você crê nesta análise? Ela não seria um tanto dualista demais?

FB: *Acho que não. A máquina do Estado é muito poderosa. Quem a tem nas mãos pode muito, muito mais inclusive do que o PT soube aproveitar em 13 anos de governo, e BolsoNero aproveita para desconstruir o país e a democracia.*

F: Há alguns dias, você participou de uma live do canal Tutaméia ([youtube.com](https://www.youtube.com)). O nome de Eny Raimundo Moreira foi mencionado na ocasião recente de seu falecimento. Você mantinha alguma proximidade com ela no sentido de militância?

FB: *Sim, éramos amigos e estávamos sempre em sintonia. Te envio o artigo que escrevi sobre ela.*

F: Se a situação fosse outra. Se o Projeto Brasil: Nunca Mais não tivesse dado certo, se a ditadura tivesse o interceptado, como seria o Brasil hoje?

FB: *Sem bola de cristal, caro Fernando. O “se” não existe, existem os fatos.*

F: Entendo que ainda não fizemos uma justiça de transição honesta. Fizeram um acordo entre os dois lados. Será que isso ajudou a fomentar a onda neoconservadora nacionalista no Brasil hoje?

FB: *Sem dúvida. A lei da anistia é uma aberração jurídica. Como anistiar quem sequer foi punido? E é bom lembrar que não houve “um acordo entre os dois lados”, e sim uma decisão unilateral dos juízes, políticos e advogados que se submeteram aos caprichos dos herdeiros da ditadura.*

F: Como assim, quem são "os herdeiros da ditadura"? As viúvas dos militares, seus filhos..?

FB: *Toda essa milicada que gostaria de ver a ditadura voltar e essa gente de direita que apoiaria a implantação de um novo período ditatorial.*

F: Foi por causa de pessoas iguais a você, iguais ao Frei Tito, Frei Fernando, Marighella, Maria Auxiliadora (Dôra) e tantas outras pessoas que se foram e que ainda estão aqui, que a ditadura foi obrigada a recuar. Claro que outros fatores foram determinantes, como o fator econômico. Ainda assim, a reação de sua geração foi crucial. Foi muito difícil ir contra a maré já que muita

gente preferia as praias e as festas? Como foi lidar com as contradições que existem na vida de um/a jovem?

FB: *Para mim foi tranquilo, imprimiu um forte sentido à minha vida ter me tornado de esquerda aos 13 anos e revolucionário aos 20. Bom lembrar que também íamos à praia e às festas! Mas enquanto houver contradição de classe, haverá jovens libertários (vide o MST) e jovens reacionários.*

- **Marlon Weichert e Marcelo Zelic**

Fernando: O site BNM Digit@l é completo. Traz uma infinidade de arquivos documentais que eu não fazia ideia.

Marcelo Zelic: *Eu brinco que o pessoal que entra no Brasil: Nunca Mais Digit@l ou no Armazém Memória, não tem ideia do volume de horas que foi feito para que a pessoa sentasse ali fizesse uma busca e encontrasse uma coisa. Eles não têm noção do trabalho que dá para disponibilizar um material desses.*

Marlon Weichert: *E a arquitetura que está por trás. Por que ali o grande negócio é que a gente não tinha dinheiro. Então tinha que construir rede de trabalho. Em termos de recursos, acho que a gente não gastou mais do que trezentos mil reais. A gente pedia pessoal pra trabalhar, que alguém mandasse estagiários, algum colaborador. E criamos um bunker de trabalho aqui na Procuradoria, conseguimos uma sala e os recursos tecnológicos, mas isso na fase, vamos dizer, do meio, e foi assim que a gente foi fazendo. Marcelo e eu conquistando parceiros. Por isso que tem tantos parceiros, você vê a lista no site. A história está contada no próprio site. Tem uma parte no site que vai contando essa história e diz quais foram as etapas, o que cada entidade parceira agregou em seus determinados momentos. E a gente era uma espécie desses caras do circo chinês que não deixam o pratinho cair e eu e o Marcelo ficávamos lá agitando os pratinhos pra não caírem e dar certo.*

MZ: *Cuidando de uma estratégia que garantisse a integridade dos processos. Então por exemplo, esse escritório que ele (Marlon) fala chegou a ter um bocado de gente dentro dele auditando cópia digital das coisas, página 1, 2, 3. Se você tem 850 mil on-line, foram vistas todas essas páginas. E foram apontados todos os problemas, página de ponta-cabeça, página ilegível, página faltando, página fora de ordem. Isso tudo é uma trabalhadeira para que pelo menos a gente tivesse noção do que a gente recebeu. Nós recebemos microfilmes que foram feitos na época e, no meio disso surgem coisas incríveis como a exposição “mão anônimas” por exemplo. Que uma devolutiva de agradecimento a quem tirou 850 mil cópias de xérox, imagina. Às vezes varando noite. E isso foi extraído por essa equipe. Que ficava atenta a aparecer a mão de alguém que era o cara que ficava tirando xérox. Então, além das pessoas que são as cabeçonas, Vannuchi e outros, a gente resgatou de forma, mesmo que poética, o trabalho dos trabalhadores que promoveram o Brasil: Nunca Mais. Sem eles não tinha o que*

os caras pesquisarem. A tecnologia ajuda a gente a trazer essas pessoas perdidas. E ainda tem o conjunto do BNM que até hoje quer aparecer. Tem um conjunto de pessoas que simplesmente preferiu o anonimato, não quis deixar o nome colocar lá.

MW: Isso aqui tem muita história.

F: Marlon, naquela live dos 75 anos da PUC, você diz que foi provocado pelo Marcelo. Surgiu uma necessidade de fazer uma busca naqueles arquivos para pensar o desrespeito aos direitos humanos hoje.

MW: É um pouco diferente. Só pra contextualizar. Eu estava investigando os fatos da ditadura. E na época eu comentei o falecido e saudoso desembargador Antônio Carlos Malheiros da Comissão de Justiça e Paz, que eu precisava de alguém que entendesse desses arquivos da ditadura para me ajudar. Ele me disse: “fica tranquilo que vou te mandar alguém em seu gabinete”. Daí apareceu dois dias depois o Marcelo Zelic dizendo que o Malheiros tinha mandado ele lá para me ajudar. O Zelic foi o meu braço direito para fazer tudo que diz respeito à internet. O Zelic encontra coisas na internet que eu não sei como. Então ele me mandava relatórios. E daí um dia ele me falou: “olha a gente tem que ir lá ver os arquivos do BNM em Campinas”. E fomos uma duas, três vezes. Até que a gente chegou a conclusão de que os arquivos tinham falhas graves. Pedacos substanciais estavam faltando de alguns processos. Especialmente, não vou lembrar quais, mas alguns depoimentos que denunciavam a tortura. Eu ia lá: “eu quero a página tal a tal”, “ah, essa página não está”. Então eu quero do outro (processo): “essa também não está”. E foi aí que o Marcelo fez essa provocação: “Marlon, existem os microfilmes desse material, a gente tem que trazer isso de volta, a gente tem que refazer, reintegrar isso. Mas já que é pra fazer isso pra pesquisa, então fazemos lá na internet pra todo mundo”. Essa é a linguagem. Aí eu disse, vamos fazer isso acontecer.

MZ: Eu lembro de um momento na volta, depois de uma baita confusão na Unicamp, a gente toma pé que está com um problema. Muita coisa faltando. Quer dizer, o controle da Unicamp, não importa quantas páginas a gente viu que faltava, a gente viu que tudo o que o Ministério Público precisava faltava. Então a integridade estava comprometida, aonde não vai estar comprometido? No microfilme. E o microfilme, foi uma caminhada longa para chegar nele. Porque quando aqui começava a função, eu já estava andando atrás do Chuck, já tinham dois anos. Eu chegava, o Chuck não estava, até que um dia eu soube que o Chuck estava na França. Depois ele vem ao Brasil, gravo ele aqui no quintal da Laura, preciso subir no Brasil: Nunca Mais a fala dele. Ele dá um depoimento longo aqui. E daí nós vamos pra LAMP de Chicago. Porque ele quem levava os microfilmes pra fora do Brasil e de lá ele destinou pra Chicago. E

aí o Marlon vai a Chicago e pega a documentação. Te as partes pitorescas que não vem ao caso (“Translate”. “Translate too”. É que Marcelo Zelic entrou em contato com o pessoal responsável do arquivo em Chicago dizendo: “I dont speak inglish, please translate. Em seguida escreveu o texto sobre o que queria em português. Dois dias depois, ele recebeu a resposta dizendo: I dont speak portuguese, please translate too. Em seguida Marlon sorriu e passou a estabelecer a conversação). Então a gente consegue a parceria com o pessoal de lá pra eles fazerem cópias “na faixa” também, e tudo nesse jeito de compor em um conjunto de equipes. A gente com o microfilme na mão, entra o Arquivo Público com os equipamentos de digitalização de microfilme. Aí começa um processo de trazer o Brasil: Nunca Mais para o século XXI que é o brasil Nunca Mais Digit@l. Em três, quatro anos na época, a gente tinha os dados de um volume de acesso de páginas que o Brasil Nunca Mais fez em vinte anos de papel.

MW: A gente tem um contador aqui de acesso, neste exato momento a gente tem 5.630.324 documentos (número de páginas) foram consultados.

MZ: Isso é muito mais que ao período integral do PBNM em papel em vinte e tantos anos do PBNM na Unicamp.

MZ: Outro elemento importante que a gente tem, é que com esse trabalho que o Dr. Marlon faz no Ministério Público com outros procuradores que tem esse viés da justiça de transição, O BNM entra na guarda do MP. A gente não poderia abrir um site e colocar o BNM, era importante que o MPF tivesse a porta de entrada. Tanto que se você entra no Armazém Memória, você não tem os processos. A estratégia é justamente essa presença do BNM dentro do MPF e que passa a caber ao MPF como uma forma, inclusive, de reparação da sociedade a ter acesso. É só você olhar o que acontece no Arquivo Nacional hoje. O ataque que está tendo aos arquivos, ora judiciais, ora inclusive interno na pressão de que essas coisas têm, de alguma forma, ser cerceado o acesso. O site da CNV, por exemplo, foi tirado do ar do Arquivo Nacional. Ele só não saiu do ar na pesquisa porque um tempo antes, antevendo os problemas que pudessem ter, a equipe do Memórias Reveladas como que puxou tudo do arquivo da Comissão da Verdade pra baixo do espaço digital Memórias Reveladas. Então ele passou a integrar o fundo do Memórias Reveladas e com isso, aquele site que existia, CNV, esse você não acessa mais. Você acessa ao caminho que foi feito dentro do Memórias Reveladas. Se não você não tinha mais acesso a documentação da CNV. Conversei isso há uns meses atrás com pessoas que coordenam o MR. Então, estão sob ataques ferozes por parte do bolsonarismo. O BNM tem esse lastro, ele passou a ter não só aquela caminhada histórica dele, mas a presença

dentro do MPF fortalece os procuradores engajados na justiça de transição ao mesmo tempo que garantem essa disponibilização desse conjunto de informações. Essas coisas vão abrindo. E também um cara lá em Chicago receber uma carta assim é inusitado porque normalmente as pessoas fazem uma carta formal. Talvez isso até ajudou o cara ter até atenção em cima dos documentos. O MP entra com a diplomacia dialogando com eles, o MP passa a fazer essa interlocução. E acho que essa preocupação de institucionalizar o BNM. O papel do BNM Digit@l dentro da CNV foi importante, levamos cópia integral dessa documentação já indexada, tudo funcionando até antes do nosso lançamento.

MW: *O site a gente lançou em agosto de 2013.*

MZ: *O trabalho do BNM não era só arquivístico. O trabalho arquivístico existiu pela necessidade de um trabalho de desenvolver processos no MPF que espraçou pra dentro da busca de informações já consolidadas ao longo do tempo pela CNV. O projeto BNM Digit@l sempre foi um projeto ativo no sentido de gerar acesso e relação entre geração de agora com esse passado. Mas ao mesmo tempo, se não fizesse nada disso, ele estava a disposição de proporcionar aprofundamento e agilidade aos processos que o próprio MP tinha que desenvolver. Então, só aí já justificava a produção do BNM Digit@l. Mas ele foi muito além disso. [...] O BNM Digit@l é um polo ativo nesse processo, ele fomenta a verdade mesmo depois da CNV.*

MW: *O direito ficou interditado para falar da ditadura até 2007, 2008, quando a gente conseguiu finalmente começar a impulsionar o tema da responsabilização dos responsáveis por graves violações dos direitos humanos. E até hoje, segue interditado pelo Supremo (STF), mas a gente desbloqueou a discussão pelo menos em instâncias inferiores, na sociedade e no universo jurídico. E foi por isso que a gente achou importante trazer o BNM para o mundo digital para permitir que as próprias investigações do MPF e também por ações individuais pudessem acessar a essa documentação. Eu acho que tem pouca produção porque foi parte da estratégia da ditadura e da transição controlada pelos militares que interditassem a discussão jurídica sobre esse valor.*

F: *Qual é a visão, a esperança que vocês têm em relação ao futuro em termos de conjuntura política?*

MW: *Eu acho que não é uma questão de esperança ou de expectativa. Eu acho que a gente tem que tentar compreender esses fenômenos para fazer a luta política por um determinado processo. A minha primeira visão dessa frase muito simbólica de que a constituição não chegou nos aparatos de segurança do Estado brasileiro. Os aparatos de segurança permaneceram. Os*

militares, mas não exclusivamente os militares, as polícias também padecem desse problema, com ênfase nos militares, mas como enclaves dentro do estado democrático de direito. Enclaves autoritários que remanesceram. Um pouco por engenharia da própria constituição. Estudei muito isso. Voltei lá na Assembleia Nacional Constituinte. A esquerda não identificava esse problema da segurança pública como um problema grave nos anos de 1980 e como um ponto de disputa fundamental na constituição. A questão social e econômica era muito grave. É muito curioso, por exemplo, a Comissão de Segurança Pública na Assembleia Nacional Constituinte foi basicamente ocupada por militares e pessoas da direita. Na parte do judiciário foi diferente, houve disputa sobre o papel do MPF. Mas na parte de forças armadas e polícias, houve um processo muito ruim que foi o de constitucionalização de normas autoritárias sobre as forças armadas e sobretudo polícia militar. Trouxe problemas futuros. Algumas pessoas fazem essa avaliação, acho que o próprio Raul Juma que pensam o tema, outros avaliam isso: não se disputou porque não era prioridade. E hoje a gente vive um monstrego em função disso. Eu digo que é um espaço onde não penetraram. Eu digo que é um espaço onde não penetraram os valores constitucionais. E nós durante muito tempo nos iludimos de que as forças armadas, apesar de não ter feito reformas, estavam pouco a pouco incorporando valores democráticos de índole constitucional. E quando vem o impeachment da Dilma, a gente percebe que isso realmente era uma ilusão. Quando majoritariamente as forças armadas aderem ao projeto bolsonarista e as polícias militares quase que integralmente, ascendeu essa luz fômos, acho que todos, muito inocentes, naif's de imaginar que sem um processo externo, você consegue fazer um processo de reforma. Muito parecido com os carabineiros no Chile que foram mantidos intocados, como falei, parei muito para estudar a segurança pública. E a literatura internacional apontava os carabineiros do Chile como quase que emblemático de uma reforma feita por dentro. Porque se imaginava que eles tinham também incorporado valores democráticos sem uma reforma feita de fora pra dentro. E quando chegaram os protestos de 2019 se percebeu que, como a gente foi inocente e naif de pensar que esse processo pode ter êxito e de reforma desse modo. Tudo isso pra dizer que, penso que o que nós vivemos com o bolsonarismo, é um governo militarizado na sua essência, na sua cultura, nos cargos, na sua forma de pensar. Então é um rebrote, é um soluço do estado militar, do governo militar. Realmente ele vem pelos mecanismos de um estado democrático de direito, tenta se fazer de uma ascensão democrática, e a gente não pode dizer que as eleições não foram representativas, o Bolsonaro foi eleito realmente por uma vontade popular dentro de um contexto que é parte do jogo, mas depois ele monta um governo que é basicamente uma reprodução de um final da

ditadura. Eu não consigo analisar o bolsonarismo desvinculado do que foi a ditadura e do que foi a transição para a democracia, que é essa transição incompleta, uma transição não feita, permanente e inconsistente. Ela não é holística. O que nós temos aqui eu diria que é um outro fenômeno, diria que é um mesmo fenômeno se materializando, claro, com a sua adaptação de quase quarenta anos depois. Então é um rebrote. O que eu quero dizer com isso? Eu penso que a partir de 1º de janeiro de 2023 se se confirmam as expectativas, se abre uma nova janela de oportunidade para fazer efetivamente esse processo de transição. Nós temos que realmente fazer essa discussão do que o militarismo provoca realmente pra esse país. Porque é um militarismo das forças armadas que contaminou todas as instâncias civis, é o militarismo inimigo estadual. A gente tem que fazer a transição de finalmente desmilitarizar a vida brasileira, o estado brasileiro e pensar a cultura brasileira. Eu vejo que o processo de justiça transicional também tem que ter um rebrote a partir de 2023. Para, concluir as tarefas inconclusas com mais dificuldade, eu diria que a grande maldade da estratégia do STF tem adotado com o apoio de forças políticas, e isso quem falava, fazem vinte anos que o professor Comparato falou isso pra mim: a estratégia das elites brasileiras vai ser deixar que morram todos os perpetradores para dizer “ah, mas que pena, morreram todos”. E também que pena que já morreram todas as vítimas. Eu concordo com o professor Comparato, vão passar dez anos e o Supremo vai dizer que vai cumprir a decisão da Suprema Corte Interamericana no Caso Gomes Lund e no caso Herzog, mas por uma coincidência, não vai ter efetividade. Porque o Supremo vive de uma incoerência galopante. O Supremo agora na DPF das favelas afirmou em letras garrafais que as decisões da Corte Interamericana dos direitos humanos são para se cumprir e tem a mesma estatura constitucional que uma decisão do próprio STF. Está dito no voto do Fakin, claro o Fakin já pensava isso antes, mas esse voto foi acolhido pela maioria do STF. Mas para tema da ditadura não vale. Esse é o acordo de transição que foi feito neste país, e que o Supremo cumpre esse acordo sem perceber que as bases para esse acordo foram rompidas. Essa é minha tese, a transição foi baseada em um acordo: os militares saíam da vida política, e por outro lado eles permaneceriam impunes e esquecidos. Quando os militares voltam para vida política, esse acordo se rompeu, e o Supremo paga o preço de ter sido fiador. Porque ele é atacado pelo bolsonarismo e militarismo, por aqueles militares que o Supremo protege. É quase que paradoxal, ou sentindo os efeitos do feitiço que o feitiçeiro estava protegendo. Então eu quero crer, não é uma esperança, mas poderia se fazer uma luta política pra que isso se percebesse, que não é algo isolado. Não é por acaso, Bolsonaro jamais aconteceria na Argentina. Bolsonaro não conseguiu acontecer no Chile, chegou perto, mas não

conseguiram acontecer no Chile. As forças democráticas perceberam isso e rejeitaram. Ainda que uma parte da direita que não se esperasse fosse a favor do Casse. Por isso que a gente não vai desistir dessa luta, é um tempo da gente estar se preparando para voltar a falar, com o máximo de força, de justiça de transição. E na que vem coincide, são dez anos de BNM Digit@l, e daqui a pouco são quarenta anos do BNM. Essas histórias precisam ser contadas em sua dissertação ou em sua tese. É importante para ajudar nesse trabalho de mostrar que esses processos não são fotos, eles fazem parte de um filme. Eles têm que continuar a cumprir essa finalidade.

MZ: *Eu concordo com o que você está falando. Mas dali a ênfase desse trabalho de não repetição. Eu acho que é um eixo da justiça de transição que pode ajudar a equilibrar a ausência da responsabilização com projeção de futuro. Então essa discussão de calibrar o foco da justiça de transição para mecanismos de não-repetição. Você só extrai os mecanismos de repetição para pensar os mecanismos de não-repetição, olhando uma documentação como o Brasil: Nunca Mais. Porque a armadilha que o PT entrou ou foi cúmplice de um negócio desses. Por causa de grandes eventos ele cria uma coordenação nacional sob a batuta dos militares em 2013, ele reproduz na prática um DOI-CODI. Não com as mesmas práticas de torturas, mas na forma de colocar todas as forças policiais em uma concentração de comando nas forças armadas que estavam de fora disso. Quando ele (PT) cria a GLO, cria essa introdução das forças armadas para fazer a coação interna. E controla tudo quando tem uma GLO (Operações de Garantia da Lei e da Ordem), todas as polícias, é uma capa nova de uma coisa antiga. E é evidente que o militares se apropriaram disso com muita tranquilidade porque para eles foi um salto. Da onde saiu o golpe da Dilma? Saiu do lado da secretaria que não me lembro o nome que tinha aquele que está em cadeira de rodas agora, que era o principal militar que assessorava a Dilma e que cuidava de todo esse novo arranjo de evitar terrorismo nesses grandes eventos que o PT trouxe para o Brasil. Quer dizer, eles puderam exercitar a repetição do comando que repetiu do jeito que repetiram. Então a memória do BNM Digit@l é um instrumento para se pensar, por exemplo, extrair quais mecanismos estão vivos(?). Quais estão se reproduzindo hoje? A gente vendo esses mecanismos se reproduzindo, seria um antídoto. É dentro desse olhar que eu tenho tentado discutir mecanismos de não repetição para povos indígenas. Desde coisas banais como, o IBGE deveria mudar o mapa do Brasil de estados e municípios. Deveria se ter um mapa com fronteiras dos estados, dos municípios, dos quilombos, unidades de conservação e dos territórios indígenas, todos no mesmo mapa. Porque o indivíduo que senta na 8ª série e pega um mapa do Brasil, não pode mais ver um mapa segregado,*

quilombo em um mapa, indígena no outro, lugar de conservação no outro, estados e municípios todos juntos como se fosse essa uma dinâmica de educação que você vai fazer ele compreender que ele tem que respeitar a terra do quilombo, a terra do índio e do meio ambiente. Isso é um mecanismo de não-repetição.

LISTA DE IMAGENS POR ORDEM DE CITAÇÃO

[illegible]

143

2. Boletim nº 2 do Clamor – Outubro de 1978



Fonte: Fundo Clamor, CEDIC/SP

3. Didi Pedalada



Fonte: Observatório de Imprensa

4. Atentado ao Riocentro



Fonte: Agência O Globo

5. O velório de Fleury sai no jornal

BRASIL

Sérgio Fleury — 1933/1979

Morre um herói do regime militar

A morte e a história do grande herói do regime militar, o policial mais acusado de torturar e matar, que levou para a repressão política os métodos utilizados pelo Esquadrão da Morte.

ALN que su-
morte por l-
osas. Se-
Ferreira, t-
lidos e «Ve-
lino utilizau-
Março», de
de outubro
ca, no bair-
sítio clant
Embura,
Grande Sz
por Fleu-
cujas inf-
militares
Veja, «o:
de grupo
reitas» e
ali pass-
que cor-
seguiram
por Fleu-
implicac-
em São
de sua c-
de seu
como n-
entrev-
Niterói
como
Paulo.
Fleury
balhar
na Fe-
Camp-
ser d-
deleg-
gar.
tido
aluci-
riaviz-
«doc-
rave-
usat
pros

Agência JB

A versão oficial da morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury, 46 anos, é esta: ele caiu na água ao pular de um barco para outro, para chegar ao seu late. Caiu na água e morreu. «Afogamento seguido de parada cardíaca», conforme o laudo cadavérico do Serviço de Verificação de Óbito da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. O acidente foi no cais do Iate Clube de Ilhabela, no litoral norte paulista, recanto dos grã-finos, um clube ultra-fechado.

Quatro pessoas se apresentaram como testemunhas da morte do delegado acusado de ter sido o maior torturador do País: sua mulher Isabel, seu filho caçula Nicolau, e um casal de amigos. A versão que consta do Boletim de Ocorrência (BO) lavrado na delegacia de polícia de Ilhabela (e só quem conhece a polícia sabe como são feitos os pressas e mal elaborados esses boletins), diz que o delegado teria ajudado sua esposa a passar do barco «Cabo São Tomé» para a lancha «Patras», e ao tentar segui-la, escorregou caindo no mar entre as duas embarcações ancoradas no Iate Clube.

O BO prossegue relatando que o mari-

Ricardo Malta - Agência F/4

Maluf, no velório de Fleury: «uma grande perda»

Maluf e Zequinha

oito processos, que corriam em comarcas (Sorocaba, Barueri e Guarulhos)

ut
ac
so

Fonte: Ricardo Malta - Agência JB/Jornal “O Movimento”

6. A morte do agente Mariel Mariscot



Fonte: Anibal Philot - Agência O Globo

7. Monografia de Freddie Perdigão

1978
1978
1978

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

MONOGRAFIA

*O desenvolvimento da organização
de informações (CMI) no 65.
Batalhão de Polícia de Segurança
Pública (BPS) e suas perspectivas*

Freddie Perdigão

Proj. Gen. Carlos Augusto Pereira

Proj. Arq. (G) e nome do autor



Ver Dados de Ordem

25/11/78

Ord. Arq. (G) e nome do autor

1978

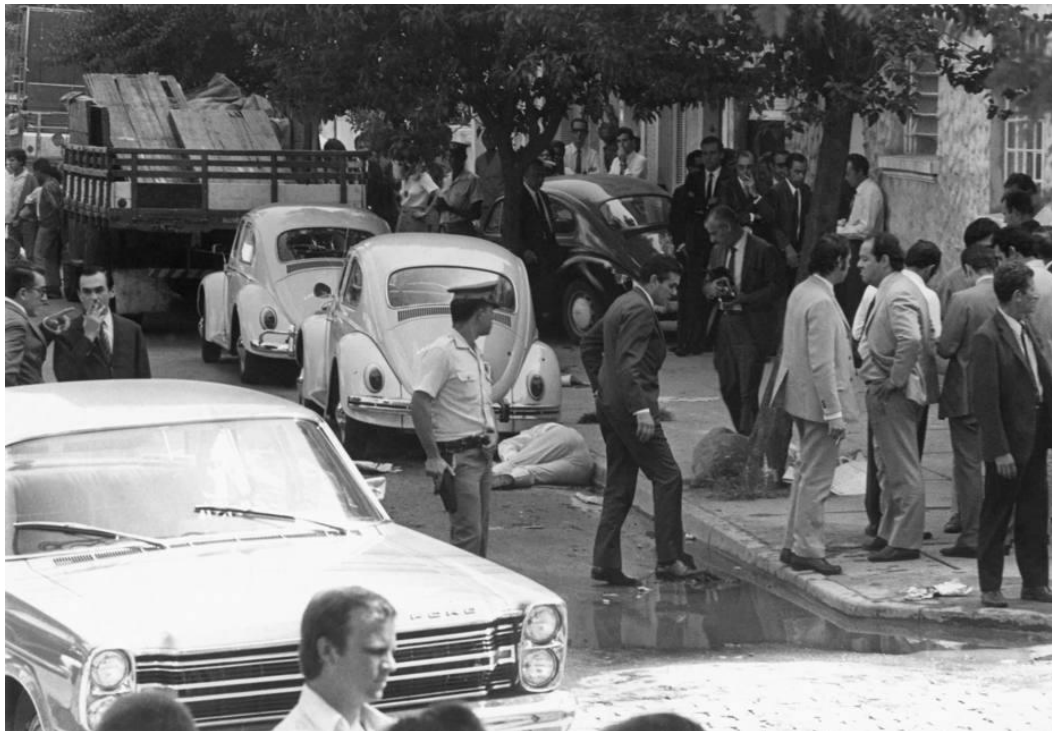
Ver Dados de Ordem

Proj. Arq. (G) e nome do autor

Confidencial

Fonte: *Memórias de Uma Guerra Suja*, 2012.

8. Assassinato (“justiçamento”) de Henning Albert Boilesen



Fonte: Claudine Petroli - Estadão

9. “No”: Maria Lídia Martino



Fonte: Maria Bethânia/Divulgação

10. VALA 1 – Fichas de identificação soltas e VALA 2 – Sala de necropsia onde estão as ossadas (respectivamente)



Fonte: ESQUINAS – Revista Digital Laboratório da Faculdade Cásper Líbero

11. Bolsonaro: um cachorro com um osso na boca



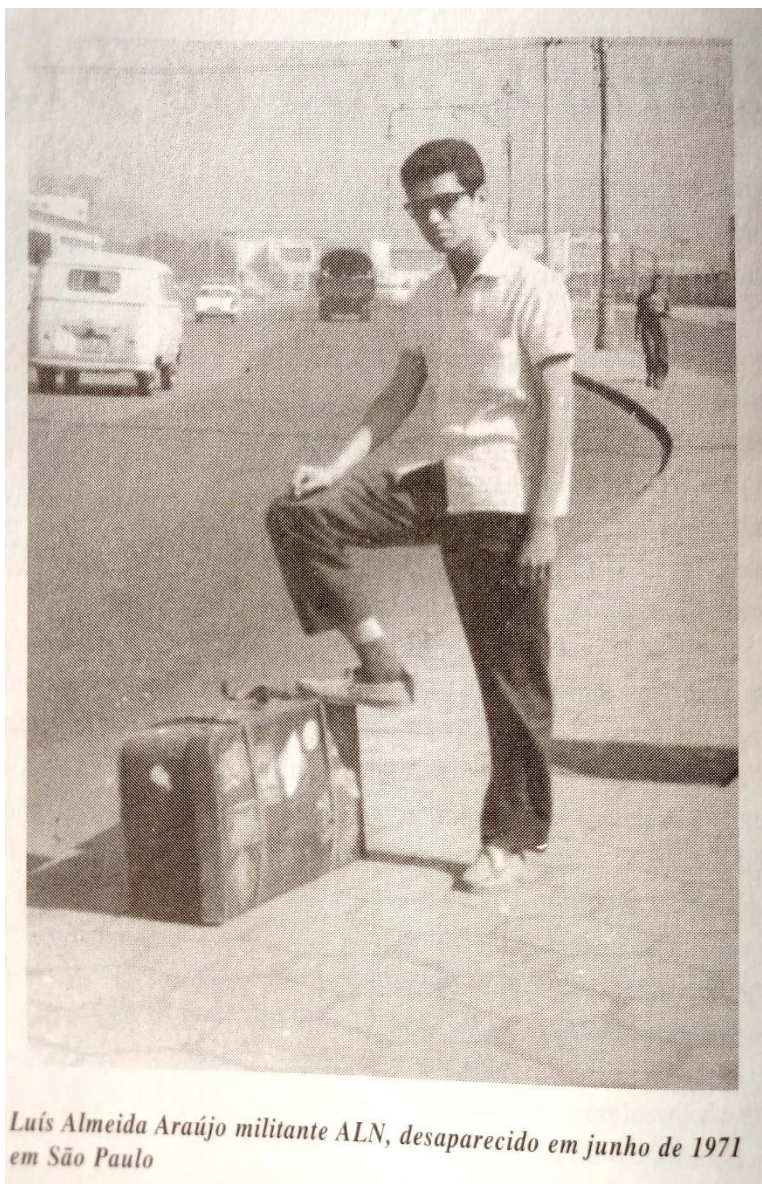
Fonte: Brasil de Fato

12. Mercês Castro em busca de seu irmão na região da guerrilha do Araguaia



Fonte: EL País, 2019.

13. Luís Almeida Araújo – Militante da ALN, desaparecido desde junho de 1971 em São Paulo



Fonte: Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964 – IEVE e Grupo Tortura Nunca Mais

